



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Centro de Humanidades - Unidade Acadêmica de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS

**DE LUZ E DE SOMBRA:
AS MÚLTIPLAS TESSITURAS DO DEVIR LÉSBICO**

CAROLINA DE MOURA CORDEIRO PONTES

CAMPINA GRANDE

2019

DE LUZ E DE SOMBRA:

AS MÚLTIPLAS TESSITURAS DO DEVIR LÉSBICO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

CAROLINA DE MOURA CORDEIRO PONTES

Orientadora: Elizabeth Christina de Andrade Lima

CAMPINA GRANDE

2019

Pontes, Carolina de Moura Cordeiro
DE LUZ E DE SOMBRA: AS MÚLTIPLAS TESSITURAS DO DEVIR
LÉSBICO / Carolina de Moura Cordeiro Pontes. -- Campina Grande,
2019. 192 f.

Orientadora: Elizabeth Cristina de Andrade Lima.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais -
PPGCS), Universidade Federal de Campina Grande, 2019.

1. Sociologia. 2. Lesbianismo. 3. Estigma. 4.
Invisibilidade. I. de Andrade Lima, Elizabeth Cristina, orient. II. Título.

TESE DE DOUTORADO

**TITULO DE LUZ E DE SOMBRA: AS MÚLTIPLAS TESSITURAS DO DEVIR
LÉSBICO**

AUTORA: CAROLINA DE MOURA CORDEIRO PONTES

ORIENTADORA: ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima (PPGCS-UFCG)

Orientadora

Prof. Dr. José Gabriel Silveira Corrêa (PPGCS-UFCG)

Examinador Interno

Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra (PPGCS-UFCG)

Examinador Interno

Prof^ª. Dra. Glória de Lurdes Rabay (PPGCS – UFPB)

Examinadora Externa

Prof^ª. Dra. Michelly Pereira de Sousa Córdão (PPGH-UFCG)

Examinadora externa

Prof^ª. Dra. Mércia Rejane Rangel (PPGCSUFCG)

Examinadora interna suplente

AGRADECIMENTOS

A Deus, energia feminina criadora;

A Iemanjá, Rainha dos Mares, e às Falanges de Espíritos Iluminados que, desde sempre, me guardam e me protegem;

Às Mulheres da minha vida:

Iracy, Silvana e Cristina, por me tornarem o que sou;

Cassandra, por me inspirar, com tanta intensidade, a ser o que me tornei;

Aos Homens da minha vida: Edésio, Edésio Júnior, Thiago, Davi e Dimitri;

A Clarice, Cleo, Rachel, Cecília, Carolina, Lygia, Adélia, Hilda, Ivone, Joanna e Cassandra, por, em nome da Ciência, confiarem-me suas vidas;

Aos meus “contatos-chaves”, por indicarem, com carinho, as informantes;

A Prof^a Elizabeth Cristina, por aceitar e incentivar esta empreitada acadêmica-investigativa;

Aos Colegas-Amigos João Paulo e Vanessa;

Às Servidoras-Parceiras, Úrsula e Taciana.

O Lesbianismo produz uma desordem de gênero e sexualidade que vai muito além de ser uma [mera] opção sexual.

Raquel Platero

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação entrevistada e tempo de entrevista.....	37
Tabela 2 – Criminalização e Punição da Homossexualidade no mundo.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Profissão das Entrevistadas.....	34
Gráfico 2 – Faixa Etária das Entrevistadas.....	35
Gráfico 3 – Estado Civil das Entrevistadas.....	36
Gráfico 4 – Escolaridade das Entrevistadas.....	36
Gráfico 5 – Terminologia com que se define/identifica.....	99
Gráfico 6 – Terminologia Rechaçada.....	100
Gráfico 7 – Brincadeiras na Infância.....	125
Gráfico 8 – Números CVLI em desfavor da população LGBT.....	151
Gráfico 9 – Dia da Semana com maior incidência de CVLI em desfavor de pessoas LGBT.....	152
Gráfico 10 – Hora da Ocorrência com maior incidência de CVLI em desfavor de pessoas LGBT.....	153
Gráfico 11 – Incidência por identidade LGBT.....	153
Gráfico 12 – tipo de armas utilizadas nos crimes CVLI contra LGBT.....	153
Gráfico 13 – Relação entre vítima e autor nos crimes CVLI contra LGBT.....	154

RESUMO

A Tese focaliza as maneiras e justificativas pelas quais as lésbicas, perante contatos mistos, decidem por se visibilizar ou se ocultar. Especificamente, analisamos *um corpus* constituído por entrevistas de onze mulheres que informaram manter relacionamento afetivo com outras mulheres. A perspectiva teórica se apoia na discussão do dispositivo da sexualidade e a influência de instituições/ciências como a Igreja, Medicina, Escola e Família, inspirada por Foucault, em “História da Sexualidade”, primeira parte e no debate sobre os processos sociais de estigmatização, manipulação da informação social e encobrimento feitos por Goffman em “Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada”. A metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo e a História Oral, pressupondo uma abordagem que junta o enfoque qualitativo, a partir do indivíduo como centro de interesse da sua própria história. Dentre as conclusões mais significativas deste estudo estão as seguintes: as mulheres são “adestradas” pelas instituições como Igreja, Família e Escola para serem mãe e esposas dóceis a serviço do falo que domina e administra a vida pública. As lésbicas rompem com o patriarcado e com a heteronormatividade e, por isso, enfrentam duplo estigma: por ser mulher e por ser homossexual. Em geral, tais mulheres gostam de ser identificadas como “lésbicas”, uma vez que “gay” se refere a homossexuais masculinos e “sapatão” é uma terminologia pejorativa. A lésbica masculinizada aparece como uma subcategoria discriminada. Brincadeiras e roupas utilizadas na infância não traduzem, necessariamente, a futura orientação sexual. O processo de “descoberta” da orientação sexual implica na decisão de se revelar ou se ocultar para a família, amigos e colegas de trabalho e escola/faculdade. A visibilidade é diretamente proporcional à violência recebida, dentre as principais: a intrafamiliar e dentro dos relacionamentos afetivos. Observou-se, ainda, com relação à visibilidade episódios de discriminação por parte de amigos, desconhecidos e prestadores de serviço. Discrição, desidentificadores como vestimenta e trejeitos femininos parecem garantir uma identidade social virtual. De outro modo, guetos e espaços LGBT não desfrutam do mesmo prestígio, havendo generalizado sentimento de ocupação de todo e qualquer espaço. Por fim, a revelação da identidade pessoal implica o sentimento consolidado de autoaceitação e a construção, com o passar do tempo, de uma sociedade mais tolerante: ambientes familiares mais saudáveis para a compreensão da diferença e espaços de trabalho mais inclinados à diversidade.

Palavras-chave: Lésbicas; Estigma; Invisibilidade

ABSTRACT

The thesis focuses on the ways and justifications for which lesbians, in the face of mixed contacts, decide to become visible or to hide. Specifically, we analyzed a corpus consisting of interviews of eleven women who reported maintaining affective relationships with other women. The theoretical perspective is based on the discussion of the device of sexuality and the influence of institutions / sciences such as the Church, Medicine, School and Family, inspired by Foucault, in "History of Sexuality", part 1 and in the debate on social processes of stigmatization, social information manipulation and cover-up by Goffman in "Stigma: Notes on Manipulation of the Deteriorated Identity." The methodology used is Content Analysis and Oral History, assuming an approach that joins the qualitative approach, from the individual as the center of interest of its own history. Among the most significant conclusions of this study are the following: women are "trained" by institutions such as Church, Family and School to be mother and docile wives at the service of the phallus that dominates and administers public life. Lesbians break with patriarchy and heteronormativity and, therefore, face double stigma: for being a woman and for being homosexual. In general, such women like to be identified as "lesbian", since "gay" refers to male homosexuals and "dick" is a pejorative terminology. The masculinized lesbian appears as a discriminated subcategory. Play and clothes used in childhood do not necessarily translate to future sexual orientation. The process of "discovering" sexual orientation implies the decision to reveal or hide for family, friends and co-workers and school / college. Visibility is directly proportional to the violence received, among the main ones: intrafamilial and within affective relationships. Also, vis-a-vis episodes of discrimination by friends, strangers and service providers were observed. Discretion, disidentifiers such as dress and feminine gestures seem to guarantee a virtual social identity. Otherwise, ghettos and LGBT spaces do not enjoy the same prestige, there being a generalized feeling of occupation of any and all space. Finally, the revelation of personal identity implies a consolidated sense of self-acceptance and the building, over time, of a more tolerant society: healthier family environments for the understanding of difference and work spaces more inclined to diversity.

Keywords: Lesbian; Stigma; Invisibility

RÉSUMÉ

La thèse se concentre sur les voies et les justifications que les lesbiennes, face à des contacts hétérogènes, décident de devenir visibles ou de se cacher. Plus précisément, nous avons analysé un corpus comprenant des entretiens avec onze femmes ayant déclaré entretenir des relations affectives avec d'autres femmes. La perspective théorique est basée sur la discussion du dispositif de la sexualité et de l'influence d'institutions / sciences telles que l'Église, la médecine, l'école et la famille, inspirée par Foucault, dans "Histoire de la sexualité", partie 1 et dans le débat sur les processus sociaux de stigmatisation, manipulation et dissimulation d'informations sociales par Goffman dans "Stigmatisation: Notes sur la manipulation de l'identité détériorée". La méthodologie utilisée est l'analyse du contenu et l'histoire orale, en supposant une approche qui rejoint l'approche qualitative, de l'individu en tant que centre d'intérêt de sa propre histoire. Les conclusions les plus significatives de cette étude sont les suivantes: les femmes sont "formées" par des institutions telles que Church, Family and School pour être mères et femmes dociles au service du phallus qui domine et administre la vie publique. Les lesbiennes rompent avec le patriarcat et l'hétéronormativité et sont donc confrontées à une double stigmatisation: être une femme et être homosexuel. En général, ces femmes aiment être identifiées comme "lesbiennes", puisque "gay" désigne des homosexuels et que "dick" est une terminologie péjorative. La lesbienne masculinisée apparaît comme une sous-catégorie discriminée. Les jeux et les vêtements utilisés dans l'enfance ne se traduisent pas nécessairement par une orientation sexuelle future. Le processus de "découverte" de l'orientation sexuelle implique la décision de révéler ou de cacher des informations à la famille, aux amis et aux collègues, ainsi qu'à l'école ou au collègue. La visibilité est directement proportionnelle à la violence reçue, parmi les principales: les relations intrafamiliales et au sein des relations affectives. En outre, des épisodes de discrimination par des amis, des étrangers et des fournisseurs de services ont été constatés. La discrétion, les désidentifiants tels que la tenue vestimentaire et les gestes féminins semblent garantir une identité sociale virtuelle. Sinon, les ghettos et les espaces LGBT ne jouissent pas du même prestige, il existe un sentiment généralisé d'occupation de tout espace. Enfin, la révélation de l'identité personnelle implique un sentiment consolidé d'acceptation de soi et la construction, au fil du temps, d'une société plus tolérante: des environnements familiaux plus sains pour comprendre les différences et des espaces de travail plus enclins à la diversité.

Mots-clés: lesbienne; Stigmatisation; Invisibilité

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO 1	
ANALISANDO O CONTEÚDO ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL.....	21
1.1. Análise de Conteúdo.....	21
1.2. Etapas do Método.....	23
1.3. Praticando o método.....	24
1.3.1. Pré-análise.....	24
1.3.2. Exploração do Material.....	36
CAPÍTULO 2	
DA BIOLOGIA À TEORIA QUEER: DA MULHER E DO FEMININO.....	42
2.1. Breve Percurso: Natureza e História	42
2.1.1. “Que diferença da Mulher, o homem tem?”	46
2.2. Do gênero à Teoria Queer.....	53
CAPÍTULO 3	
DO CONTROLE DA SEXUALIDADE E DOS PROBLEMAS DO ESTIGMA.....	68
3.1. Sexo enquanto discurso.....	68
3.2. Desacreditados e Desacreditáveis: Sinais de Estigma e Encobrimento.....	84
CAPÍTULO 4	
ANALISANDO OS DADOS – QUEM SOMOS?.....	97
4.1. Lésbica, sim; Sapatão, não!.....	97
4.2. Lésbica Masculinizada: Símbolo de Estigma?.....	109
4.3. Vestuários e Brincadeiras na Infância.....	118
CAPÍTULO 5	
ANALISANDO OS DADOS – COMO NOS RELACIONAMOS?.....	127
5.1. Descobrimo-se lésbica.....	127
5.2. Família: Encobrir ou Revelar?.....	135
5.3. A (Manipulação) da Identidade Social Nos Ambientes de Trabalho e Aprendizagem.....	142
CAPÍTULO 6	
ANALISANDO OS DADOS – O QUE SOFREMOS?.....	150
6.1. Da Violência Intrafamiliar e dos Relacionamentos Abusivos.....	150
6.2. Episódios de Discriminação.....	158
6.3. Dos Espaços de Conforto: Casa, “Guetos” e Espaços LGBT.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	182

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nossa história com o objeto da pesquisa que resultou nesta tese foi construído através de um (suponho!) exitoso emaranhado entre nossa formação acadêmica e nossa experiência profissional.

Formada em Direito e envolvida no sedutor cardápio de carreiras jurídicas, cujo ingresso se dá por meio de concurso público, com a promessa de estabilidade e salários razoáveis, rendi-me à oportunidade de exercer o cargo de Delegada de Polícia Civil.

Para além dos conhecimentos técnicos adquiridos durante a universidade, os crimes e sua apuração exigiam profundas reflexões sociais e psicológicas acerca das mazelas morais que o cercavam, além da necessária análise de quem e contra quem eram cometidos.

Por essa razão, no curso de pós-graduação em ciências criminais, dediquei-me à Sociologia Criminal e, através dela, desenvolvi estudos acerca do “Direito Penal do Inimigo”, famosa teoria jurídica que apregoa mais e piores penas (inclusive morte) ao criminoso, a partir de conceitos vagos de periculosidade.

Tal teoria, defendida pelo Alemão Gunther Jakobs (2007), afirma a necessária existência de um estado de direito “paralelo” a ser utilizado contra um inimigo, não bem definido, que se manteria num “estado de natureza”, de quem seriam suprimidos garantias e direitos, submetendo-o a penas severas, inclusive prisão perpétua e morte, em nome de um direito maior: a segurança coletiva.

Criticando tal teoria, o sociólogo argentino, Eugenio Raul Zaffaroni (2007) explica que a construção de inimigos não é novidade na história do Direito Penal (e da humanidade) e que conceitos vagos sempre foram erigidos a fim de prejudicar e justificar a penalização de determinados grupos e/ou pessoas, a exemplo dos negros, mulheres, bruxas, judeus, comunistas e, mais recentemente, terroristas.

Concluimos, à época, que o Sistema Penal é desenhado para servir de instrumento de controle social: “leis são editadas para punir uma determinada parcela de pessoas, geralmente as menos favorecidas”¹. Havendo, portanto, verdadeira **“violência e discriminação** institucionalizada **contra os de baixo**, e

¹ BANDEIRA, Katherine Lages Contasti. **O “Positivismo” Social e a Cultura da Agressividade: A Punição Como Fundamento da Prisão**. In: Revista da ESMape. V.12.n25.p.217-244 jan/jun2007 p.234

tolerância indulgente com os de cima”².

Acrescentamos na pesquisa a inquietação acerca de como a imprensa divulgava os crimes e de que forma tratava os suspeitos (geralmente, pobres), sempre sugerindo penas longas e severas, quando o ordenamento jurídico dispunha de uma gama de penas alternativas.

Essa inquietação entre imprensa, notícia, criminosos e penalidades foi melhor desenvolvida quando propusemos e desenvolvemos um projeto de dissertação, no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, nesta Universidade Federal de Campina Grande.

Nesse projeto que culminou na defesa da dissertação, analisamos o conteúdo da produção dos discursos midiáticos a respeito de crimes, mais especificamente os publicados em jornais, procurando delinear os elementos que caracterizam o vocabulário e a sintaxe cujo âmbito as matérias são produzidas e os eventuais processos de estigmatização dos indivíduos descritos como *criminosos*.

Conforme defendemos, haveria um propósito específico na definição do que é ou não é crime. De quem é ou não é criminoso. Nesse sentido, tanto a penalidade como a divulgação do crime que a gerou seria “uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles.” (FOUCAULT, 2004, p.258).

À época, para compreendermos o conceito de estigma e a forma como se dá o processo de estigmatização, adotamos a definição de Goffman (1998), mais especificamente na sua obra denominada “Estigma: manipulação da identidade deteriorada”.

Importando o conceito da Psicologia Social, o referido autor define estigma como “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social”. Reputa, ainda, que a concepção de estigma, ao invés de se referir a indivíduos concretos, considera o processo social, no qual os papéis de estigmatizados e “normais” se interpenetram.

No desenvolver da pesquisa, os dados sobre processos de estigmatização dos pobres são abundantes. Ora explícitos, ora ocultos, mas sempre em percentuais destacados. O bairro, a profissão e a espécie de criminalidade (a violenta) definiam a

² SOARES, Luiz Eduardo. **A Palavra é Legalidade.** Disponível em www.luizeduardosoares.com.br:80/ Acesso em 04.jul.2008

postura do jornalista e a espécie de linguagem a ser utilizada. Confirmamos, então, a hipótese de que a mídia impressa “funciona para memorizar, inferiorizar e desqualificar os pobres e seus espaços.” (COIMBRA, 2001, p.134).

Concluimos que a produção de matérias em que crimes e a criminalidade são tematizados não é neutra. O sistema de produção das notícias sobre eventos criminosos apresenta uma diferenciação homóloga à diferenciação social, alimentando desigualdades e contribuindo para os processos de estigmatização social dos pobres.

À conclusão do mestrado, com a consequente defesa e aprovação da dissertação, seguiu-se (na minha vida profissional) a despedida da Delegacia de Polícia e assunção à carreira de Promotora de Justiça no Ministério Público de Pernambuco.

A essa altura, afetada pela instigante atividade da pesquisa acadêmica e incapaz de me dissociar do apaixonado conhecimento das ciências sociais, dediquei-me a uma das múltiplas dimensões que a carreira no Ministério Público permite: a defesa dos Direitos Humanos com a consequente tutela de grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, negros, mulheres, profissionais do sexo, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

Entre as diversas atividades desenvolvidas, tivemos a oportunidade de participar da pioneira criação da Comissão de Direitos Homoafetivos do Ministério Público de Pernambuco, pensada para atuar na formulação e auxílio à implementação de ações institucionais para garantia do Direito à liberdade de orientação sexual e à identidade de gênero. Entre seus objetivos podemos listar:

I - Propor e acompanhar a execução das políticas institucionais relacionadas à promoção dos Direitos à liberdade de orientação sexual e identidade de gênero;

II - Produzir subsídio, notadamente de caráter técnico, para auxiliar a atuação ministerial sobre a temática de livre orientação sexual e identidade de gênero;

III - Definir planos de atuação que indiquem parâmetros e metas aos Procuradores e Promotores de Justiça de Pernambuco quanto a temática de livre orientação sexual e identidade de gênero;

IV - Intervir internamente para superar desafios constatados para garantir a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero;

V - Propor à Procuradoria Geral de Justiça a celebração de convênios de

cooperação técnica sobre a temática de liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, bem como zelar pelo cumprimento das obrigações dele decorrente;

VI - Subsidiar aos Órgãos da Administração Superior na formulação e execução do programa do concurso de ingresso e de capacitação dos membros e servidores quanto à temática de liberdade de orientação sexual e identidade de gênero;

VII - Promover articulação com servidores e membros do Ministério Público de Pernambuco quanto à temática de liberdade de orientação sexual e identidade de gênero;

VIII- Propor e desenvolver ações em parceria com Instituições governamentais e não governamentais para promoção dos direitos a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero;

IX - Produzir, organizar e disseminar, quando necessário, dados de estudos, pesquisas, publicação e seminário acerca da temática de liberdade de orientação sexual e identidade de gênero;

X - Colaborar com Órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais nas ações para promoção do direito a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero;

XI - Aprimorar as articulações e interações externas com as organizações governamentais e não governamentais em relação ao tema de liberdade de orientação sexual e identidade de gênero.

Assim, atuando nas ações da Comissão, participamos como ouvinte dos II, III e IV Congresso Nacional de Direito Homoafetivo, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, ocorridos na cidade de Recife-PE, Vitória-ES e Salvador-BA, respectivamente.

Em todos esses eventos, observamos um particular ressentimento das ouvintes mulheres, lésbicas ou não, acerca da ausência de (mulheres) lésbicas entre os palestrantes. Havia mulheres proferindo as palestras, mas nenhuma delas anunciou a respectiva orientação sexual. Diferente dos (homens) gays que palestravam: ora já faziam constar sua condição sexual no material publicitário do evento, ora anunciavam-se durante a exposição oral.

No Congresso ocorrido na cidade de Recife-PE, uma militante do movimento lésbico, que sequer constava da programação oficial, pediu a palavra e falou por cerca de 10 (dez) minutos. No congresso ocorrido em Vitória-ES, uma participante (ouvinte) pediu a palavra para dizer que era uma mulher negra e lésbica e se ressentia porque na cidade não havia sequer um bar lésbico em que pudesse conhecer outras pessoas com orientação sexual coincidente.

Intrigada pela informação, procuramos em Vitória-ES (2013) e em Salvador-BA (2014), locais dos congressos seguintes, pelos tais bares lésbicos e, de fato, não os encontramos. Os taxistas mal souberam nos conduzir aos bairros identificados como de frequência LGBT e quando opinaram, indicavam boates gays (masculinas) como alternativa à programação.

A essa sensação de silêncio e invisibilidade das lésbicas, entrelaçamos nossa experiência ao participarmos da parada LGBT, ocorrida na cidade de São Paulo, no ano de 2010 e na cidade do Recife no ano de 2014: 90% (nova por cento) dos frequentes eram homens e/ou gays.

Entre os anos de 2013 e 2014, a Comissão de Direitos Homoafetivos realizou dez encontros, abertos ao público, para profissionais das áreas de segurança, saúde e educação, além de universitários dos diversos cursos, em diversas cidades de Pernambuco, abarcando da Capital ao Sertão: Recife, Arcoverde, Carpina, Petrolina, Serra Talhada, Salgueiro, Afogados da Ingazeira, Garanhuns, Palmares e Caruaru.

Dos seis encontros nos quais participamos como palestrante, vimos algumas mulheres trans e diversos homens gays contribuírem com os debates encetados. Todavia, com relação a lésbicas, guardamos vaga memória de tão somente uma, que deu efusivo depoimento, no encontro ocorrido na cidade de Petrolina.

Percorremos, rapidamente, a literatura existente, encontrando vaga menção aos romances escritos por Cassandra Rios e a obra “Carol” da norte-americana Patricia Highsmith.

Pensando em personalidades famosas, os homossexuais assumidos que nos vieram à mente foram Cazuza, Oscar Wilde, Elton John, George Michael, Ney Matogrosso e Rick Martin. Ao pensar em mulheres, só lembramos daquelas sobre as quais repousam “indícios” de homossexualidade, já que nunca “assumiram” a condição: as cantoras Maria Bethania, Ângela Ro Ro, Gal Costa, Ana Carolina (afirmou a uma revista de circulação nacional que era bissexual) e Zélia Duncan.³

Vasculhamos, na ocasião, filmes, livros, artigos, dissertações, teses a respeito do lesbianismo e encontramos diminuto material, mesmo comparando ao que já se escreveu e se pesquisou acerca da homossexualidade masculina.

³ No decorrer da apresentação do projeto e desenvolvimento da tese, personalidades femininas assumiram sua homossexualidade. Entre as quais, as cantoras Daniela Mercury, Ana Vilela, a dupla Pepê e Neném, a jornalista da TV Globo Fernanda Gentil, a atual Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, a atual deputada estadual reeleita pelo Estado da Paraíba, Estela Bezerra e atual Prefeita da cidade de Passira-PE, Rênya Carla.

Por tudo isso, fomos levadas a crer que, em tese, o universo lésbico é recoberto por uma invisibilidade, um silêncio diferenciado.

Evidentemente, que a suposta inexistência de bares voltados ao público lésbico; a ausência de lésbicas nos congressos e nas paradas LGBT's, a suposta diminuta oferta de literatura lésbica ou a vaga memória acerca de artistas com orientação sexual declarada devem ser sopesadas com outras variáveis.

Poderia, no que se refere a ausência delas no congresso, ter sido uma falha no chamamento de participantes lésbicas ou mesmo de lideranças dos movimentos sociais femininos e lésbicos. Pode ser que elas estejam presentes em congressos na área de educação, saúde, sociologia, gênero e ausentes nos congressos de Direito.

Com relação aos bares não localizados, podemos atribuir a uma limitada procura, via taxistas, sem testar outras fontes de informação mais seguras. Pode ser que, especificamente, à época dos congressos, as cidades padecessem de oportunidades de lazer noturno às mulheres lésbicas (fato que pode não se repetir nos dias de hoje).

Poderia ser que não tivéssemos, à época, nos empenhando em localizar e identificar materiais/literatura/artistas suficientes e disponíveis sobre a matéria.

Apesar da infinitude dos questionamentos e possibilidades, próprios das pesquisas no âmbito das ciências sociais, a questão proposta pareceu mais que uma sensação inoportuna e infundada. E lá estávamos nós, de volta a pesquisa acerca de grupos considerados estigmatizados.

Escolhemos um ponto de partida simples: a sigla que designa o grupo que se identifica fora dos padrões heteronormativos. GLS era, até pouco tempo, a sigla utilizada para designar o movimento de Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Em seguida, a sigla foi modificada para GLBT: Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Em 2008, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República, convocou os movimentos sociais e a sociedade civil para participar da Iª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

O objetivo de tal convocação era propor diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos do segmento GLBT, além de avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa

Brasil Sem Homofobia⁴.

Nessa Conferência, entre outras deliberações, ficou decidido que ao invés da sigla GLBT, o segmento seria identificado pela sigla LGBT. A mudança seria para adequar o Brasil a sigla usada pela maioria dos países e, também, principalmente, para “dar mais destaques às reivindicações das mulheres lésbicas”⁵.

Cláudio Nascimento⁶, afirma, sobre a mudança da sigla, que “não é só uma mudança estética. Tem um caráter político importante que é considerar a questão de desigualdade de gênero dentro do movimento LGBT, já que boa parte da visibilidade social e política ainda recai sobre os gays (homens)”⁷.

Toni Reis, Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLBT) diz que “a mudança (da sigla) atende à antiga reivindicação das lésbicas”, uma vez que “a lésbica é discriminada primeiro por ser homossexual, depois por ser mulher”⁸.

A mudança da sigla parece apontar para indícios de que a lésbica, por questões desconhecidas, acaba por se invisibilizar ou ser invisibilizada. Conforme visto acima, a troca das letras na sigla foi comentada, apenas, por dois homens. Isso ocorre porque “o presente envolve o passado e no passado toda a história é feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens” (BEAUVOIR, 1970, p.15).

Por isso, suspeitamos que a lésbica submete-se a um duplo estigma: primeiro por ser mulher e, segundo por ser homossexual. Além da mudança da sigla, o dia comemorativo das lésbicas tem nomenclatura indicativamente explícita: 29 de agosto, “dia da visibilidade lésbica”.⁹

⁴ Convocação para a conferência e objetivos foram feitos através do Decreto de 28/11/2007, cuja versão eletrônica está disponível no sítio da Presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11426.htm. Acesso em 26/09/2012

⁵ **Movimento GLBT decide mudar para LGBT.** Portal de Notícias Globo G1. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL593295-5598,00.html>. Acesso em 26/09/2012

⁶ Superintendente de Direitos Individuais Difusos e Coletivos, da Secretaria Estadual do Rio de Janeiro, de Ação Social e Direitos Humanos

⁷ **Mudança de sigla de GLBT para LGBT divide comunidade.** Portal de Notícias Globo G1. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,MUL597188-5606,00-MUDANCA+DE+SIGLA+DE+GLBT+PARA+LGBT+DIVIDE+COMUNIDADE+GAY.html> acesso em 26/09/2012

⁸ **Movimento muda sigla de referência de “GLBT” para “LGBT”.** Portal de Notícias Folha de São Paulo. Versão eletrônica disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u410294.shtml>. Acesso em 27/09/2012

⁹ Secretária de Mulheres destaca dia da visibilidade lésbica. Governo da Bahia. Secretaria de Ação

Para compreender o possível silêncio afásico que recai sobre as lésbicas, há de conjugar duas espécies de discurso: o feminista e o homoafetivo. Isso porque, diferente dos homens gays que, apenas, se opõem à heteronormatividade, as lésbicas devem enfrentar a heteronormatividade e o patriarcado ainda predominante.

A questão é que “mulher” e “lésbica” não contêm significados estáticos. Quem é e o que é ser mulher? O que determinaria essa condição? O Feminino ou aquilo que é a ele atribuído define a mulher? Que dizer, então, da designação “lésbica”? Melhor seria utilizar a expressão “mulher gay” ou simplesmente nos apropriarmos da expressão “mulher homoafetiva”, “mulher homossexual”? Ou melhor definição encontraríamos na designação pejorativa “sapatão”?

Mas, afinal, o que é (ser) lésbica? O que determina que uma mulher é/foi ou se defina como homossexual: a mera atração afetivo/sexual por outras mulheres ou a efetiva prática de sexo com outras mulheres? A relação afetivo/sexual de uma mulher com uma mulher trans as definiria como lésbicas?

Noutro giro, problematizando o estudo, passamos a indagar: em se considerando lésbicas, como constroem sua identidade social? Explicitam essa escolha à sociedade, família, amigos, colegas de trabalho e/ou escola-faculdade, na igreja, em encontros sociais? Em manipulando essa identidade, como, onde e por que decidem confessar e/ou omitir, negar? Haveria dimensões de locais sociais para confessar ou esconder?

Essa gama de questionamentos será enfrentada por dupla inspiração teórica. A primeira, através do constructo do dispositivo da sexualidade, desenvolvida por Michel Foucault (2015) em sua “história da sexualidade”, volume um ou primeira parte. Segundo tal teoria, o sexo é reduzido a um discurso em favor da família burguesa e reprodutora, deixando-se à margem todas as outras formas de vivenciar a sexualidade.

O segundo e principal farol teórico é a obra de Erving Goffman (1988) – Estigma: Manipulação da Identidade Deteriorada – em que o autor desenvolve conceitos acerca do estigma e da construção de identidades pessoais virtuais e reais. Além disso, será através dele a compreensão do encobrimento/manipulação, dos signos e símbolos de estigmas e da utilização de desidentificadores.

De maneira reflexa e para melhor sedimentar os conceitos desenvolvidos pela dupla de teóricos acima mencionada, enfrentaremos a construção das categorias “mulher”, “gênero” e “lésbica”. Para tanto, nos escudaremos, de maneira tangencial, em triângulo teórico, fundado nos ensinamentos de: 1. Simone de Beauvoir (2009), na obra “o segundo sexo”; 2. Joan Scott (1995) “gênero: uma categoria útil para análise histórica” e 3. Judith Butler (2015), em seus “problemas de gênero”.

O objetivo principal é compreender os mecanismos/decisões, acaso existentes, que determinam o comportamento de lésbicas para se visibilizar ou não perante os contatos mistos. Para alcançar tal objetivo, pretendemos responder às seguintes indagações, as quais devem ser enfrentadas como objetivos específicos:

1. Que Situações concretas levam essas mulheres a partir de suas trajetórias e experiências de vida a imprimirem as suas vivências uma visibilidade ou uma invisibilidade à sua orientação sexual?
2. Até que ponto a sociedade imprime um constructo baseados em estigmas ou coerções que fazem com que essas mulheres optem por uma ou outra forma de pertencimento social?
3. Como as instituições tais como famílias, instituições educacionais, instituições religiosas, experiências e lugares para atividades profissionais estimulam ou não tais invisibilidades?

Em termos de metodologia, optamos pela história oral e pela análise de conteúdo. A primeira se define por ser um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto do estudo (ALBERTI, 2005, p.18). Ao passo que a segunda, é uma metodologia utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de variada classe de documentos e textos, incluindo entrevistas, através de descrições sistemáticas quantitativas e qualitativas (MORAES, 1999).

Para tanto, devemos responder a três perguntas: que pessoas entrevistar? Que tipo de entrevista adotar? E quantas pessoas ouvir? As entrevistas recaíram sobre mulheres que se declararam lésbicas ou se relacionando afetivamente com outra(s) mulhere(s).

Respondendo à segunda indagação – que tipo de entrevista adotar – , optamos pela história de vida, a qual tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou (ALBERTI, 2005 , p. 37 e 38).

Finalmente, com relação a quantas pessoas ouvir, esta decisão deve levar em conta quantas entrevistadas são necessárias para que se possa começar a articular os depoimentos entre si, e dessa articulação chegar a inferências significativas para os propósitos da pesquisa (ALBERTI, 2005, p.36).

Assim, foram ouvidas onze mulheres entre 27 (vinte e sete) e 59 (cinquenta e nove) anos. Graduas a Doutoradas nas áreas de saúde, ciências humanas e ciências sociais. Algumas solteiras, outras, namorando, e boa parte, mantendo uma união estável. Parte residindo em cidades do interior e outra parte residindo em grandes capitais ou cidade de região metropolitana. Em cerca de dezesseis horas, as entrevistadas responderam a onze questões propostas.

A interpretação de tais entrevistas se dará pela análise de conteúdo que se define por ser “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2010, p.40)

Tais mensagens melhor compreendidas no conceito de documentos, podem ser do tipo naturais – produzidos espontaneamente na realidade – ou suscitados pela necessidade do estudo, através de respostas a questionários, entrevistas, experiências, etc.

A tese encontra-se estruturada em seis capítulos. No primeiro, esmiuçamos a metodologia adotada, no decorrer do trabalho. No segundo, desenvolvemos a inspiração teórica tangencial, esclarecendo melhor os conceitos de mulher e gênero, desde a questão da determinação biológica até a instituição do que se convencionou chamar de “teoria *queer*”.

No terceiro momento, a inspiração teórica **central**, entrelaçada pela análise de dados, abarca as formas do controle da sexualidade (FOUCAULT, 2015) e, com mais profundidade, os conceitos para definição do estigma e fenômenos de encobrimento (GOFFMAN, 1988). Enfrentamos os discursos religiosos, médicos e psicanalíticos que garantiram e garantem a perpetuação da heterossexualidade reprodutiva, inserida num modelo de família e casamento, como padrão único a ser

seguido e desenvolveremos definições de informação social. Na mesma ocasião, refletimos sobre os conceitos de “desacreditados e desacreditáveis”, informação social, encobrimento e manipulação, desenvolvidas pelo “portador” de estigma.

A partir do quarto capítulo, realizamos a análise qualitativa de dados propriamente dita, categorizadas e separadas a partir de três grelhas temáticas: 1. Quem somos? 2. Como nos relacionamos? e 3. O que sofremos?

No capítulo quarto, então, dissertamos sobre a identidade das lésbicas, do ponto de vista terminológico: com que palavras se sentem identificadas: “gay”, “homossexual”, “homoafetiva”, “lésbica” ou outra designação? Seguindo-se da análise “lésbica masculinizada”, segundo referências das entrevistadas. Por fim, roupas e brincadeiras na infância serão as temáticas estudadas a partir dos discursos encetados.

No quinto capítulo – como nos relacionamos? – enfocamos a relação das mulheres ao se descobrirem lésbicas e como administraram o atributo perante suas famílias, trabalho e escola/faculdade.

Finalmente, no sexto capítulo – o que sofremos? – explanamos sobre a violência endógena e exógena praticada em desfavor das lésbicas: desde a praticada por estranhos, passando pela intrafamiliar até a ocorrida no interior do relacionamento afetivo. Tratamos de episódios de discriminação sofridos pelas entrevistadas e a existência/importância de guetos e espaços de bares voltados ao público LGBT.

Demais resultados e conclusões acerca das questões propostas fazem parte de nossas considerações finais.

CAPÍTULO 1

ANALISANDO O CONTEÚDO ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL

1.1. Análise de Conteúdo

Como já observado alhures no que se refere à metodologia, optamos pela análise de conteúdo, definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2010, p.33), como uma “categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social” (BAUER & GASKELL, 2007, p.191).

É uma metodologia utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de variada classe de documentos e textos, incluindo entrevistas. O método, através de descrições sistemáticas quantitativas e qualitativas, demonstra ser apropriada para nossos objetivos de pesquisa, inclusive por permitir uma (re)interpretação que vai além da leitura comum (MORAES, 1999).

A Análise de Conteúdo (AC) visa o conhecimento de “variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, dentre outras, por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (BARDIN, 2010, p.33).

No caso da nossa pesquisa essa “amostra de mensagens” foi constituída a partir da realização de entrevistas com mulheres que declararam manter relações afetivas com outras mulheres. O procedimento para as entrevistas é entrelaçado pela metodologia da história oral, obedecendo aos tipos de entrevista, formas de entrevistar, lugar e quantidade de pessoas a entrevistar, além de transcrição e conferência das entrevistas.

Entrevistas são materiais “ricos e complexos” passíveis de serem submetidos à análise de conteúdo, através de uma “grelha de análise categorial”, privilegiando a repetição de frequência dos temas; (BARDIN, 2010, p. 89 e 91).

Bourdieu (1999, p.9) esclarece que “na realidade, o esforço para interrogar uma ciência particular com a ajuda dos princípios gerais, (...) justifica-se e impõe em particular, no caso da sociologia”. É necessário para o bom desenvolver de uma pesquisa o que Bourdieu (idem, p.23) chama de vigilância epistemológica, um conjunto de hábitos intelectuais para combater a “sociologia espontânea” que paira

sobre nossas tentativas de interpretação do mundo social.

Na nossa abordagem de investigação de práticas e sociabilidade das mulheres lésbicas, escolhemos a Análise de Conteúdo (AC), um método de análise de textos desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas (BAUER, 2007, p.190) através do qual “tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (MOSCOVIS, 2003 apud OLIVEIRA, 2008).

Usando esse método é possível estudar estruturas semânticas (significantes), sem descuidar das estruturas sociológicas (significados dos enunciados). A AC é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, os quais, analisados adequadamente, nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis (MORAES,1999).

Assim, o desvelar do conteúdo relaciona-se com um exercício metodológico de interpretação e investigação do intratexto. Apesar de não existirem regras absolutas, pois cada pesquisa vai revelando novas necessidades e possibilidades, a análise de conteúdo apresenta objetivos e fases claras para essa atividade de perscrutamento.

Essa metodologia concede uma espécie de liberdade limitada que permite ao pesquisador ir para além do texto, sem mergulhar nas complexas construções gramático-semânticas da análise de discurso, a possibilidade de organizar o pensamento em categorias, criadas a partir de índices, como uma bússola mínima a indicar o caminho para a interpretação.

Para além do exposto, em obra clássica, Bardin (2010, p.23) explica o duplo viés permitido pelo método. É possível quantificar (investigar a frequência com que surgem certas características do conteúdo), sem descuidar da ótica qualitativa que nos faculta analisar “a presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração”.

Numa linguagem mais transparente, tem-se que a análise quantitativa de conteúdo se debruça sobre dados descritivos obtidos através de um método estatístico, permitindo a observação controlada, na qual, a análise qualitativa, é substituída por um método mais intuitivo, subjetivo e, portanto, mais flexível para alcançar índices não previstos. Através dela, procura-se inferências significativas (para o propósito da pesquisa), articulando, entre si, os depoimentos colhidos.

Para o perfeito desenvolvimento da metodologia, o pesquisador deve cumprir

determinadas etapas: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material e (3) por último, o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação (BARDIN, 2010, p.121).

1.2. Etapas do Método

A **pré-análise** é a primeira etapa. Momento de organização e escolha do material e assunto a ser estudado. É nesse momento que o pesquisador permite-se a uma investigação ampla de testes acerca do material a ser analisado. Durante, ou antes, da escolha do material, as hipóteses e os objetivos são formulados.

Inicialmente, recomenda-se a leitura flutuante (BARDIN, 2010, p.122), que, sendo a primeira atividade da pré-análise, consiste em “estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações”. É um período de liberdade plena, no qual o pesquisador permite-se, dentro da temática selecionada, conhecer o universo disponível para a pesquisa.

Em seguida, parte-se para a fase da escolha dos documentos. Estando o objetivo pré-determinado, é necessária a demarcação através da constituição de um *corpus*: “conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (idem). .

A formulação de hipóteses e objetivos não tem momento pré-estabelecido. A pesquisa pode ser iniciada sem eles e a partir das leituras chega-se à formulação. Ou se constrói a hipótese e o objetivo, partindo-se para o estudo. As variações são ilimitadas.

Hipótese, para que não reste dúvida, é uma resposta possível a uma questão de pesquisa, “uma afirmação provisória que nos propomos verificar, recorrendo aos procedimentos de análise”. O objetivo é “a finalidade geral a que nos propomos, o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados” (idem, p.124).

Uma vez selecionado o material, passa-se a sua preparação, através de uma edição, na qual cada elemento do *corpus*, deve ser numerado e devidamente individualizado. É possível a utilização de recursos informáticos, e, se for o caso, o material deve estar apto a atender a especificidade do programa tecnológico utilizado.

Recomenda-se, ainda, a criação de **índices de referências e elaboração de indicadores**, uma espécie de operação de “recorte do texto em unidades

comparáveis de categorização para análise temática e codificação para registro dos dados”(idem, p.126).

Por fim, a última fase é a de **inferência e interpretação**, através da qual o analista é comparado a um “arqueólogo”, pois trabalha com “vestígios”, os quais são “desvendados” através de “índices”, postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. A inferência é, então, a fase intermediária entre a descrição (categorização após tratamento) e interpretação (significação concedida a essas características). (idem, p.41)

1.3 Praticando o Método

1.3.1 Pré-análise

Na diminuta bibliografia existente sobre o tema, como visto anteriormente, é recorrente, em qualquer época e sob qualquer perspectiva, a menção de que a homossexualidade feminina é invisível e/ou silenciosa.

Na década de 60, o psiquiatra Frank S. Caprio ao estudar a homossexualidade feminina, refere-se a ela como “desconhecida”, mas “indubitavelmente elevada”:

É absurdo suplementar pretender que, sendo os homossexuais indignos de confiança, se investiguem apenas os casos de homossexualismo masculino, ignorando completamente a incidência desconhecida, porém indubitavelmente elevada, do homossexualismo feminino. (CAPRIO, 1978, p. 6)

O apagamento da homossexualidade feminina durante a história pode ser representado pelo tratamento dispensado à obra da famosa poetisa Safo de Lesbos, escritos seis séculos antes da nossa era, e do romance “Poço da Solidão”. No primeiro caso, nove volumes de poemas cantavam livremente o amor entre as mulheres.

No segundo, romance da autora inglesa Radcliff Hall, publicado no final da década de 20, a homossexualidade é retratada como algo natural através da relação amorosa de Stephen Gordon, de família inglesa de classe alta, e Mary Llewelly, motorista de ambulância durante a primeira guerra mundial. No fim do romance, a autora traz uma assertiva explícita: “Deixe-nos existir.” Tanto a obra poética como a

obra em prosa foram queimadas, conforme nos explicam Nunes (2012) e Navarro-Swain (2004):

No século XI, toda a obra de Safo, contida em nove volumes foi queimada pela Igreja. No entanto, em fins do século XIX dois arqueólogos ingleses descobriram em Oxorinco, sarcófagos envoltos em tiras de pergaminho, numa das quais eram legíveis uns 600 versos.
(NUNES, 2012)

O poço da solidão, de Radcliff Hall, romance que fez escândalo no início do século XX na Inglaterra foi interditado durante 31 anos, tendo os primeiros 247 exemplares queimados no porão da Scotland Yard, assim como a obra de safo.
(NAVARRO-SWAIN, 2004, p.39)

Em recente reportagem, a revista Exame¹⁰ publicou uma matéria acerca da manutenção da criminalização da homossexualidade em vários países de diferentes continentes. Nela, foi esclarecido que “ainda existem 72 (setenta e dois) Estados – um terço dos que integram a ONU – que criminalizam o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo”, sendo que em, 45 (quarenta e cinco) deles “a lei se aplica tanto para mulheres quanto para homens”.

Isso significa que, atualmente, em 27 (vinte e sete) países o relacionamento entre mulheres não é crime, mas também não é legalizado, logo, sequer existe. Tal matéria reflete o que a história conta: em diversos países, a homossexualidade masculina era criminalizada, enquanto a homossexualidade feminina era, simplesmente, ignorada. Raros são os casos de condenação de mulheres por “sodomia”:

Ligia Bellini (1987: 34-36) faz aparecer imagens de mulheres acusadas de “sodomia” e julgadas pela inquisição do Brasil, entre 1591 e 1595. Vinte e nove mulheres, das quais apenas uma solteira e duas viúvas. Todas as outras casadas. Francisca Luís, negra alforriada, e Isabel Antonia, degredada para o Brasil pelo “crime nefando”, tiveram um caso escandaloso em Salvador, com cenas de ciúme e agressão em público que foi parar no Santo Ofício.
(NAVARRO-SWAIN, 2004, p.39)

Na Espanha, durante a década de 40, sob a vigência da ditadura de Francisco Franco Bahamonde, o lesbianismo não existia e não se pode falar do que não

¹⁰ Revista Exame. **Ser homossexual é crime em 72 países mostra relatório**. Seção Mundo. Em 20 de junho de 2017. Versão eletrônica disponível em <https://exame.abril.com.br/mundo/ser-homossexual-e-crime-em-72-paises-mostra-relatorio/>. Acesso em 29/11/2018

existe. A ditadura de Franco destinava suas prisões a mulheres que realizavam “delitos femininos”: prostituição, adultério e infanticídio. As lésbicas estavam fora do cárcere. É o que confirmam Dolores Juliano e Raquel Osborne ao escrever sobre “as estratégias da negação”, numa tradução livre cujo excerto segue:

A tradição de se negar a existência dessa porcentagem da população feminina cuja opção sexual se centra em outras mulheres tem uma larga história. As ordenanças do século XVII sancionaram duramente a homossexualidade, mas só se penalizava a masculina. (in: PLATERO, 2008, p.8)

No final da década de 40, Simone de Beauvoir, no capítulo dedicado às lésbicas indica em nota de rodapé que “é interessante notar que o código inglês pune a homossexualidade nos homens e não a considera um delito nas mulheres”, isso porque a relação entre mulheres é vista com “indulgência” proposital:

O pederasta inspira hostilidade aos heterossexuais masculinos e femininos porque estes exigem que o homem seja um sujeito dominador; ao contrário, ambos os sexos consideram as lésbicas com indulgência. “Confesso, diz o conde de Tilly, que é uma rivalidade que não me aborrece em absoluto; ao contrário, isso me diverte e tenho a imoralidade de rir da coisa”. (BEAUVOIR, 2009, p. 524)

Denise Portinari (1989, p.15) ao escrever o “Discurso da Homossexualidade Feminina”, resente-se, na introdução da obra, da inexistência/invisibilidade do tema: “é preciso acrescentar que o objeto dessa proposta é de certa forma, um objeto inventado. A expressão discurso da homossexualidade feminina não consta formalmente da bibliografia relevante, não é empregada na linguagem cotidiana”.

Em 1987, ao publicar “lesbianismo no Brasil”, Luiz Mott asseverou que ao pesquisar a homossexualidade masculina, deparou-se “aqui e acolá com referências históricas ou literárias à homossexualidade feminina”, sendo que “se comparado com o que já dispomos sobre os homossexuais masculinos não representa sequer a décima parte da documentação”.(1987, p.15, grifos acrescentados).

Recentemente, há menos de dez anos, fundindo a invisibilidade e o discurso do patriarcado, a Francesa Stephanie Arc (2009, p.14), afirmou que “a sexualidade lésbica nunca foi reprimida porque se considerava que ela não existia [...] Para as autoridades públicas, o lesbianismo não representa um perigo, pois as mulheres não tem nenhum poder na sociedade e seus casos amorosos não atentam contra a

organização social”.

Navarro-Swain ao tentar responder a questão “o que é o lesbianismo?”, começa na parte introdutória com a seguinte indagação: “onde se escondem as lésbicas? Em que nichos de obscuridade e silêncio se pode encontrá-las?” (2004, p.13). Esconder significa “deixar de revelar”, “manter em segredo”, “colocar alguém (ou algo) em lugar no qual possa ficar oculto¹¹”

Empar Pineda, em artigo intitulado, numa tradução livre, “minha pequena história sobre o lesbianismo organizado e o movimento feminista de nosso País”, assevera que, na década 80, o tema da invisibilidade era o que mais preocupava o coletivo (movimento organizado) de lésbicas. Na afirmação da autora, cujo excerto segue numa tradução livre:

Sou da opinião que apesar dos avanços que tem acontecido nos últimos anos, a invisibilidade das lésbicas segue sendo um dos maiores problemas para a aceitação social plena de nossa existência e de nossa presença. Não seria mal voltar a refletir sobre esse tema nos dias de hoje. (in: PLATERO, 2008, p.8)

O silêncio e a invisibilidade parece recobrirem o universo lésbico. Ao menos, é a impressão contundente daqueles que se propõem a escrever sobre a questão. Ainda que por caminhos diferentes, é a sensação que nos trouxe ao objeto de pesquisa. De que maneira, conforme nos desafiou a banca examinadora, para ingresso neste programa de Pós-Graduação, pesquisar o não-dito, o não-visto, ou melhor as não-ditas, as não vistas?

Que mecanismos externos ou internos determinariam o fato de lésbicas se fazerem visíveis ou invisíveis nos contatos mistos? Procurar em jornais, revistas, notícias de televisão e/ou em redes sociais implicaria dificuldade na coleta de dados e provável escassez de material, com possível conteúdo insuficiente para responder às questões propostas. Pesquisas em sítios eletrônicos específicos foi um método explorado por outros trabalhos científicos que não desejaríamos repetir. Decidimos, mesmo diante das dificuldades que se apresentaram, ver e ouvir as (mulheres) lésbicas.

Entrevistas com mulheres lésbicas (que assim se declarem) se revestiu de viabilidade metodológica, uma vez que, em tais casos, “lidamos com uma fala

¹¹ Dicionário on line de português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/esconder/>. Acesso em 29/11/2018

relativamente espontânea [...] encenação livre daquilo que uma pessoa [...] diz do seu próprio sistema de pensamentos, dos seus processos cognitivos, dos seus sistemas de valores, de representações, de suas emoções, da sua afetividade [...].” (BARDIN, 2010, p.89)

Contudo, que tipo de entrevistas fazer? Como selecionar as entrevistadas? Quantas pessoas devem ser entrevistadas? Que perguntas fazer? Qual o lugar ideal para realizar a entrevista? Quanto tempo deve durar a entrevista? Foram perguntas e indagações recorrentes.

Para as entrevistas entrelaçamos o método da história oral, com conversas de histórias de vida, que tem “como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou”. (ALBERTI, 2005, p.37 e 38)

A entrevista teve como eixo a biografia da entrevistada, sua vivência e sua experiência, uma vez que a sexualidade recorta todos esses pontos. Para tanto, foi elaborado um roteiro geral, a fim de que fossem identificadas divergências, recorrências ou discordâncias entre os diferentes depoimentos obtidos durante a pesquisa.

Pendente a questão de onde e como selecionar as entrevistadas, foi elaborada breve revisão de literatura, na qual se observou que tais informantes foram selecionadas em bares LGBT, na da tese de doutorado de Andrea Lacombe, defendida em 2010, na UFRJ (antropologia social) e na dissertação de mestrado de Rafaella dos Santos Porfírio, defendida em 2018 na UFCG (ciências sociais).

Mariana Soares Pires de Melo defendeu dissertação, em 2016, na UFPB (sociologia) em que estuda percepções, discursos e práticas de formas de violência contra mulheres lésbicas. As respectivas entrevistadas foram selecionadas a partir de seu círculo social: “amigas”, “amigas das amigas” e conhecidas. Em seguida, uma representante do movimento social foi contatada, convocou uma reunião informal e dali, após exposição do tema, algumas mulheres se propuseram a ser entrevistadas.

Alexandre Eustáquio Teixeira defendeu dissertação de mestrado em 2003, na UFMG (sociologia), com o tema Territórios homoeróticos em Belo Horizonte: um estudo sobre as interações sociais nos espaços urbanos. Seus entrevistados foram recrutados através de um “contato-chave”.

Dessa forma, optamos pela seleção de entrevistadas através de três contatos-chaves, sendo um do nosso meio acadêmico e dois do nosso meio profissional. Duas das entrevistadas, servindo como “contato-meio”, de maneira espontânea, indicaram outras possíveis entrevistadas. Coube aos “contatos” os esclarecimentos preliminares da pesquisa às mulheres. Não houve qualquer exigência quanto à idade, escolaridade, domicílio ou qualquer outra característica das entrevistadas, a não ser a autodeclaração de que se relacionam afetivamente com mulheres.

Uma vez concordantes em participar da pesquisa, o contato-chave ou contato-meio nos fornecia o número de telefone das candidatas e, através de mensagens ou telefonemas, prestávamos informações complementares, tentando agendar o dia da entrevista.

Criamos um roteiro geral de perguntas que foi alargado ou restringido, conforme as entrevistas iam ocorrendo. O roteiro foi elaborado com recortes genéricos de denominação/identificação, relações familiares, no trabalho, na escola e com amigos, além da importância (ou não da existência de bares LGBT), nos seguintes termos:

1. Fale um pouco sobre você: Qual seu nome completo? Idade? Profissão e Escolaridade? Cidade de Nascimento? Estado Civil? Atualmente trabalha e/ou estuda? Onde trabalha e/ou estuda?
2. Fale um pouco sobre sua família: você tem irmãos? Pais vivos? Parentes? Como é sua relação com eles?
3. No que se refere à identidade de gênero – cisgênero/transgênero- e a orientação sexual – heterossexual, homossexual, bissexual, intergênero, queer...como você se identifica?
4. Como e quando se deu sua experiência com a homoafetividade?
5. Como você, sua família, amigos e colegas do trabalho/faculdade/escola lidaram com a sua orientação sexual?
6. Você considera que teve experiência sexual/afetiva com muitas mulheres? Tais experiências foram furtivas (sem compromissos) ou foram relacionamentos estáveis? Você já se casou ou viveu em união estável com uma mulher?
7. Como você vê a cultura com relação à aceitação e tolerância com a homoafetividade?
8. Você já se sentiu discriminada por ser lésbica?
9. O termo lésbica a incomoda? Há algum outro termo que a conforta ou incomoda?

10. Você costuma frequentar espaços homoafetivos? Quais e com que frequência? O que pensa desses espaços?

11. Como você tem vivido sua sexualidade, como você se relaciona com a cidade em que vive e como constrói sua sociabilidade?

12. Você abre para todos sua sexualidade e por quê?

No dia agendado, em local sugerido por ela(s), desenvolvemos um roteiro preliminar para mostrar nossa trajetória de pesquisa (da graduação, passando pela especialização e mestrado até o momento atual), propósitos da pesquisa da tese, apresentação do termo de consentimento, comentários acerca do sigilo e condução da entrevista e, finalmente, explicações sobre o formato da pesquisa.

Esse contato inicial é muito importante porque constitui um primeiro momento de avaliação recíproca, base sobre a qual se desenvolverá a relação de entrevista. Deve-se mostrar franqueza na descrição dos objetivos do trabalho e condução das entrevistas. O entrevistado deve entender o quanto suas opiniões serão respeitadas e como é relevante seu depoimento. (ALBERTI, 2005, p.87 e 88)

Os procedimentos e técnicas da pesquisa se encontram subsumidos à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, a qual prevê, entre outras questões, que as pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais.

A eticidade implica em consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo, tratamento com dignidade e respeito a sua autonomia, ponderação entre riscos e benefícios, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos e relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa.

Pela temática a ser desenvolvida-sexualidade-, questão rodeada de tabus e estigmas, além de se inserir na esfera de intimidade-privacidade das pessoas, era previsível que nos relatos haveria informações muito pessoais vivenciadas pelas entrevistadas. Dessa forma, resguardando o sigilo das informações fornecidas, caso concordassem com a entrevista, deveriam subscrever um termo de consentimento nos seguintes moldes:

TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Aceito participar da pesquisa sobre “práticas de sociabilidade e experiência por (mulheres) lésbicas” da aluna do Curso de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-PB, Carolina de Moura Cordeiro Pontes, orientada pela Professora Doutora Elizabeth Christina de Andrade Lima.

Declaro que fui informada que a pesquisa pretende analisar a forma como as mulheres lésbicas vivenciam sua sexualidade.

Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado pela pesquisadora em local e duração previamente ajustados, () permitindo () não permitindo a gravação das entrevistas.

Fui informada pela pesquisadora que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente.

() Autorizo () Não autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa.

Essa apresentação preliminar da entrevistadora e da pesquisa pretendia criar na(s) entrevistada(s) uma relação de confiança nas informações a serem fornecidas, bem como esclarecer os objetivos da pesquisa e o cuidado no método. Isso porque cada entrevista se definiu como primeiro e possivelmente único encontro entre duas pessoas desconhecidas entre si, em que uma relatava a outra intimidades/singularidade de sua vida privada. Por essa razão, ALBERTI (2005, p.102) nos esclarece:

A relação estabelecida entre entrevistado e entrevistadores não se diferencia de modo genérico das demais relações que mantemos com outras pessoas ao longo da vida. Em toda relação há códigos que indicam padrões de conduta a serem seguidos ou não, conforme a empatia entre as partes, a cumplicidade e a duração daquela experiência. Uma relação de entrevista é, em primeiro lugar, uma relação entre pessoas diferentes, que têm em comum o interesse por determinado tema.

Os sentimentos que inundaram a nós e as entrevistadas foram bastante diversos na coleta dos depoimentos. Quase todas apresentaram uma tensão pela inusitada situação. Algumas demonstraram vontade de contribuir e, ao mesmo tempo, resistência em prestar as informações. Nenhuma se negou a responder quaisquer perguntas e outras tinham guardadas muitas histórias para contar.

Algumas chegaram com pressa e saíram atrasadas. Por fim, uma minoria aterrissou, de maneira pontual, contando os segundos para que a entrevista acabasse.

Com relação ao local, as entrevistadas foram convidadas a escolher o lugar para o encontro, objetivando que se sentissem o mais confortável possível. Metade delas optou por ser entrevistada numa “praça de alimentação”, outra parte em suas próprias casas (sala-de-estar e cozinha) e o restante no campus da universidade.

Anotamos algumas dificuldades nas entrevistas feitas na praça de alimentação, entre elas o alarido permanente de transeuntes e funcionários, interrupções de pessoas conhecidas da(s) entrevistada(s) e conversa em alto volume de pessoas que se sentavam próximas.

Outra circunstância a ser anotada é que numa das entrevistadas agendadas, a respectiva namorada/companheira da informante se fez presente e intentava acompanhar a entrevista. Gentilmente, esclarecemos o método da pesquisa, propusemos que a companheira, caso quisesse, fosse entrevistada em seguida e solicitamos sua ausência temporária, como orienta ALBERTI (2005, p.107):

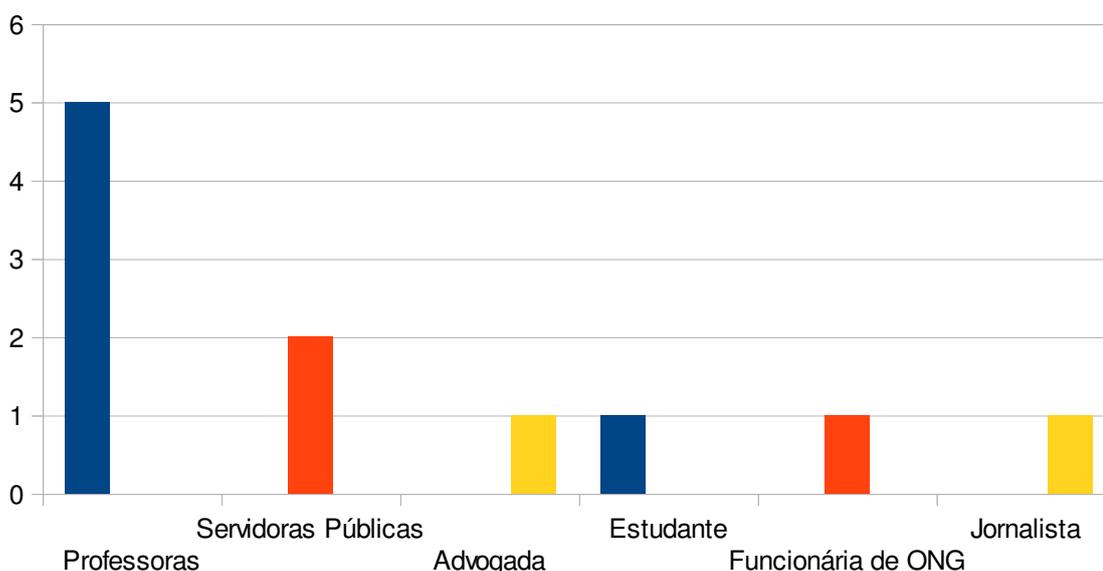
É necessário que entrevistado e entrevistadores estejam concentrados sobre o que (e como) se fala. Nesse sentido, a presença de terceiros durante a gravação de uma entrevista pode constituir elemento dispersivo e, às vezes, limitador. Digamos, por exemplo, que em determinada entrevista o cônjuge do entrevistado esteja assistindo ao depoimento. Mesmo que não participe com opiniões ou lembranças próprias, pode ser que o entrevistado se sinta inibido com sua presença ou de alguma forma obrigado a reportar-se ao cônjuge na reconstituição do passado, de maneira a incluí-lo na conversa.

O agendamento das entrevistas foi feito com bastante antecedência, harmonizando nossa disponibilidade (em face dos deslocamentos necessários) com a disponibilidade, de data e horário, das informantes. Mesmo assim, foi bastante comum pedido de adiamento, por motivo de força maior (doença na família), compromisso de última hora (buscar um familiar na escola, reunião marcada para a mesma data e horário), ou como forma de se eximir do encontro (o encontro foi marcado e remarcado por mais de três vezes, durante quase um mês, fato que nos fez desistir de entrevistar uma das “voluntárias”).

De outra forma, anotamos que a entrevista mais breve durou 55 (cinquenta e cinco) minutos e a mais longa, 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos. Em face da necessidade de deslocamento e pernoite nas cidades de domicílio das

entrevistadas, marcamos, em algumas ocasiões, mais de um encontro para o mesmo dia, o que acarretou alguns atrasos, porém, entendemos não terem maculado o conteúdo das entrevistas. As atividades profissionais das entrevistadas foram as mais diversas possíveis. Respeitado o sigilo, podemos assim graficamente representá-las:

Gráfico 1 – Profissões das Entrevistadas

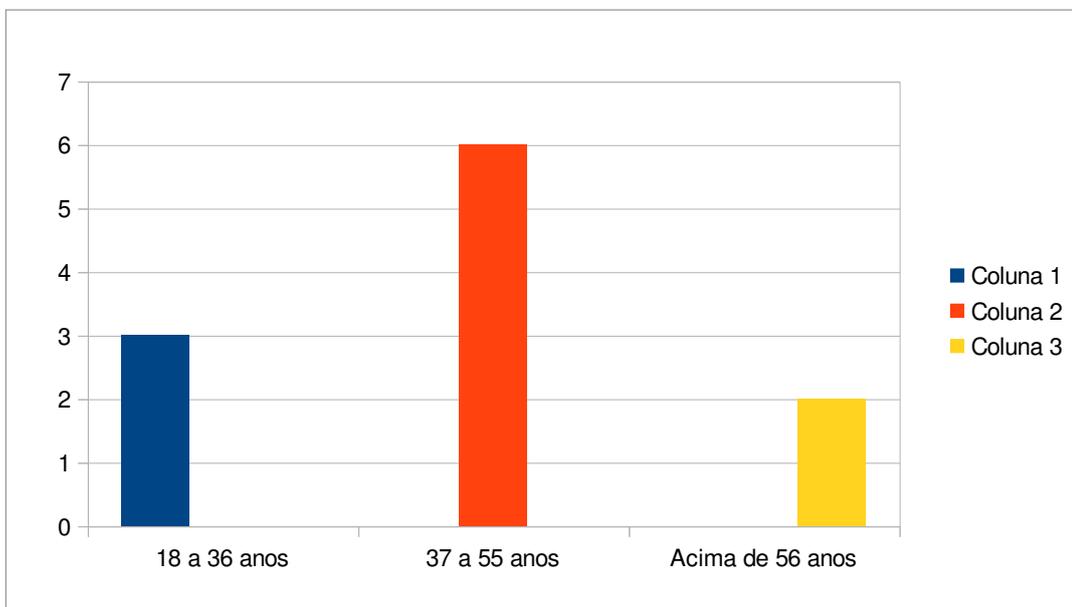


As entrevistas foram feitas através de um aparelho celular, com funções de captação de áudio e imagem. Inicialmente, filmamos as três primeiras entrevistadas, contudo, alguns fatores nos fizeram repensar a metodologia: 1. Resistência justificada de algumas entrevistadas, que temiam exposição; 2. Grande extensão de arquivos com áudio e imagem, dificultando a transferência de arquivos (via nuvem, e-mail, bluetooth, etc.), bem como seu armazenamento e 3. Desnecessidade da imagem, visto que apenas o conteúdo do discurso seria alvo de análise. Dessa forma, as três entrevistas gravadas em áudio e vídeo foram convertidas em arquivos de áudio e nas demais, captamos, apenas, as vozes.

Ao todo, entre os meses de março e maio de 2018, foram 16 (dezesesseis) horas de entrevistas com 11 (onze) mulheres, em três cidades diferentes: 1. capital; 2. Cidade que integra região metropolitana e 3. Cidade de grande porte (mais de

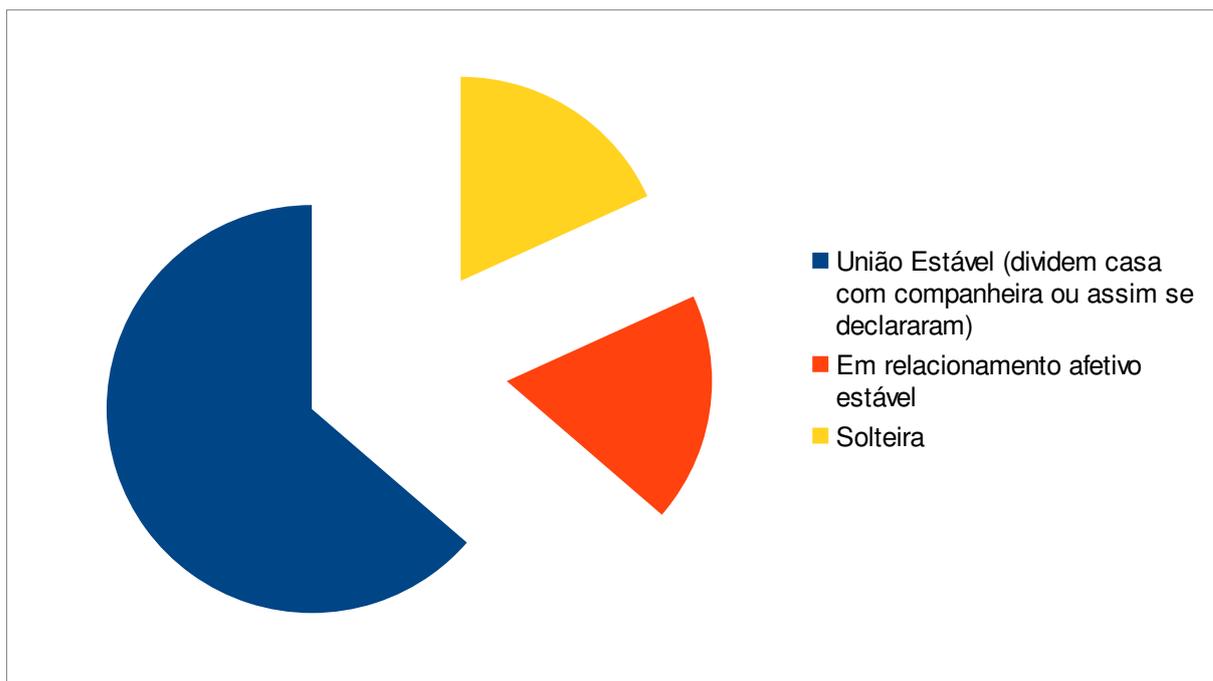
quinhentos mil habitantes). As entrevistadas apresentaram faixas de idades diferentes, as quais resolvemos representar em três recortes, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Faixa Etária das Entrevistadas



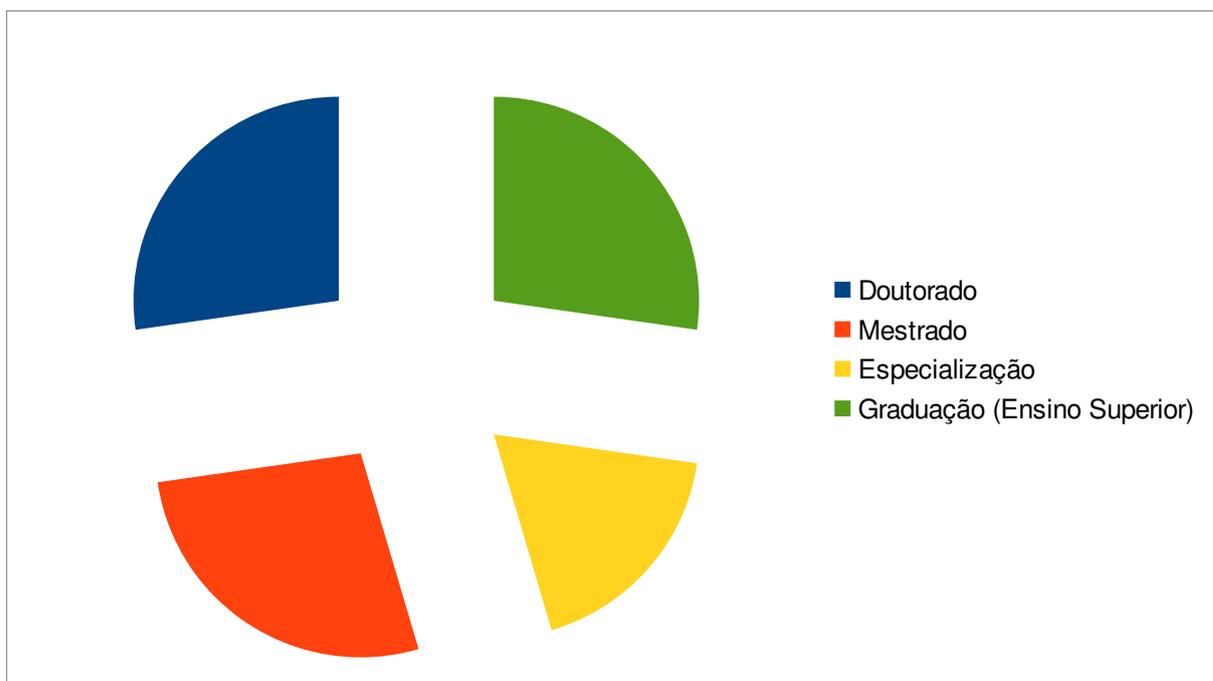
Algumas das entrevistadas eram companheiras (viviam em união estável) entre si e outras eram irmãs entre si. Outras, por fim, declaram-se solteiras ou namorando (em um relacionamento afetivo estável). Um número menor se conhecia entre si, em face de vínculos coincidentes. Quanto ao estado civil, podemos assim representa-lo:

Gráfico 3 – Estado Civil das Entrevistadas



Considerando que a escolha das mulheres foi aleatória nos chamou a atenção o nível de escolaridade encontrado entre as entrevistadas:

Gráfico 4 – Escolaridade das Entrevistas



Finalmente, chegamos à fase de processamento: transcrição e conferência de fidelidade de transcrição. Transformar em escrita os depoimentos colhidos para que se tornem o *corpus* da pesquisa. Para tanto, transcrevemos, pessoalmente, seis dos depoimentos. Os outros cinco depoimentos, distribuímos a um estudante de Direito e um de Sociologia, os quais, aceitaram o *munus* e a obrigação legal de guardar sigilo das informações acessadas.

Observamos que em uma das entrevistas houve perda de parte do depoimento (o gravador parou de funcionar e a entrevista só voltou a ser (re)gravada 20 vinte minutos depois), e, em outra entrevista, por conta de barulho externo, parte do depoimento ficou inaudível. Em outra ocasião, parte da entrevista foi feita por imagem e o restante, por falta de espaço de armazenamento, exclusivamente, por áudio.

1.3.2. A exploração do material

Cumpridas tais fases, durante dois meses, desenvolvemos a leitura flutuante de 197 (cento e noventa e sete) páginas transcritas em busca de regras de recorte, categorização e codificação. Isso porque “é necessário saber a razão por que e que se analisa, e explicitá-lo de modo a que se possa saber como analisar”. (BARDIN, 2010, p.129)

Para manter o sigilo dos depoimentos, cada mulher recebeu um pseudônimo, que, em alguns casos, foram por elas escolhidos, em outros casos, nós os atribuímos. A escolha do heterônimo foi completamente aleatória e nossa opção se lastreou em nome de grandes escritoras. Dessa forma, segue tabela com identificação das entrevistadas e tempo de suas entrevistas:

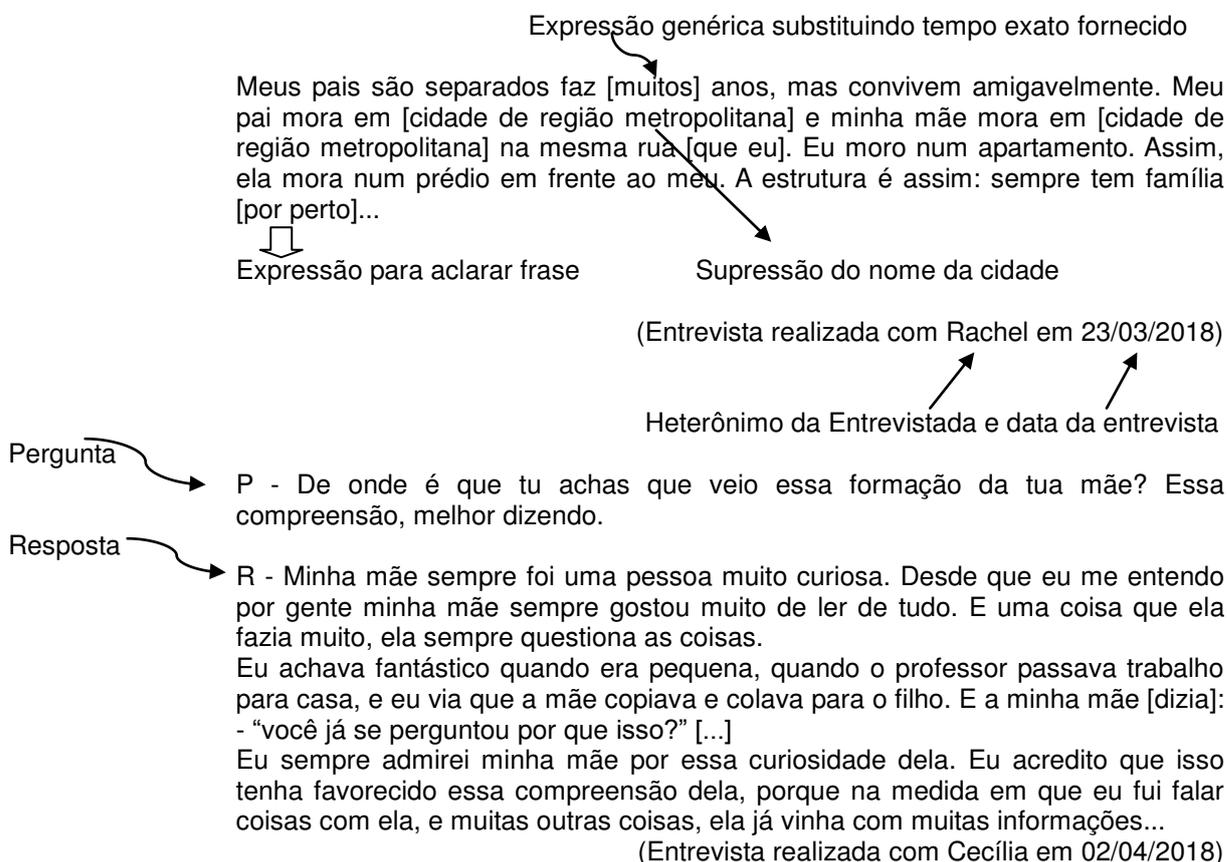
Tabela 1 – Relação Entrevistada e tempo de entrevista

Entrevistada	-	Duração da Entrevista
1. Clarice		2h30min
2. Cleo		1h11min
3. Rachel		1h
4. Cecília		1h40min

5.Carolina	1h30min
6.Lygia	2h
7.Adélia	1h
8.Hilda	1h45min
9.Yvone	1h08min
10.Joanna	55min
11.Cassandra	1h15min

Durante a entrevista, as informantes citam nome de cidades, de bares ou mesmo de pessoas. Em tais casos, suprimimos ou modificamos, através de colchetes, o substantivo para evitar identificação e consequente quebra do sigilo dos dados fornecidos. Os colchetes são também utilizados para acrescentar expressões que melhor clarifiquem parte do texto a ser transcrita.

As entrevistas são analisadas por excertos e individualizadas a partir do codinome da entrevistada. Em algumas ocasiões, os fragmentos são separados a partir de perguntas e respostas, em outras pelo simples excerto discursivo, conforme frações que, exemplificativamente, transcrevemos a seguir:



De outra forma, para distinguir os excertos do discurso de citações, destacamos os fragmentos a partir de alocação de molduras, conforme exemplo abaixo transcrito:



P - Tem algum rótulo que a incomoda? Se você for chamada de lésbica, incomoda?

R - Ser chamada de lésbica não me incomoda, o que me incomoda é algo que fira meu caráter, alguém duvidar de mim, seja em que âmbito for da vida, entendeu? Porque procuro ser e creio que consigo ser o mais transparente possível. As pessoas que convivem comigo e me conhecem sabem meu estado, pela minha voz, se estou cansada, com raiva.

(Entrevista realizada com Lygia em 11/04/2018)

Outra questão deve ser esclarecida quanto à transcrição. A linguagem falada permite a utilização de sem número de artifícios, por vezes, não expressáveis, com precisão, em língua escrita: pausas, hesitações, interrupções, frases não complementadas, alteração no tom de voz, ausência de pontuação, etc.

Como decidimos analisar tão somente o “conteúdo” das falas, cingimo-nos, com intensidade, ao texto. Por essa razão, tentamos adequar, ao máximo, as transcrições, evitando expressar essas peculiaridades da linguagem falada. Tentamos aproximar a pontuação ao sentido que a entrevistada procurada dar a sua assertiva. Nesse sentido, transcrevemos dois textos – um mais bruto – e o outro – pontuado - para expressarmos a questão proposta:

isso eu tinha 17 anos, estava começando a faculdade ...aí conheci essa menina lá, daí a gente começou a sair e aí eu fui para a casa de uma amiga dela que já era mais experiente...era nove anos mais velha..tipo um amigo que todo mundo ia para casa dela tomar cerveja e tal...aí foi com essa pessoa que eu tive meu primeiro relacionamento, então, eu passei cinco anos com ela e no começo do relacionamento aí eu falei pro meu pai...disse a ele, oh, é isso que eu ..como se fosse uma confissão porque eu comecei a me sentir culpada...eu estava escondendo tudo dele...e ele era tão bom...meu amigo e tal...aí eu comecei a dizer...fiquei assim assim e assim e ele disse: calma, vamos com calma ver quem é e tal e aí foi conhecer e tal e tudo, foi tranquilo.

(Entrevista realizada com Rachel em 23/03/2018)

Eu tinha 17 anos, estava começando a faculdade. Aí conheci essa menina lá, daí a gente começou a sair.
E aí eu fui para a casa de uma amiga dela que já era mais experiente, era

nove anos mais velha.

Tipo uma “amiga” que todo mundo ia para casa dela tomar cerveja e tal
Aí foi com essa pessoa que eu tive meu primeiro relacionamento.

Então, eu passei cinco anos com ela. E, no começo do relacionamento, eu falei pro meu pai, disse a ele: - “oh, é isso que eu ..”, como se fosse uma confissão. Porque eu comecei a me sentir culpada, eu estava escondendo tudo dele, e ele era tão bom, meu amigo e tal

Aí eu comecei a dizer, fiquei “assim assim e assim” e ele disse: -“Calma, vamos com calma ver quem é [sua namorada] e tal. E aí foi conhecer e tal e tudo, foi tranquilo.

(Entrevista realizada com Rachel em 23/03/2018)

Superadas tais questões, transcritas as entrevistas e, portanto, delineado o *corpus* a ser analisado, formulamos o objetivo principal: compreender os mecanismos/decisões, acaso existentes, que determinam o comportamento de lésbicas para se visibilizar ou não nos contatos mistos. Para alcançar tal objetivo, buscamos responder às seguintes indagações, as quais se definem como objetivos específicos da pesquisa: 1. Que situações concretas levam essas mulheres a partir de suas trajetórias e experiências de vida a imprimirem as suas vivências uma visibilidade ou uma invisibilidade a sua orientação sexual? 2. Até que ponto a sociedade imprime um constructo baseados em estigmas ou coerções que fazem com que essas mulheres optem por uma ou outra forma de pertencimento social? 3. Como as instituições tais como famílias, instituições educacionais, instituições religiosas, experiências e lugares para atividades profissionais estimulam ou não tais invisibilidades?

A exploração do material, segunda etapa desse processo, consiste em operações de codificações, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (BARDIN, 2010, p.127). A codificação consiste na transformação do texto primário (dados brutos) em texto secundário (resultado da análise de conteúdo), através de processos de recorte (decomposição), enumeração e classificação (escolha de categorias).

Conforme visto, o primeiro índice de referência, na presente pesquisa foi a partir de pseudônimos atribuídos a cada entrevistada. Em seguida, passamos a categorizar o material selecionado.

O tema ou categoria é a “unidade de significação complexa”(idem, p.131). Assim, fazer uma análise de conteúdo temática-categorial é descobrir os núcleos de

sentido que compõem a comunicação, cuja presença, frequência e/ou ausência sejam essenciais na confirmação ou não das hipóteses inicialmente formuladas.

As categorias são classes que reúnem grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento efetuado em razão de características comuns desses elementos. O critério da categorização pode ser semântico (categoria temáticas) – escolhido para o presente estudo - e pode ser sintático (verbos, adjetivos), léxico e expressivo.

O processo de categorização comporta duas etapas: o inventário – em que se isolam os elementos – e a classificação – em que se repartem os elementos. O objetivo principal é “fornecer, por condensação, uma representação qualificada dos dados em bruto”. (BARDIN, 2010, p.146).

Ao desenvolver a teoria da análise de conteúdo Bardin (2010, p.89) considera a entrevista um material rico e complexo para ser explorado, porque o entrevistado revela “seu próprio sistema de pensamento [...], seu sistema de valores e representações”. Na análise categorial temática da entrevista devemos elaborar uma “grelha” de análise categorial privilegiando a repetição de frequência dos temas.

A partir dos objetivos específicos propostos, criamos uma “grelha” de análise categorial temática. Na primeira indagação - 1. Que Situações concretas levam essas mulheres a partir de suas trajetórias e experiências de vida a imprimirem as suas vivências uma visibilidade ou uma invisibilidade à sua orientação sexual? - observa-se que a resposta virá das entrevistadas a partir de comportamentos relativos ao ego (identidade do eu).

Com relação à segunda e terceira proposição - 2. Até que ponto a sociedade imprime um constructo baseados em estigmas ou coerções que fazem com que essas mulheres optem por uma ou outra forma de pertencimento social?; 3. Como as instituições tais como famílias, instituições educacionais, instituições religiosas, experiências e lugares para atividades profissionais estimulam ou não tais invisibilidades? - observa-se que a resposta envolve o comportamento da entrevista a partir de suas relações com a sociedade (identidade pessoal e social).

Finalmente, propomos um terceiro índice de referência – comportamento em resposta à violência sofrida, vetor exógeno citado por todas as entrevistadas.

Os índices de referência foram criados em analogia às categorias desenvolvidas por GOFFMAN (1988, p.117) ao analisar a questão do estigma: 1. identidade do eu (“uma questão subjetiva e reflexiva que deve necessariamente ser

experimentada pelo indivíduo que está em jogo”), 2. identidade pessoal e social (“são parte dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão).

No índice referencial de “identidade do eu”, a categórica-temática será a interrogação – Quem somos? – “a identidade pessoal e social” se referem à categoria-temática- Como nos relacionamos e que espaços frequentamos?- Por fim, a indagação “O que sofremos?” corresponderá à categoria temática de “comportamentos diante de violência sofrida”.

Identidade do Eu -----> Quem Somos?

Identidade Pessoal e Social -----> Como nos Relacionamos?

Que espaço(s) frequentamos?

Comportamentos diante de violência sofrida -----> O que sofremos?

Essa grelha-categórica será explicitada, respectivamente nos capítulos 4 (quatro): quem somos?, 5 (cinco) Como nos relacionamos? e 6 (seis) O que Sofremos? Antes, contudo, nos limites da liberdade proporcionada pela análise de conteúdo, no capítulo 3 já entrecortaremos excertos das entrevistas a partir das noções dos discursos jurídico e religioso que regem o dispositivo da sexualidade de Foucault.

Enfrentaremos também, já associando às falas das informantes, os conceitos de desacreditados e desacreditáveis, signos e símbolos sociais, identidade pessoal (virtual e real), encobrimento e desvios, contidos na obra de Goffman (1988). Por fim, no capítulo a seguir, desenvolveremos breves noções de gênero a partir das teorias centrais de Beauvoir (2009), Scott (1995) e Butler (2015).

CAPÍTULO 2

DA BIOLOGIA À TEORIA QUEER – DA MULHER E DO FEMININO

2.1. Breve Percurso: Natureza e História

Aristóteles, festejado filósofo e pensador grego, afirmou na sua obra “a política” que a inferioridade feminina se justificava em virtude da não plenitude na mulher da parte racional da alma, o *logos*. E usando as palavras de Sófocles, afirmou que as mulheres deviam, por sua graça natural, permanecer em silêncio:

Isto nos leva imediatamente de volta à **natureza** da alma: nesta, há **por natureza** uma parte que comanda e uma parte que é comandada, às quais atribuímos qualidades diferentes, ou seja, a qualidade do racional e a do irracional. (...)

O mesmo princípio se aplica aos outros casos de comandante e comandado. **Logo, há por natureza várias classes de comandantes e comandados**, pois de maneiras diferentes o homem livre comanda o escravo, **o macho comanda a fêmea** e o homem comanda a criança. Todos possuem as diferentes partes da alma, mas possuem-nas diferentemente, pois o escravo não possui de forma alguma a faculdade de deliberar, enquanto a mulher a possui, mas sem autoridade plena, e a criança a tem, posto que ainda em formação. (...)

Devemos então dizer que todas aquelas pessoas tem suas qualidades próprias, como o poeta (Sófocles, *Ájax*, vv.405-408) disse das mulheres: ‘O silêncio dá graça as mulheres’, embora isto em nada se aplique ao homem” (grifos acrescidos)

(Aristóteles, *Política*, I, 1260 a-b, pp. 32 e 33) apud TORRES, Romanazzi Moisés. Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica (sécs. V e IV a.C.).

Santo Agostinho, destacado teólogo e filósofo, afirmou que “a mulher é um animal que não é firme nem estável” (*apud* BEAUVOIR, 2009, p.23).

Sócrates¹² em diálogo com Platão, contido na obra República, livro V, afirma que “a mulher participa de todas as actividades, de acordo com **a natureza**, e o homem também, conquanto em todas elas a mulher seja mais débil que o homem”. (grifo acrescido)

¹² *apud* PRIETO, MARIA HELENA URENA. Breves Interrogações Sobre a Condição Feminina em Platão. HVMANITAS – vol. XLVIII. Universidade de Lisboa, 1995. Versão eletrônica disponível, em http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas47/24_Prieto.pdf. acesso em 09/12/2018

Santo Tomás de Aquino, na Suma Teológica, questão 92, afirmou que:

Deve-se dizer que *considerando a natureza em particular*, a mulher é deficiente e falha, pois a potência ativa que se encontra no sêmen do macho visa produzir alguma coisa que lhe seja semelhante em perfeição segundo o sexo masculino; **mas, se for gerada uma mulher, isso resulta de uma fraqueza da potência ativa ou de alguma má disposição da matéria, ou ainda de alguma mudança proveniente de fora**, por exemplo, dos ventos do sul, que são úmidos, como está escrito no livro sobre a geração dos animais (*De Generatione Animalium*). Entretanto, *se consideramos a natureza universal*, **a mulher não é falha, mas pela intenção da natureza está ordenada à geração. A intenção da natureza universal depende de Deus**, que é o autor universal da natureza. Por isso, quando instituiu a natureza, produziu ele não só o homem, mas também a mulher. (grifos acrescentados)

Conforme visto, destacados pensadores do passado, ao se referirem à condição feminina apontam a “natureza” como justificativa primordial para as suas conclusões. Envoltos nessa literatura existente, Simone de Beauvoir alerta que “a fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelam não somente para a religião, a filosofia, e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental, etc.” (BEAUVOIR, 2009, p.24).

Hegel estima que “os dois sexos devem ser diferentes: um será ativo e o outro passivo, e, **naturalmente**, a passividade caberá à fêmea”. (*apud* BEAUVOIR, 2009, p.41) (grifo acrescido). E, por tudo isso, enfrentando as razões da condição feminina, Beauvoir afirma que somos levados a crer que “a divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico, e não um momento da história humana” (BEAUVOIR, 2009, p.20).

Para buscar a definição do “ser mulher”, a autora indaga acerca do termo inicial que determinou a subordinação da mulher ao homem. Quando e como isso aconteceu? Se pensarmos na história dos negros e dos judeus, por exemplo, é possível precisar, cronologicamente, quando a condição de opressão os subjugou. No entanto, em relação às mulheres, não há relatos claros de quando isso ocorreu, sugerindo a impressão de que, “naturalmente”, essas sempre foram inferiores e subordinadas ao homem. Justamente do tipo como “natural”, Beauvoir parte em busca de respostas às suas indagações.

Rosa Marie Murado (2017), ao escrever a introdução da obra “Martelo das Feiticeiras”, datado de 1484, tenta elucidar a origem da subordinação da mulher ao

homem. Segundo ela, três quartos de tempo da humanidade foram caracterizados pela cultura de coleta e caça aos pequenos animais.

Nessa realidade, não havia necessidade de força e as mulheres ocupavam um lugar central. Havia rodízio de lideranças entre homens e mulheres e essas eram veneradas pelo “poder biológico” que detinham – o da procriação- que, na época, era considerado um privilégio dos Deuses. Por essa razão, os homens nutriam verdadeira “inveja do útero”.

Não havia guerra, pois não havia necessidade de conquistar novos territórios. Inexistindo necessidade de transmitir poder e herança, a liberdade sexual era maior: a relação entre homens e mulheres era mais fluida.

Com a escassez de pequenos animais e recursos naturais vegetais, inicia-se a necessidade de caça sistemática a animais de grande porte. Como consequência, a competitividade entre os grupos por novos territórios está instalada. Surgem sucessivas guerras. A força masculina é requerida tanto para a caça quanto para as guerras. Os homens-heróis- guerreiros passam a ser muito valorizados.

O equilíbrio existente entre o ser humano e a natureza foi substituído pela lei do mais forte. Superando a crença religiosa de que a mulher engravidava por vontade dos deuses, o homem dominou sua função biológica e assim como fez com os aparatos de caça, armas de guerra e novos territórios, apropriou-se da mulher.

Podendo arar a terra, através do domínio das ferramentas agrícolas, os nômades tornam-se sedentários e passam a dividir a terra e iniciar as plantações. Nesse momento, surgem os agrupamentos sociais como aldeias e cidades e a consolidação do patriarcalismo.

Havia necessidade de arar a terra, e, para tanto, muita mão-de-obra, consistente em filhos e escravos. Por isso, a sexualidade feminina passou a ser rigidamente controlada:

O casamento era monogâmico e a mulher era obrigada a sair virgem das mãos do pai para as mãos do marido. Qualquer ruptura desta norma podia significar a morte. Assim também o adultério: um filho de outro homem viria ameaçar a transmissão da herança, realizada por meio da descendência da mulher. A mulher fica, então, reduzida ao âmbito doméstico. Perde qualquer capacidade no domínio público, que se torna inteiramente reservado ao homem. (MURADO, apud KRAEMER, 2017, p.11)

Ocorre, dessa forma, a divisão entre o público e o privado e a destinação da mulher ao âmbito doméstico, com a responsabilidade sobre a criação dos filhos.

Marilyn Franch (“Beyond Power”, Summit Books, NY, 1985), citada por Murado (2017), explica que é possível compreender os caminhos das espécies através da sucessão de seus mitos. Cada grupo de mitos é dividido em etapas cronológicas, baseada nos estudos de Joseph Campbell (2004).

Na primeira etapa, o mundo é criado por uma Deusa-mãe, sem auxílio de ninguém (Na Grécia, Gaia é a mãe terra, criadora do universo, dela nascem todos os Deuses, inclusive Reia que será mãe de Zeus). Na segunda, um Deus Andrógino ou um casal de Deuses é responsável pela criação (No hinduísmo, um Deus andrógino gera todos os deuses e, na China, o princípio feminino e o masculino –yin e yang- governam juntos na mitologia).

Na terceira etapa, um Deus masculino toma o poder de uma Deusa feminina (na Mitologia Sumeriana, a Deusa Siduri foi destronada pelo Deus Solar; Na Asteca, a Mãe Terra, Xochiquetzal, enfrenta a revolta dos próprios filhos e depois dá a luz a um Deus que irá governar todos: Huitzilopchtli). Por fim, na última etapa, um deus homem cria o mundo sozinho. É o mito judaico-cristão:

Javé é Deus único Todo-Poderoso, onipresente e controla os seres humanos em todos os momentos da vida. Cria sozinho o mundo em sete dias, e no final, cria o homem. E só depois cria a mulher, assim mesmo a partir do homem. (...) Javé é Deus único, centralizador, dita rígidas regras de comportamento, cuja transgressão é sempre punida. Nas primitivas mitologias, ao contrário, a Grande Mãe é permissiva, amorosa e não coercitiva. E como todos os mitos fundadores das grandes culturas tendem a sacralizar os seus principais valores, Javé representa bem a transformação do matricentrismo em patriarcado. (MURADO, apud KRAEMER, 2017, p.12)

A própria simbologia de que a mulher é feita a partir da costela de um homem aponta para o fato de que o homem a precedeu. Trabalhando e dominando a natureza, a grandeza, agora, pertence ao homem e, é através dele, que a mulher se vê. O homem é a essência, a mulher, o “outro”.

2.1.1. “Que Diferença da Mulher, o Homem tem?”

Retornando a questão da Determinação Biológica, Beauvoir (2009) imerge nas questões “dadas”, “naturais”, “biológicas”, perquirindo semelhanças e distanciamentos que “justifiquem” a diferenciação sexual. Para tanto, faz estudos do mundo animal e vegetal, além de desenvolver um estudo comparativo entre as características biológicas/fisiológicas do homem e da mulher.

Anota que a mulher é tida como “subordinada à espécie” e, durante toda a vida, está submetida aos incursos da puberdade, menstruação, gravidez e menopausa. Fatos indiferentes ao homem que após o período da puberdade, adquire absoluta estabilidade fisiológica.

Tal subordinação não se repete, por exemplo, na vida de abelhas e formigas, em que “os machos são sempre uns importunos exterminados em cada estação” e, com relação às abelhas, “o zangão que se une à rainha no voo nupcial cai ao chão mutilado”, enquanto os outros zangões “são recolhidos à colmeia, onde levam uma existência ociosa e embaraçante” (BEAUVOIR, 2009, p.50).

Em alguns casos, não há determinações biológicas fixas. Observe-se o caso de vegetais e certos animais inferiores, como os moluscos, que produzem cada um e, ao mesmo tempo, óvulos e espermatozóides. Na Bonélia, o embrião, no começo, é assexuado, e dependendo dos “acazos de seu desenvolvimento”, se tornará macho ou fêmea.

Tanto no ser humano, como em certas borboletas e crustáceos são identificados casos de intersexualidade (simultaneamente macho e fêmea). Na aranha gigante, a fêmea carrega os ovos numa bolsa até a maturidade. Caracteriza-se por ser bem maior que o macho e por devorá-lo após o coito (idem, p. 47 e 50).

Inevitável assumir que, entre os mamíferos, o cio da fêmea apresenta características nitidamente passiva. É a fêmea que deve aguardar o macho: “(...) Que ela o solicite, mas se restringe a dirigir-lhe um apelo por meio de gritos, atitudes, exhibições. Não lhe poderia impor o coito. No fim a ele é que cabe decidir” (idem, p.56).

Mesmo após o coito, a vitalidade do macho se mantém, sendo esse capaz de abandonar a fêmea após a sua conclusão, além de não manifestar qualquer instinto paternal. Na aparência, o macho se apresenta maior, com mais espírito de aventura e robustez. Leva uma vida independente, enfim, é um conquistador imperioso: “nas

sociedades animais, é sempre ele que comanda” (idem, p. 57).

A fêmea, explicitamente mais frágil, estaria condenada a uma servidão em nome da perpetuação da espécie e em face da força irresistível vinda do macho. Essa diferença e vitalidade viriam da subordinação da espécie às funções reprodutoras. No caso da mulher, ao ovário; do homem, aos testículos.

Ao contrário do homem, que é senhor absoluto do próprio corpo, a mulher está encerrada no compromisso da perpetuação da espécie que age em seu corpo de maneira constante: menstruação, gravidez e menopausa.

O processo que antecede a menstruação (período da instabilidade das glândulas), afeta o sistema nervoso das mulheres, acarretando-lhes “grande fragilidade nervosa”. Numa descrição biológica:

O sistema central é atingido, frequentemente ocorre cefaleia e o sistema vegetativo reage exageradamente; há diminuição do controle automático pelo sistema central, o que liberta reflexos, complexos e convulsivos e traduz-se por uma grande instabilidade de humor. A mulher torna-se mais emotiva, mais nervosa, mais irritável que de costume e pode apresentar perturbações psíquicas graves. (BEAUVOIR, 2009, p.61)

A gravidez, nos primeiros meses, traz vômito, falta de apetite, além de baixar as taxas de fósforo, cálcio e ferro. É um trabalho cansativo que exige pesados sacrifícios. Restam afetados o metabolismo e o sistema nervoso. Há, ainda, a frequente anemia e perigosos episódios que podem acarretar consequências graves e vitalícias. Sem falar na amamentação que persiste sendo uma experiência dolorosa, custando, por vezes, a higidez física da mãe em detrimento do crescimento saudável do filho.

Tem-se, com relação aos machos, entre pássaros e mamíferos, que eles se impõem à fêmea. Independente se fazem por tolerância ou provocação, “é o macho de qualquer modo, quem a possui; ela é possuída; ele pega, ela é pegada e a palavra tem, por vezes, um sentido muito preciso: ou porque tem órgãos adaptados ou porque é o mais forte, o macho segura-a, imobiliza-a; efetua ativamente os movimentos do coito” (BEAUVOIR, 2009, p. 53).

Sobre isso e a partir de raciocínio semelhante, Bourdieu (2011, p.27 e 47) nos lembra que “a posição amorosa na qual a mulher se põe por sobre o homem é também explicitamente condenada em inúmeras civilizações” e que “as mulheres

francesas, em sua grande maioria, declaram que desejariam ter um cônjuge mais alto do que elas, dois terços delas chegando a recusar explicitamente um homem menor”.

Essa diferença anatômica e fisiológica, que salta aos olhos, entre homens e mulheres – estatura menor, menor força muscular, menor cérebro – serviram (servem?) para justificar uma “inferioridade biológica da mulher”, inclinando-a a assumir funções da maternidade e suas consequências: criação dos filhos e administração da vida doméstica.

Esse argumento – o da diferença biológica – é retomado em recente reportagem¹³, em que a Revista Exame, considerando projeto de lei em trâmite, abordou o debate envolvendo a necessidade de criação de cotas para as mulheres ocuparem, ao menos, 20% (vinte por cento) das vagas nos Conselhos Superiores das empresas privadas, a exemplo do que ocorre na Noruega.

Segundo o Fórum Econômico Mundial, referido na reportagem, “mantido o ritmo atual, a equidade de gêneros nas empresas levará 80 (oitenta) anos para ser alcançada em escala global”. E estudando o que faz os gêneros receberem tratamento diferenciado, surge, mais uma vez, a questão da diferenciação sexual.

Isso porque o fator preponderante para explicar a diferença salarial não foi nem o preconceito, nem a experiência anterior dos profissionais. As interrupções na carreira e quantidade de horas trabalhadas a menos pelas mulheres foram decisivas para determinar salários menores.

Essas “interrupções na carreira” e a “quantidade de horas trabalhadas a menos” se referem à maternidade, seja o período da gravidez, seja o período da amamentação e/ou seja o período indeterminado em que as mulheres terão que administrar filhos e carreira profissional. Segundo informa a reportagem:

Em várias partes do mundo, a maternidade é o ponto de inflexão na carreira das executivas (...) Entre continuar pisando fundo no trabalho e pegar leve para passar mais tempo com os filhos enquanto eles são pequenos, um número grande de mulheres escolhe a segunda opção – e, nesses casos, as apostas de sucesso profissional acabam sendo depositadas no marido.

No Brasil, cerca de 40% das mulheres em cargo de gestão pedem demissão depois que têm filhos. Outras não chegam a abandonar o emprego, mas ficam menos propensas a aceitar cargos que exijam longas

¹³ COTAS PARA MULHERES? Revista Exame. Edição 1091 de 17/06/2015

jornadas. As que optam por continuar acelerando a carreira, e, ao mesmo tempo, criar crianças pequenas partem para terceirização – contratam vários funcionários para dar conta do lar e da logística.

Além da gravidez e da amamentação, o ciclo menstrual tem estabelecido um tratamento diferenciado às mulheres no campo profissional. Em experimento feito por uma revista na área de psicologia (OVADIA, 2013, p.52), voluntárias foram orientadas a deixar cair da bolsa um absorvente ou uma fivela de cabelo durante reunião de trabalho.

Ato contínuo, os homens presentes à reunião foram instados a avaliar a competência das duas voluntárias que (“por coincidência”) protagonizaram o acidente em derrubar a fivela e o absorvente. O resultado do experimento foi que a voluntária que deixou cair o absorvente foi julgada como um “elemento passivo do grupo, menos útil e pouco apta a tomar decisões.”

Retornando à teoria Beauvoiriana, não bastassem as dificuldades do ciclo menstrual, da gravidez e da amamentação, a mulher ainda está submetida às inflexões da menopausa: depressão, ganho de peso, baixa de libido, irritabilidade, ansiedade, dor de cabeça, insônia, fadiga, lapsos de memória e ondas de calor.

De uma maneira geral, a mulher é menor que o homem, menos pesada, o quadril mais largo e possui formas mais arredondadas. Sua força muscular e capacidade respiratória são inferiores a do homem e os órgãos do aparelho respiratório – pulmões, traqueia e laringe – são menores, o que justifica a diferenciação no tom de voz.

Por isso, conclui Beauvoir, que “é a mulher entre todas as fêmeas de mamíferos a que se acha mais profundamente alienada (à espécie) e a que recusa violentamente esta alienação”, e se, comparada ao macho, “este parece infinitamente privilegiado: sua vida genital não contraria sua vida pessoal” (BEAUVOIR, 2009, p.64).

A mulher é mais fraca do que o homem; ela possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menor capacidade respiratória; corre menos depressa, ergue pesos menos pesados, não há quase nenhum esporte em que possa competir com ele; não pode enfrentar o macho na luta. A essa fraqueza acrescentam-se a instabilidade, a falta de controle e a fragilidade de que falamos: são fatos. Seu domínio sobre o mundo é mais restrito; ela tem menos firmeza e menos perseverança em projetos os quais é também menos capaz de executar. Isso significa que sua vida individual é menos rica que a do homem. Em verdade, esses fatos não poderiam ser negados,

mas não têm sentido em si (...) Onde os costumes proíbem a violência, a energia muscular não pode alicerçar um domínio: é preciso que haja referências existenciais, econômicas e morais para que a noção de fraqueza possa ser concretamente definida (BEAUVOIR, 2009, p.67-68).

Na compreensão da definição de mulher, o dado biológico, segundo a autora, é inevitável. É o corpo quem se apresenta ao mundo e nele se expressa. Contudo, esse dado não pode ser tomado como “destino imutável” da fêmea, nem serve para justificar a história de subordinação que acomete a mulher.

Para melhor entender a história de subordinação da mulher, Beauvoir se dedica a historicizar a condição humana feminina no desenrolar dos tempos. E, mesmo assim, a partir de uma dimensão histórica, destaca a natureza e a biologia como ponto primordial na diferenciação entre os sexos.

Afirma que nas épocas primitivas, a gravidez, o parto e a menstruação diminuam-lhes a capacidade de trabalho, condenando-as a períodos de inapetência. O compromisso não só com a geração de filhos, mas também o de educá-los relegou a mulher-mãe a assunção de atividades domésticas.

A explícita menor força física-muscular feminina a retirou de expedições guerreiras, o que deve ser visto como verdadeira maldição. Essas guerras, verdadeira forma de dominar o mundo, fazem do macho um inventor, um criador de mundo e de instrumentos/ferramentas novas. Ao apossar-se das riquezas do mundo, o homem domina o próprio mundo.

A mulher, ao revés, por não ser dada ao combate, nem mesmo contra o homem, termina sendo por ele sendo assimilada, dominada, submetida, subordinada a este, análoga aos demais objetos auferidos (e apropriados) durante a guerra. O homem domina a natureza e fazendo parte dessa, por estar a ela intrinsecamente ligada, a mulher também resta dominada.

Devido a submissão às determinações da natureza, ela não tem como se opor a força masculina, explicitamente superior, nem tampouco negar as funções de maternidade, cujo corpo submete-se durante toda a vida.

Tal determinismo biológico inspirou as teses acerca da divisão sexual do trabalho. Sem olvidar de destacar a superioridade masculina, Simmel, conforme bem analisado por Amanda Dutra Hot (2009, p.1) encarou o processo de modernização, tendo como elemento central as mudanças nas relações de gênero, as quais estariam dando origens ao que ele chamou de cultura objetiva e subjetiva.

A cultura objetiva, “nascida do espírito e do labor dos homens, só é verdadeiramente adaptada à capacidade masculina” e exemplos como “a indústria e a arte, o comércio e a ciência, a administração civil e a religião foram criação do homem e não só apresentam um caráter objetivamente masculino”, como exigem para continuar existindo, de “forças especificamente masculinas”. A natureza do trabalho cultural masculino (e não só sua quantidade) “se dirige especialmente a energias masculinas, a sentimentos masculinos, a uma intelectualidade masculina”. Ofícios de marcenaria e tapeçaria “são obrigatoriamente tido como masculinos” (SIMMEL, 2006, p.70 e 71).

A alma feminina manteria uma unidade intacta com a natureza e, por essa razão, teria uma capacidade mais aguçada de sentir e conhecer as coisas e pessoas do mundo objetivo. Por isso, tais habilidades deveriam se dirigir a profissões específicas como a da medicina, em que as mulheres por ter um maior “conhecimento subjetivo do estado do doente e de seus sentimentos” proporcionariam uma “melhoria da cultura médica impossível de se realizar por meios masculinos”. (idem, p.76).

Outro lugar característico da cultura subjetiva (feminina) seria o romance literário, de forma mais simples e liberta, completamente adaptado às tensões sentimentais, a inconstância e a grande variedade de fenômenos (características do universo da mulher). E também nas artes plásticas, através da “maneira particular que elas têm de se mover, da amplitude e da forma especial de seus gestos, do tipo de relação que emana da cadência”. (idem, p.81)

Menciona-se, ainda, a história como uma área a ser explorada pelas mulheres, uma vez que toda “ciência histórica é psicologia aplicada, para adivinhar os serviços inigualáveis que a alma feminina poderia prestar nesse ponto, com seus órgãos específicos para perceber e sentir” (idem, p.81).

Simmel defende que “toda atividade econômica, social ou ética é orientada, em seu objetivo especial e em seu modo especial, pelas diferenças reconhecidas entre os indivíduos” (idem, p.85), mormente no que se refere às diferenças de gênero, mais destacadas depois da inserção das mulheres nas atividades masculinas. A profissão por excelência das mulheres seria a economia doméstica. Segundo o autor:

A gestão doméstica, com sua incomensurável importância para o conjunto da vida é a grande contribuição cultural da mulher e a casa traz inteiramente sua marca, suas capacidades e interesses, sua capacidades e interesses, sua afetividade e sua intelectualidade, toda a rítmica de seu ser formaram, até aqui, uma criação de que só ela é capaz (SIMMEL, 2006, p.85).

Contudo, para Beauvoir (2009) ser mulher não é um dado biológico, mas o resultado de uma história. Não há um destino biológico, psicológico que define a mulher como tal. Foi uma história que a moldou. Num primeiro momento, a história da civilização que resultou em seu *status* atual e, para cada mulher em particular, a história de sua própria vida, especialmente, na infância, época em que lhe é inculcada uma “essência” chamada de “eterno feminino”.

As diferenças biológicas tem papel fundamental no comportamento das pessoas, a partir do contexto social em que se situam, ou seja, da importância atribuída a essas diferenças biológicas. Essas são, portanto, um pretexto para se construir a condição feminina.

Partindo da premissa hegeliana de que “O espírito não é ou não é um ser, mas um ter-se tornado [...] O espírito é apenas o superar de seu ser outro”¹⁴, Beauvoir formula a máxima de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. E para ser um, é preciso não ser o outro, num binarismo inevitável, em que ser mulher, significa não ser homem.

Ao definir quem é “um” e, portanto, essencial, define-se, “o outro”, em consequência, o inessencial. A inferioridade da mulher não se fundamentava em nenhum aspecto da natureza (embora as diferenças fossem explícitas), mas na educação, na cultura e nas formas de sociabilidade. É uma construção social, histórica e psicanalítica que torna mulher o corpo biológico feminino.

É com esse raciocínio, que na década de 70, teóricos desenvolvem a ideia de que o corpo passa a ser associado à biologia e toda construção que se impõe a esse corpo define o “gênero”, subordinado, portanto, à cultura.

¹⁴ Dois fragmentos de Hegel do período de Jena: “Die Idee Des Absoluten Wesens” (1801) e “Das wesen Des Geistes” (1803), disponível em http://www.hegelbrasil.org/reh_2011_1_art5.pdf, acesso em 01/09/16.

2.2. Do Gênero à Teoria *Queer*

A partir da década de 70, em paralelo a definição de sexo, que remete à biologia e à esfera de reprodução entre homens e mulheres, surge o conceito de gênero, associado aos significados socialmente construídos do feminino/masculino. Uma das precursoras na definição de gênero foi a Professora e Historiadora norte-americana Joan Scott (1995) em seu artigo “gênero: uma categoria útil para análise histórica”.

Para Scott (1995), a utilização da palavra gênero surgiu entre as feministas para se referir à “organização social da relação entre os sexos”. E sua disseminação deu ao estudo das mulheres (e também dos homens) uma maior neutralidade, em contraposição ao feminismo, que transitava com “escandalosa” carga de política. (SCOTT, 1995, p.02)

Justamente essa neutralidade (do termo gênero) culminou na compreensão de que “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo”. Assim, dissociar o estudo das mulheres do estudo dos homens perpetuaria a ideia de que a experiência entre os sexos não tem qualquer relação:

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens tem uma força muscular superior. O gênero é igualmente utilizado para designar as relações entre os sexos. (SCOTT, 1995, p.07)

Essa preocupação relativa às mulheres enquanto sujeitos da história e sua inevitável relação com o(s) (mundo do) homem(ns) é também trazido por Margareth Rago¹⁵, ao citar Michelle Perrot:

Nos anos oitenta, Michelle Perrot se perguntava se era possível uma história das mulheres. (...)Argumentava que muito se perdia nessa historiografia que, afinal, não dava conta de pensar dinamicamente as relações sexuais e sociais, já que as mulheres não vivem isoladas em ilhas, mas interagem continuamente com os homens, quer os consideremos na figura de maridos, pais ou irmãos, quer enquanto profissionais com os quais convivemos no cotidiano, como os colegas de

¹⁵ RAGO, Margareth. Epistologia Feminista, Gênero e História. Versão eletrônica disponível em <http://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/07/20/881/>

trabalho, os médicos, dentistas, padeiros ou carteiros. Concluía pela necessidade de uma forma de produção acadêmica que problematizasse as relações entre os sexos, mais do que produzisse análises a partir do privilegiamento do sujeito.

Isso porque até o momento as mulheres eram estudadas de maneira isolada e específica, chegando-se a se indagar se havia uma maneira especificamente feminina de se fazer ciência. Nessa ocasião, as dimensões teóricas utilizadas pelos historiadores feministas – patriarcado, marxismo e psicanálise – não se mostraram aptas a mostrar o gênero como uma categoria importante para a história, uma vez que mantinham um binarismo homem-mulher como um fato dado e não uma consequência de fatos históricos.

O patriarcado não mostra como a desigualdade de gênero estrutura as demais desigualdades e os marxistas estão presos à estrutura econômica e não conseguem explicar como a desigualdade permanece em outros sistemas, a exemplo do socialismo. Por isso, o gênero, é ofertado por Scott como uma (nova) categoria de análise para a história.

A historiadora propõe uma desconstrução acerca dos termos da diferença sexual, submetendo-os a uma crítica permanente, sob o condão da história, que questionaria a dualidade posta entre homem e mulher. Tal raciocínio pode ser extraído do fragmento que abaixo segue:

Sem dúvida está implícito que as disposições sociais que exigem os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos, estruturam a organização da família. Mas, a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria. (...) Como podemos explicar no seio dessa teoria a associação persistente da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estão investidos na virilidade do que na feminilidade? (...) Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária (SCOTT, 1995, p.13 e 18)

Como definição, gênero é uma “categoria social sobre um corpo sexuado” e enquanto nova proposta de categoria de análise resultou na “reinvenção” das ciências sociais como produtora de conhecimento acerca das relações de gênero da organização da vida social.

A ideia é que além de estudos acerca do parentesco (que reduzem a mulher à

vida privada), outros campos possam ser explorados, a exemplo do mercado de trabalho, da educação e do sistema político.

Partindo da ideia Foucaultiana (*apud* SCOTT, 1995, p.13) que gênero é a organização social da diferença sexual percebida e o saber estabelece significados para as diferenças corporais, Scott (1995) lembra a relação figadal entre saber e poder para descrever as partes que devem integrar a definição de gênero: 1. gênero é construído sobre a base da percepção da diferença sexual e 2. gênero é uma forma primária de dar sentido às relações de poder.

Propõe-se, assim, um estudo dinâmico das relações sociais, em contraposição da característica estática que marca(va) o determinismo biológico. Homens e mulheres seriam, assim, categorias vazias – sem significado definitivo- e transbordantes – mesmo quando parecem definidas, apresentam outros conceitos alternativos, negados ou reprimidos-.

Tal como Scott (1995), Bourdieu (2011) é contrário à divisão dos sexos, no sentido que parece estar, definitiva e naturalmente, na “ordem das coisas”. Defende, ao revés, que os corpos sexuados são vítimas de uma violência simbólica, e que neles se inscrevem determinações antropológicas e cosmológicas, transformando-os, amoldando-os em verdadeiros depósitos de visões e divisões sexualizantes. Argumenta que essa transformação se faz por uma construção social:

As diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica, ela própria fundamentada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher (BOURDIEU, 2011, p.21).

É através de um trabalho coletivo de socialização difusa (igreja, escola, família...) que as identidades distintivas vão sendo amoldadas, segundo o princípio de divisão dominante. Não é a diferença anatômica que marca a diferença entre os sexos, mas sim o *habitus* que é a cada um atribuído: corpo feminino-corpo masculino, virilidade-passividade, força-delicadeza, rosa-azul, etc.

As divisões constitutivas da ordem social, nelas incluídas as relações sociais de dominação e de exploração, levam a classificar todas as condutas mundanas num dualismo entre o masculino e o feminino. Aos homens, então, caberia o exterior, o oficial, o público, o direito, o alto, além de atividades perigosas, como a guerra. Às mulheres, localizadas no ambiente úmido, baixo, curvo e contínuo caberiam os trabalhos domésticos, privados e escondidos e até os invisíveis e vergonhosos,

como cuidar das crianças e dos animais (BOURDIEU, 2011, p.70).

Quando, todavia, os homens resolvem assumir atividades ditas femininas, nova interpretação (através da construção social) é dada a divisão sexual:

Além do fato de que o homem não pode, sem derrogação, rebaixar-se a realizar certas tarefas socialmente designadas como inferiores (entre outras razões porque está excluída a ideia de que possa realiza-las), as mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres, como nos faz lembrar a diferença entre um cozinheiro e uma cozinheira, entre o costureiro e a costureira; basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam com isso enobrecidas e transfiguradas (...) (BOURDIEU, 2011,p.75).

Todo trabalho de sociabilização do feminino tende a lhe impor limites, seja pela maneira de se vestir – saltos, saias e bolsas que lhe tolhem o pleno movimento – seja pela maneira de se comportar – sensibilidade, fragilidade, discrição – seja pela maneira que deve lidar com o próprio corpo: cruzar as pernas, selecionar bem os parceiros, cultivar a virgindade. Na medida em que a vagina se reveste de um caráter funesto e maléfico, dada sua ausência de conteúdo, o falo é tido como símbolo da força e da dominação.

Outra importante contribuição para os estudos feministas foi feita por Nancy Fraser (2007) em seu clássico texto “Reconhecimento sem Ética?”. Apresentando as teorias da redistribuição e do reconhecimento, a autora delinea as tensões existentes entre as duas teorias e como este distanciamento teórico tem sido nocivo.

Defende que um ideal conceito de justiça seja a soma de ambas as teorias. A autora propõe a elaboração de um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis da igualdade social quanto as reivindicações defensáveis do reconhecimento da diferença.

Aproxima à redistribuição da moralidade Kantiana, ao passo que o reconhecimento se aproximaria mais da ética Hegeliana. É esta presunção de incompatibilidade que se procura desafiar. Aduz a possibilidade de integrar redistribuição e reconhecimento sem sucumbir a aparente esquizofrenia que se oferece.

A proposta é construir a política do reconhecimento de uma forma que ela não seja vinculada prematuramente a ética. O resultado inicial será trazer a política do reconhecimento de volta para o campo da moralidade e assim impedir que resvale

para a ética.

Para tanto, a filósofa desenvolve uma teoria no sentido de que o reconhecimento não deve girar em torno do conceito de identidade, mas sim do conceito de *status* social (modelo de *status*).

Isso porque o que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais da interação social (explicitamente, as lésbicas não se constituem como parceiras integrais da interação social).

A noção de identidade impõe sobre um grupo conceitos fixos e imutáveis que devem ser suportados pela minoria da minoria diante da necessidade da construção de um conceito único de identidade perante a maioria.

Por essa razão, a proposta de *status* propõe um requisito de paridade de participação. O modelo de *status* é compatível com a prioridade do correto sobre o bem. Destarte, o modelo de *status* permite que se combine reconhecimento com redistribuição.

O reconhecimento é uma questão de justiça ou uma questão de autorrealização? Reconhecimento e redistribuição constituem dois paradigmas distintivos ou um se subordina ao outro? O reconhecimento da humanidade é comum ou a justiça demanda o reconhecimento de indivíduos ou grupos?

Para enfrentar essas questões filosóficas cruciais, a autora sugere a ampliação do conceito de justiça, para nele incluir as demandas por reconhecimento. Alargando a noção de moralidade, evita-se o recurso à ética. Fraser (2007) propõe que o reconhecimento seja uma questão de justiça.

O que torna o não reconhecimento moralmente inaceitável é que isso nega a alguns indivíduos e grupos a possibilidade de participar como iguais com os demais na interação social. Concebendo o não reconhecimento como subordinação de *status*, ele localiza o equívoco nas relações sociais e não na psicologia individual ou interpessoal.

O modelo de *status*, em oposição ao não reconhecimento é uma questão de impedimentos, externamente manifestados e publicamente verificáveis, a que certos indivíduos sejam membros iguais da sociedade.

O centro normativo da concepção de Fraser (2007) é a noção de paridade de participação. De acordo com essa norma, a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros adultos da sociedade interagir uns com os outros, na

qualidade de parceiros.

Independentemente de ser uma questão de distribuição ou reconhecimento, os reivindicantes devem mostrar que os arranjos atuais os impedem de participar em condição de igualdade com os outros na vida social. A paridade participativa é o padrão para justificar propostas de reforma. Durante o texto, Fraser (2007) cita como clássicos exemplos de necessidade de paridade de participação social o casamento gay e a questão ecológica.

A reação ao (suposto) determinismo biológico, a criação da categoria do gênero, como construção dos papéis sociais e até mesmo o alargamento do conceito de Justiça, em busca de uma paridade de participação, não se mostraram suficientes, com o passar do tempo, para explicar todas as identidades (e não identidades) sexuais.

Como explicar e categorizar, a partir do raciocínio binarista (homem-mulher) e heteronormativo (heterossexual-homossexual), a pessoas que se afirmam assexuadas ou mesmo a pessoas que não se identificam pertencentes ao gênero/sexo em que nasceram, como por exemplo, os transexuais.

De maneira inquietada e provocativa, apresentando argumentos interdisciplinares, Judith Butler (2015) afirma que não só os gêneros – masculino e feminino – são identidades socialmente construídas, mas o sexo também. Gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos. Não é algo natural que se possa deduzir de um corpo.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo”, seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (BUTLER, 2015, p.27).

A proposta de libertar o sexo da biologia, associando-o a um construto discursivo permite que o gênero adquira uma definição fluida em que homem e masculino não estejam cerrados num corpo masculino e que mulher e feminino não estejam necessariamente resumido a um corpo feminino.

Para alcançar tal raciocínio, indaga-se se a diferenciação sexual tem uma história, ou se desde que a conhecemos ela é assim, como um dado natural. A suposta imutabilidade do sexo seria resultado de discursos com interesses políticos e sociais? À vista disso, esclarece ainda a autora:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. (...) Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou um ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’ anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2015:27).

Butler não costuma trazer exemplos em seu texto. Contudo, um episódio da inovação de normas jurídicas no Brasil, em data recente¹⁶, serve bem para ilustrar a utilidade do pensamento da Professora americana, acerca dos acirrados debates envolvendo o conceito de gênero e de sexo.

Em 10 de março de 2015, através da lei nº13.104/2015, foi acrescentado ao crime de homicídio, uma qualificadora, termo jurídico que, na prática, indica um aumento de pena, quando cometido “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. (art.121,§2º, IV do Código Penal Brasileiro).

Apressou-se o legislador, na mesma ocasião, em explicar quando haveria “razões da condição do sexo feminino”¹⁷:

Art.121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

§ 2º Se o homicídio é cometido:

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Os doutrinadores passaram a indagar quais requisitos definiriam “mulher”, a fim de que o aumento da pena pudesse acontecer. De logo, remeteram-se ao

¹⁶ Lei nº13.104/2015 que alterou o Código Penal Brasileiro. Versão eletrônica disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1. Acesso em 22/09/2015

¹⁷ Código Penal Brasileiro. Dec-lei 2848/40. Versão eletrônica disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. acesso em 22/09/2015

exemplo das pessoas transexuais. Se alguém nasce com o sexo biológico masculino e se submete a uma cirurgia de redesignação sexual e, em seguida, vem ser vítima de um homicídio, será incluído na categoria “mulher”?

De outra forma, se alguém nasce com o sexo biológico feminino, mas se identifica com o gênero masculino, vestindo-se, comportando-se e desejando ser tratado como um homem, vindo a ser vítima de um homicídio, receberia a qualificadora para aumentar a pena?

Francisco Dirceu Barros¹⁸, Professor e Autor de livros na área de Direito Penal, sugere a existência de três critérios para a solução da questão, opinando pela prevalência do critério biológico:

1º posição: o critério psicológico.

Haverá defesa no sentido de que deve-se desconsiderar o critério cromossomial para identificar como mulher, toda aquela em que o psíquico ou o aspecto comportamental é feminino. Adotando-se esse critério, matar alguém que fez o procedimento de neocolpovulvoplastia ou que, psicologicamente, acredita ser uma mulher, será aplicado a qualificadora do feminicídio.

2º posição: o critério jurídico cível.

Deve ser considerado o sexo que consta no registro civil. Também é a posição de Rogério Greco: *“Nesse caso, se a modificação se der tão somente no documento de identidade, com a simples retificação do nome, aquela pessoa ainda deverá ser considerada pertencente ao gênero masculino, não sendo, pois, passível de ser considerada vítima do delito de estupro. No entanto, se houver determinação judicial para a modificação do registro de nascimento, alterando-se o sexo do peticionário, teremos um novo conceito de mulher, que deixará de ser natural, orgânico, passando, agora, a um conceito de natureza jurídica, determinado pelos julgadores.*

3º posição: o critério biológico.

Entendemos que deve ser sempre considerado o critério biológico, ou seja, identifica-se a mulher em sua concepção genética ou cromossômica. Neste caso, como a neocolpovulvoplastia altera a estética, mas não a concepção genética, não será possível a aplicação da qualificadora do feminicídio.

O critério **biológico** identifica homem ou mulher pelo sexo morfológico, sexo genético e sexo endócrino: a) **sexomorfológico** ou somático resulta da soma das características genitais (órgão genitais externos, pênis e vagina, e órgãos genitais internos, testículos e ovários) e extragenitais somáticas (caracteres secundários – desenvolvimento de mamas, dos

¹⁸ DIRCEU, Francisco Barros. Estudo Completo do Feminicídio. Versão Eletrônica disponível em <http://www.impetus.com.br/artigo/876/estudo-completo-do-feminicidio>. Acesso em 22/09/2016

pelos pubianos, timbre de voz, etc.); b) **sexo genético** ou cromossômico é responsável pela determinação do sexo do indivíduo através dos genes ou pares de cromossomos sexuais (XY – masculino e XX - feminino) e; c) **sexo endócrino** é identificado nas glândulas sexuais, testículos e ovários, que produzem hormônios sexuais (testosterona e progesterona) responsáveis em conceder à pessoa atributos masculino ou feminino.

Na origem do projeto de lei que modificava o Código Penal, a redação era do crime cometido “contra a mulher por razões da condição de gênero”, restando modificado para “por razões da condição do sexo feminino”. Além da questão sexo-gênero, o episódio da mudança legislativa alça, apenas, a mulher como única categoria vulnerável a merecer um tratamento diferenciado e esta também é uma crítica feita por Butler ao debater o conceito de “mulher” e desaprovar caminhos do movimento feminista.

Ao sugerir a desconstrução do(s) gênero(s), Butler faz ferrenha oposição ao feminismo, questionando o conceito (imposto) de mulher e de feminino. Márcia Tiburi¹⁹ explica que o ponto central da reprimenda de Butler “reside no fato de que o feminismo ainda trabalha com o binarismo de gênero – com a ideia de que ‘homem’ e ‘mulher’, ‘masculino’ e ‘feminino’ são a verdade da sexualidade – incorre na reprodução daquilo mesmo que quer criticar”.

O feminino não é mais uma noção estanque, sendo o seu significado problemático, tal como ocorre com o significado de mulher. Indaga Butler (2015, p.9) se “ser mulher constituiria um ‘fato natural’ ou uma performance cultural, ou seria a naturalidade constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas?”

A tentativa de desmontagem dos conceitos de gênero, permite pensar e acolher outras categorias não abarcadas pelo binarismo e que se veem oprimidas, mesmo dentro dos movimentos e teorias que se propõem a libertar. Esse caminho no sentido de suprimir as singularidades permite deixar todo e qualquer conceito em aberto.

Ao pensar na desmontagem/desconstrução dos corpos/gênero/sexo, Butler insere e insiste na noção de sujeito, apesar das críticas existentes no humanismo. Ao defender o sujeito oprimido, a autora afirma que todos os oprimidos pela natureza fixa do corpo devem ser acolhidos.

¹⁹ TIBURI, Márcia. Judith Butler: Feminismo como provocação. Revista cult. Nº185, p.22

Os oprimidos, desse modo, não seriam só as mulheres, mas os negros, os homossexuais, os árabes, os judeus, mulheres de burca e todos aqueles que não se encaixem no padrão do homem-branco-europeu-heterossexual.

A noção de sujeito é desenvolvida como uma “questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista”, já que a construção política do sujeito “procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão”, sendo que tais operações políticas “são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento” (BUTLER, 2015, p.19).

Importando (e melhorando) teorias desenvolvidas por Austin²⁰ (1990) e Derrida²¹ (1988), Butler (2015) defende o que chama de performatividade do gênero. Para Austin (1990), os atos da fala podem ser enunciativos – descrevem um fato, uma situação – e performativos – ao serem proclamados, fazem acontecer aquilo que proclamam. Já Derrida (1988) discorre acerca das noções de citacionalidade (propriedade do signo de ser retirado de sua origem e deslocado a outro lugar, produzindo novo significado) e iterabilidade (repetição na alteração).

Performative, como explica Joana Plaza Pinto²², deriva do verbo em inglês *perform* que significa ação. Tais enunciados não seriam nem verdadeiros, nem falsos, não serviriam para descrever, nem para informar, mas sim para fazer algo.

Nesse sentido, a sentença proferida no exame de ultrassom – é menino ou é menina – será repetidas vezes reiterada por várias autoridades e instituições, por longos intervalos de tempo, para reforçar esse efeito naturalizador. Por isso, que o sexo, assim como o gênero, é efeito do discurso.

A questão se centra no fato de que ao ser diversas vezes, em distintos momentos e circunstâncias, repetido, tal discurso naturalizador também pode ser negado e até mesmo subvertido. E é justamente na subversão que aparecem as (não) categorias não abarcadas pelo binarismo. Como bem explica, Guacira Lopes Louro (2016, p.14):

²⁰ Austin, J.L., How to do things with words, the William James Lectures delivered at Harvard University in 1955 (segunda edição revista 1975) (London 1962, segunda edição revista 1967). Quando dizer é fazer: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

²¹ Derrida, Jacques, ‘Signature Event Context’ in: Limited inc (1988), 1-23. (primeira edição in Glyph vol. I, 1977).

²² PINTO, Joana Plaza. Percurso da Performatividade In: Revista Cult. Dossiê: Judith Butler, Feminismo como provocação. nº185. p.36

Performativo de gênero são repetidos constantemente. Citados e recitados em contextos e circunstâncias distintas: no âmbito da família, escola, da medicina; na mídia, em suas mais diversas expressões; nas regulamentações da justiça ou da religião. Não obterão, contudo, exatamente os mesmos resultados. Os efeitos dos performativos são sempre imprevisíveis. A falha, que é íntima aos performativos, pode ser produtiva. É na possibilidade do fracasso que reside o espaço para a resignificação e para a subversão no terreno dos gêneros e da sexualidade.

Não há, portanto, gênero sem discurso. O discurso, pode-se dizer, habita o corpo, molda o corpo e com ele se confunde. Há ação e atuação nas palavras que se dirigem aos corpos.

Para Foucault (1988), os sistemas jurídicos de poder fabricam os sujeitos que, por consequência, e reflexamente, passam a representar. A ideia jurídica de poder se reflete, na regulação da vida, em aspectos negativos, representados pela limitação, proibição, regulamentação e mesmo “proteção” dos sujeitos “escolhidos” por aquela estrutura política.

Contudo, esclarece Butler (2015:19) que “em virtude de estarem a ela [ideia jurídica/estrutura política] condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências dela.” Por esse motivo, firma-se o próprio conceito de mulher, mesmo aquele defendido pelo movimento feminista, é vítima e algoz das estruturas fundantes pré-existentes.

Por essa razão, o perigo de se ter “mulher” enquanto uma definição estática e permanente. Isso porque a categoria “mulheres” é pensada, mesmo quando se apresenta numa posição de reivindicação, dentro de conceitos de opressão, anteriormente definidos, criando um espiral repetitivo de conhecimento e regulação.

“Mulheres” se tornou um termo problemático. “Mulher” é, apenas, umas das dimensões do ser que também se define, por exemplo, através de questões etárias, geográficas, sexuais, financeiras e raciais. O gênero, portanto, deve estabelecer interseções com modalidades que vão além da política.

O equivocado caminho de construir um conceito estático de “mulher” culminou numa armadilha para o próprio feminismo, como bem destaca Butler:

A urgência do feminismo no sentido de conferir um status universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum

da subjugação das mulheres. (...)

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos das relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade. (BUTLER, 2015, p.22)

Para se renovar, o feminismo precisa pensar para além das construções ontológicas de identidade (pré)postas, reformulando os preceitos de uma política representacional. É preciso que se considere a possibilidade dinâmica do conceito de “mulher” como um pré-requisito metodológico-normativo-político.

Interpretando a célebre frase de Simone de Beauvoir – “não se nasce mulher, torna-se mulher”, tem-se que as conclusões daí advindas devem sopesar conceitos filosóficos que transitam entre o determinismo e o livre arbítrio porque “não há nada que garante que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea” O corpo, então, é um intermédio passivo sobre o qual se esculpem significados culturais que justificam a ideia de que “não a biologia, mas a cultura se torna o destino”. (BUTLER, 2015, p.29)

Ao falar dos corpos e de como esses restam submetidos a regras e destinos culturalmente impostos, a autora, retomando a questão da subversão por essência, defende as possibilidades dos corpos fora das teorias (clássicas) ontológicas, uma vez que tais corpos são submetidos a um silêncio, espécie de não existência. Seriam corpos (tornados) “abjetos”, ou seja, existência corporal daqueles que não são encaixáveis na estrutura binária “homem-mulher”.

Ao sugerir a desmontagem da concepção de gênero, Butler enfrenta a questão do(s) (corpos) abjetos na perspectiva normativa. Como se daria a performatividade das normas diante do que se quer propor? Letícia Sabay²³ explica que “tanto as normas sexuais quanto as de gênero estarão, necessariamente, expostas à possibilidade, ou em outros termos, poderão ser desviadas e questionadas, ou ainda, interpretadas de outra maneira”. Ao ressignificar as normas, através da possibilidade de subversão, é possível inserir a sexualidade como uma prática social reiterável.

Com isso, a performatividade serve para pensar nas novas possibilidades de

²³ SABAY, Letícia. Incertezas Políticas e a relacionalidade. In: Revista Cult. Dossiê: Judith Butler, Feminismo como provocação. nº185. p.39

uma ação política que deve se pautar na resignificação das normas. Ao escrever “Corpos que pesam sobre os limites discursivos”, explica Butler (2000), ainda falando sobre os corpos abjetos:

A construção do gênero atua através de meios *excludentes*, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural(...) O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual — e em virtude do qual — o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, "dentro" do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio.²⁴

Em entrevista a Professoras Holandesas, Prins e Meijer²⁵, Judith Butler explica que os corpos abjetos não são só aqueles fora da matriz heterossexual, mas todos os tipos de corpos “cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’”, apresentando como exemplo o caso dos refugiados libaneses.

Inevitável reconhecer a contribuição de Butler para se (re)pensar o conceito da “categoria mulher”, através da desconstrução do gênero (não é um problema do campo da ‘sexualidade’, é um problema político e ontológico) e do próprio sexo, inserindo-se o conceito de performatividade e a noção dos corpos abjetos.

Pensando assim, a autora tem sido alinhada (e por vezes considerada precursora) ao que se convencionou chamar de Teoria *Queer*. *Queer* é uma palavra em inglês utilizada de maneira pejorativa para menosprezar todos aqueles que se comportam de maneira dissonante à heteronormatividade.

Não há, no português, uma palavra equivalente, mas alguns a traduzem como

²⁴ Butler, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *apud* LOURO, Guacira Lopes et al. O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Autêntica: Belo Horizonte, 2000. versão eletrônica disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>

²⁵ PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matérias: entrevista com Judith Butler. In: Estudos Feministas. 1/2002.

“desviantes”, “transviados” ou aberrações. Muitos dos(a) autores(as) brasileiros(as) que escreveram ou mesmo traduziram obras relacionadas aos teóricos *queer*, preferiram manter a matriz em inglês.

Os teóricos *queer* são identificados como aqueles que questionam as regras limitadas da sexualidade, cerrando os corpos em regras pré-estabelecidas. Os estudos entrecortam diversas disciplinas, como por exemplo, da sociologia, filosofia, história e antropologia.

Segundo Richard Miskolci²⁶, escritores americanos indicam que optaram, propositadamente, por utilizar o termo “*queer*” a fim de que sua origem negativa e discriminatória (injúria) pudesse ser repaginada e ressignificada. Eve Kosofsky, Judith Butler, David M. Halperin e Michael Warner são apontados como teóricos *queer* que forneceram novas ideias para compreender a sexualidade, gênero, desejo e relações de poder. Miskolci²⁷ delineia, ainda, as principais características dos estudos *queer*:

Na perspectiva queer, a heterossexualidade não é natural, tampouco seu domínio desprovido de relações de poder (...) Os estudos quer têm se caracterizado por criarem conhecimento a partir do abjeto (...) que vai além da náusea e do nojo e alcança um espaço-condição que problematiza versões idealizadas (...). De forma geral, há ao menos duas características dos estudos queer que permitem compreender seu poder analítico: 1) o método desconstrutivista e 2) a problematização do sujeito. (...) O pensamento queer aposta na desconstrução para desnaturalizar o social (...) Na perspectiva queer, é possível reconstituir o pensamento psicanalítico por meio de uma nova topografia psíquica não-masculinista e não-heterossexista.

Para além da concepção de que a teoria *queer* abarca identidades sexuais divergentes da matriz heterossexual, Guacira Lopes Louro²⁸, defende que o *queer* é “uma espécie de disposição existencial e política, uma tendência e também um conjunto de saberes que se construíram e se constroem fora das sistematizações tradicionais”.

Para Berenice Bento²⁹, que trabalhou com a teoria *queer* em sua obra

²⁶ MISKOLCI, Richard. Crítica à Hegemonia Sexual. In: Revista Cult. Dossiê Teoria Queer: O gênero sexual em discussão. Nº193.p.34 e 35

²⁷ Idem

²⁸ In: RODRIGUES, Carla. O Potencial Político da Teoria Queer. In: Revista Cult. Dossiê Teoria Queer: O gênero sexual em discussão. Nº193.p.36

²⁹ BENTO, Berenice. **Queer o quê? Ativismo e estudos transviados**. In: Revista Cult. Dossiê Teoria Queer: O gênero sexual em discussão. Nº193.p.44

reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual, os estudos *queer* se organizam em torno de cinco eixos:

- 1 – desnaturalização das bioidentidades (coletivas e individuais);
- 2 – ênfase nas relações de poder para interpretar as estruturas subjetivas e objetivas da vida social;
- 3 – permanente problematização das binariedades;
- 4 – prioridade à dimensão da agência humana e
- 5 – crítica ao binarismo de gênero (masculino versus feminino) e sexual (heterossexual versus homossexual)

A teoria *queer* provoca um pensar desalinhado a qualquer tipo de construção de categoria(s). Sua proposta é libertária, plural e pretende conceder espaço a todas as espécies de não-identidades e aquelas consideradas desviantes.

Objetivando alcançar uma noção acerca do que se deve compreender como mulher, desenvolvemos nesse capítulo uma linha histórico-cronológica dos estudos acerca do feminino que perpassou desde o destino biológico (sexo-natureza), pela construção do gênero (cultura), até a respectiva “implosão” perpetrada pelos teóricos *queer* e, em especial, por Judith Butler em sua direta crítica ao feminismo.

Na mesma linha de Bourdieu (2011), Foucault (2015) defende que o sexo é transformado em discurso e modelado através de dispositivos de aliança e da sexualidade, esculpidos por instituições como igreja, família e medicina. É o que veremos no próximo capítulo, alinhado à teoria do estigma de Goffman (1988) que esclarece o que aqueles fora do padrão fazem diante do contato com os ditos “normais”.

CAPÍTULO 3

DO CONTROLE DA SEXUALIDADE E DOS PROBLEMAS DO ESTIGMA

3.1. Sexo enquanto discurso

Em algum momento do século XVII, Foucault (2015, p.7) anota que os códigos frouxos acerca da “decência” e da “obscenidade” foram devidamente encarcerados.

O sexo que até, então, “circulava” livre foi reduzido ao nível da linguagem, com o intuito de ser controlado, banido das coisas ditas, chegando ao limite de ser preferível nem mencioná-lo.

Com a intervenção do pensamento aristocrata-burguês, o quarto dos pais se torna o único lugar de sexualidade reconhecida. Tudo o que estiver fora do “quarto dos pais” deve ser considerado anormal, devendo, portanto, esconder-se, uma vez que a prática desviada será alvo de penalidades.

Os desviados que se recolham aos lugares de tolerância, às casas de prostituição, aos manicômios e por que não acrescentar, numa linguagem moderna, aos bares e espaços LGBT’s.

Nesse mecanismo construído, “a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio”. (FOUCAULT, 2015, p.8)

A burguesia, a partir do século XVII, cria um mecanismo de poder para silenciar o sexo. O Sexo não deve ser mencionado sem prudência e a “discrição é recomendada cada vez com mais insistência”. (idem, p.21)

O sexo, tornado discurso, foi monopolizado sem sossego, sendo colocado como uma regra a ser seguida por todos. O sexo passava, então, a ser “gerido”, administrado, inserido em um sistema de utilidade, sobrelevando-se ao poder público, em nome do bem de todos. O Estado, então, deveria saber e controlar o sexo dos cidadãos.

Esses mecanismos discursivos foram desenvolvidos com o auxílio de algumas ciências – medicina, psicanálise, psiquiatria – e de algumas instituições: escolas, famílias e igrejas, todos aliados ao sistema repressivo (a lei). Nesse sentido, esclarece Foucault (2015, p.34):

Inicialmente, a medicina por intermédio das “doenças de nervos”; em seguida, a psiquiatria, quando começa a procurar- do lado da “extravagância”, depois do onanismo, mais tarde da insatisfação e das “fraudes contra a procriação”, a etiologia das doenças mentais e, sobretudo, quando anexa ao seu domínio exclusivo o conjunto de perversões sexuais; **também a justiça penal, que por muito tempo ocupou-se da sexualidade sob a forma de crimes “crapulosos”** e antinaturais, mas que aproximadamente na metade do século XIX se abriu à jurisdição miúda dos pequenos atentados, dos ultrajes de pouca monta, das perversões sem importância, enfim todos esses controles que se desenvolveram no final do século passado e filtram a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos e dos adolescentes perigosos e em perigo – tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele.
(grifos acrescentados)

Tal mecanismo discursivo atravessa a tessitura dos séculos e é bem explicitado, com relação à psiquiatria e à lei, na obra de Frank S. Caprio (1978, p.6), “homossexualidade feminina”:

Verificamos assim que todo o conjunto de problemas do homossexualismo demanda esclarecimento e revisão científica, **com as alterações adequadas das leis que regulamentam os delitos**. De qualquer forma, dispomos de provas abundantes de que se registra considerável confusão no que concerne à definição e significado do homossexualismo. Tal fato é perfeitamente ilustrado pelas determinações do governo federal, nos termos das quais qualquer indivíduo acusado ou suspeito de apresentar as denominadas tendências homossexuais ou de manifestá-las, **constitui elemento indigno de confiança**. (grifos acrescentados)

Conta-nos ARC (2009, p.59) que no século XIX, a justiça recorreu à medicina para identificar os autores dos crimes sexuais e avaliar os danos sofridos pelas vítimas. Por essa razão, médicos legistas como Ambroise Tardieu “buscavam provas dos atos cometidos: 'deformações da vulva' e 'ânus em forma de funil' (ou 'infundibuliforme') seriam sintomas de práticas homossexuais puníveis em alguns países da Europa”.

Na antiga União Soviética, lésbicas e gays, eram internados em hospícios, julgados culpados por sua condição sexual desviada. Em 1990, a revista *lesbia*, de Paris, em sua edição de novembro, “traz o testemunho de uma jovem de 20 anos, que foi internada por homossexualismo em um hospital psiquiátrico, tratada com drogas. Depois de 'libertada' passou a viver sob a tutela psiquiátrica, impedida de ver

a mulher com quem tinha ligações amorosas” (NAVARRO-SWAIN, 2004, p.37).

A sexualidade é o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente que Foucault chamou de *scientia sexualis*. As características fundamentais a essa sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia, ou um desconhecimento induzido pelas interdições; correspondem às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade. (2015, p.77)

A medicina considerou a homossexualidade como uma perversão, ao lado de perversões como a pedofilia, gerontofilia, zoofilia e autoerotismo. Ao lado dessa ciência, a psiquiatria, a psicanálise e a lei robusteceram o discurso desviante da homossexualidade. Nesse sentido, em 1948, a Organização Mundial de Saúde acrescentou às hipóteses de doenças mentais, o “homossexualismo”, caracterizado como um desvio sexual, como bem explica Laurenti (1984):

O homossexualismo passou a existir na CID a partir da 6ª Revisão (1948), na Categoria 320 Personalidade Patológica, como um dos termos de inclusão da subcategoria 320.6 Desvio Sexual. Manteve-se assim a 7ª Revisão (1955), e na 8ª Revisão (1965) o homossexualismo saiu da categoria "Personalidade Patológica" ficou na categoria "Desvio e Transtornos Sexuais" (código 302), sendo que a sub-categoria específica passou a 302.0 - Homossexualismo. A 9ª. Revisão (1975), atualmente em vigor, manteve o homossexualismo na mesma categoria e sub-categoria, porém, já levando em conta opiniões divergentes de escolas psiquiátricas, colocou sob o código a seguinte orientação "Codifique a homossexualidade aqui seja ou não a mesma considerada transtorno mental"

Nesse sentido, foi a fala de uma das entrevistadas ao se referir ao tratamento terapêutico/psicanalítico recebido:

A psiquiatra, na verdade, era uma psiquiatra que era psicanalista, não tinha me ajudado muito, viu? **Ao contrário, ela falou na minha cara que eu deixasse de ser homossexual. (risos)**

P – A “cura gay” ainda era permitida?

Então, era doença. Era doença. E eu saí nesse dia que ela disse lá, da análise, eu nunca vi como doença, nunca mesmo.

(Entrevista com Cleo realizada em 12/03/2018)
(grifos acrescidos)

Apenas no ano de 1990, a OMS retirou a homossexualidade da lista de

doenças. O Conselho Federal de Psicologia do Brasil a deixou de considerar como doença em 1985 e através da resolução nº 001/99 orientou os psicólogos a não tratarem a homossexualidade como patologia³⁰:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Retomando, porém, o pensamento de Freud, ele, à época, classificou a homossexualidade como uma “aberração sexual”, caracterizada como “regressão a uma fixação anterior da libido” e definida como “uma sexualidade psiquicamente não levada a termo com sucesso, em comparação com a sexualidade normal”. (ARC 2009, p.61)

No mesmo sentido, Navarro-Swain (2004, p.57) explica que, sob a ótica psicanalítica de Freud:

A sexualidade normal seguiria um caminho evolutivo em fases: anal, oral, genital, da infância ao estágio final de adulto. Se há uma pausa significativa nesse crescimento, isso designaria um desvio ou fixação anormal em estágio anteriores da sexualidade adulta. Assim, os/as homossexuais estariam vivenciando uma sexualidade cristalizada em uma fase anterior ao pleno desenvolvimento, em práticas mais ou menos infatilizadas.

Assim, nesse sentido, as lésbicas não seriam doentes, “apenas”, imaturas. Freud centralizou sua teoria feminina na “inveja do pênis”, confirmando, com esse

³⁰ Conselho Federal de Psicologia. **Resolução nº 001/99: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.** Versão Eletrônica disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em 30/11/2018

argumento de inveja a (suposição de uma) superioridade masculina.

Na obra “três ensaios sobre a sexualidade”, Freud enuncia uma de suas formulações: “uma libido única de essência masculina que conduz ao postulado de uma estrita monossexualidade” (NERI, 2005, p.174), conhecida como a teoria do monismo sexual/monismo fálico. Segundo NERI (idem, p.175):

O monismo fálico apresenta-se em linha direta com a concepção aristotélica galênica com seu postulado de um único sexo, o masculino, que vigorou [...] da Antiguidade até o século XVIII [...] Assim, a diferença entre homem e mulher se dá pelo grau de perfeição metafísica, e há uma verticalidade hierárquica referida a um *telos* masculino. Só há um sexo, o masculino, o feminino sendo um grau imperfeito e inferior ao masculino.

Nos anos 70, no seminário “Mais ainda”, Lacan desenvolve a noção do “bigozo”, afirmando que “a mulher não existe na medida em que ela é não-toda e tem um 'bigozo' – um gozo fálico e um gozo suplementar, para além do fálico [...] O gozo feminino é produzido pelo gozo fálico e só existe como suposição a partir do gozo fálico”. (NERI, 2005, p.204/205).

Com relação à lei, diversas são as formas de controle da sexualidade, desde a criminalização do adultério, vigente até o ano de 2005 no Brasil, até a redação de dispositivo constitucional e código civil que consideram casamento aquele celebrado entre um homem e uma mulher.

No Código Penal Brasileiro³¹, até o ano de 2005 (vez que foi revogado pela lei nº 11.106/2005) era previsto o crime de adultério:

Art. 240 - Cometer adultério:

Pena - detenção, de 15 (quinze) dias a 6 (seis) meses.

Na legislação penal, vigente no Brasil no século XIX, decreto nº847/1890 era prevista pena maior para o adultério e em diferentes condições a partir de quem a cometesse. O homem só responderia pelo crime se “sustentasse” financeiramente a amante (teúda e manteúda). Relações sexuais esporádicas mantidas pelo homem com outras mulheres que não a esposa, não eram consideradas crime (ICIZUKA, 2007).

³¹ Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Versão Eletrônica disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm.

Art. 279. A mulher casada que commetter adulterio será punida com a pena de prisão cellular por um a tres annos.

§ 1º Em igual pena incorrerá:

1º O marido que tiver concubina teuda e manteuda;

Outra situação que entendemos ilustrar bem como o discurso jurídico controlava a sexualidade, refere-se ao tratamento penal dispensado ao estupro, previsto no decreto nº847/1890³², caso a vítima se tratasse de uma mulher “honesta” ou prostituta:

Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta:

Pena - de prisão cellular por um a seis annos.

§ 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta:

Pena - de prisão cellular por seis mezes a dous annos.

Com relação à homossexualidade, o Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1001/69), em vigor até a presente data, no seu artigo 235 considera crime a “pederastia ou outro ato de libidinagem”. Pederastia, segundo o dicionário Aurélio *on line*³³, pode ser compreendido, em sua acepção restrita, como “relação sexual mantida entre um menor e um adulto”, ou acepção ampla: “relação sexual entre indivíduos do sexo masculino”.

Pederastia ou outro ato de libidinagem

Art. 235. Praticar, ou permitir o militar que com êle se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar:

Pena - detenção, de seis meses a um ano.

Na esfera cível, ainda com relação ao controle da sexualidade, prevê a Constituição³⁴ Federal e o Código Civil³⁵ que o casamento e/ou união estável se

³² DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Versão eletrônica disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>

³³ Dicionário Aurélio on line. Disponível em <https://dicionariodoaurelio.com/pederastia>

³⁴ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Versão eletrônica disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

³⁵ Lei nº 10.406/2002. Código Civil. Versão eletrônica disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm

realiza, exclusivamente, entre um homem e uma mulher:

Código Civil (lei nº 10.406/2002)

Art. 1.514. O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Constituição Federal de 1988

Art.226.A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§1ºO casamento é civil e gratuita a celebração.

§2ºO casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§3ºPara efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§4ºEntende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

O casamento e união estável entre gays e lésbicas ocorrem no Brasil pela interpretação do princípio constitucional da dignidade humana – “A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático e tem como fundamento a dignidade da pessoa humana” (art.1º, III da Constituição Federal de 1988) e decisões do Supremo Tribunal Federal que culminaram na resolução do Conselho Nacional de Justiça (resolução nº 15/2013), *in verbis*:

Resolução CNJ Nº 175 de 14/05/2013

Ementa: Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais,

CONSIDERANDO a decisão do plenário do Conselho Nacional de Justiça, tomada no julgamento do Ato Normativo no 0002626-65.2013.2.00.0000, na 169ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de maio de 2013;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, nos acórdãos prolatados em julgamento da ADPF 132/RJ e da ADI 4277/DF, reconheceu a inconstitucionalidade de distinção de tratamento legal às uniões estáveis constituídas por pessoas de mesmo sexo;

CONSIDERANDO que as referidas decisões foram proferidas com eficácia vinculante à administração pública e aos demais órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do RESP 1.183.378/RS, decidiu inexistir óbices legais à celebração de casamento entre pessoas de mesmo sexo;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Nacional de Justiça, prevista no art. 103-B, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Art. 2º A recusa prevista no artigo 1º implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Por essa instabilidade legislativa, possivelmente, as entrevistadas apresentaram embaraço/dificuldade e dúvidas para definir o estado civil:

P - Quando te perguntam teu estado civil?

R - Eu falo que eu sou solteira. Eu não tenho registro, faz pouco tempo que estamos juntas. Eu fui no cartório dia desses e perguntei: - vocês fazem união estável aqui?

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)

Meu nome é Cecília, [...] meu estado civil é solteira, mas tenho uma companheira.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

P. Qual o seu [...] estado civil [...] ?

R. Meu nome é Cassandra. [...] Sou casada, mas não ainda em papel. A gente já vive junta desde 2015, mas eu me considero casada, ainda iremos oficializar a nossa união estável, porém não por união estável, iremos fazer um casamento civil mesmo.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

[mora com uma companheira]

P – Qual seu estado civil?
R – Solteira.

(Entrevista com Joanna, realizada em 20/05/2018)

Me chamo Carolina [...] e atualmente não sei se é, se configura união estável, mas moro com minha namorada já há 7 anos.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)

Do ponto de vista penal, a atualidade, conforme destacado pela ILGA – Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Intersexos³⁶, 73 (setenta e três) países consideram a homossexualidade como crime, com punições a seguir especificadas:

Tabela 2 – Criminalização e Punição da Homossexualidade no mundo

Número de Países	Tipo de Pena	Exemplo
OITO	De morte	Irã e Arábia Saudita
DOZE	Prisão de 15 anos a perpétua	Etiópia
VINTE E TRÊS	Prisão de 8 a 14 anos	Nigéria
VINTE	Prisão de 3 a 7 anos	Egito
DEZ	Prisão de 1 mês a 2 anos	Líbano

Todos os listados penalizam indistintamente a homossexualidade feminina e masculina. Contudo, países como a Jamaica, Namíbia e Serra Leoa só penalizam as relações homossexuais masculinas.

Retomando o pensamento de Foucault (2015), explica-se que até o final do século XVIII, o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil regiam as práticas sexuais. Eles, aliados aos rechaço social dos costumes e opiniões, determinavam o

³⁶ ILGA, Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and intersex international association. Sexual Orientation Laws in the World – Criminalisation. Versão eletrônica disponível em https://www.ilga.org/downloads/2017/ILGA_WorldMap_ENGLISH_Criminalisation_2017.pdf

que era permitido e proibido.

O epicentro do sexo era o matrimônio. Através dele, os cônjuges estavam subordinados a um sem número de regras: virgindade, fidelidade, reprodução, etc. Tudo que existia fora do casamento era incerto, desviado ou silenciado.

Aos Tribunais, então, cabia condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais ou a bestialidade. [...] As proibições relativas ao sexo eram, principalmente, de “natureza” jurídica. (FOUCAULT, 2015, p.42)

Em relação à Igreja Católica, anote-se que o discurso desde o século XV, já sacralizava o corpo, associando-o ao pecado e colocando as mulheres como epicentro dessa transgressão. Assim, conforme consta em Muraro (*apud* KRAEMER, 2017, p.19), na introdução à obra “Martelo das Feiticeiras” se pronunciavam os inquisidores:

- 1) O demônio com a permissão de Deus, procura fazer o máximo de mal aos homens a fim de apropriar-se do maior número possível de almas;
- 2) E esse mal é feito, prioritariamente, através do corpo, único “lugar” onde o Demônio pode entrar [...];
- 3) E esse domínio [do corpo] lhe vem através do controle e da manipulação dos atos sexuais. Pela sexualidade, o Demônio pode apropriar-se do corpo e da alma dos homens. Foi pela sexualidade que o primeiro homem pecou e, portanto, a sexualidade é o ponto mais vulnerável de todos os homens;
- 4) E como as mulheres estão essencialmente ligadas à sexualidade, elas se tornam as agentes por excelência do Demônio (as feiticeiras). E as mulheres tem mais convivência com o Demônio porque Eva nasceu de uma costela torta de Adão, portanto, nenhuma mulher pode ser reta;
- 5) A primeira e maior característica, aquela que dá todo o poder às feiticeiras é copular com o Demônio. Satã é, portanto, o senhor do prazer;
- 6) Uma vez obtida a intimidade com o Demônio, as feiticeiras são capazes de desencadear todos os males, especialmente a impotência masculina, a impossibilidade de livrar-se de paixões desordenadas, abortos, oferendas de crianças a Satanás, estragos das colheitas, doenças nos animais, etc
- 7) E esses pecados eram mais hediondos do que os próprios pecados de Lúcifer quando da rebelião dos anjos e dos primeiros pais por ocasião da queda, porque agora as bruxas pecam contra Deus e o Redentor (Cristo) e, portanto, esse crime é imperdoável e por isso só pode ser resgatado com a tortura e a morte.

Observe-se que o discurso proferido autorizava morte e tortura em desfavor das mulheres, uma vez que essas eram “essencialmente ligadas à sexualidade” e, portanto, ligadas ao mal. Por serem “tortas”, nascerem de uma costela, tinham mais convivência com o Demônio, com quem após copular eram capazes de “estragar colheitas”, “causarem impotência masculina” e “oferecem crianças a Satanás”.

O discurso da Igreja apontado por Foucault como uma das engrenagens necessárias para mover e garantir a perpetuação do dispositivo da sexualidade e da aliança, foi apontado por alguma das entrevistadas como uma limitação/opressão ao exercício pleno da sexualidade:

P- Você tem alguma religião ou tem?

R - Eu passei a acreditar minimamente numa coisa mais espiritual. Fui pro espiritismo depois que ela [ex-namorada] faleceu. Fui para várias reuniões espíritas, foram bem importantes para mim, mas não vou mais, mas acredito sim! Uma religião, uma perspectiva que mais se aproxima de mim [é o espiritismo]...

Eu era muito descrente [com relação às religiões], sabe? Agora, a minha descrença, a minha agressividade, digamos, ao falar disso [das religiões] **era muito em função de uma raiva que eu tinha em função de ela de ela frequentar uma igreja [evangélica] que dizia que as relações homossexuais eram pecados.**

Eu não aceitava. Ficava muito revoltada. Como é que alguém que vive com uma mulher faz isso? A gente discutia muito por isso.

P- Então, você não chegou a ir na Igreja com ela?

R – De forma alguma, para mim era um exercício de militância não ir. De forma alguma. Jamais.

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)

(grifos acrescentados)

[falando de um momento posterior a término de um relacionamento abusivo]

Me envolvi na igreja, aí comecei a participar da igreja, literalmente. Foi um momento muito bom para mim, porque me tirou daquele momento dessa angústia profunda, né? A espiritualidade, as minhas dores, eu tentei e colocava lá e comecei a ser bem ativa dentro igreja católica.

P – E lá, você pode falar sobre sua vida?

R - Não pude, **não pude falar da minha vida, porque uma das primeiras coisas que eles faziam, por exemplo, é a negação.**

É você ter que renunciar, renuncio a ..., me lembro bastante, nas orações, aquele povo que chegava e enchia a igreja, principalmente adolescentes, tinham que dizer: “-renuncio a ‘homossexualismo!’”....o povo dizia, né? [Renuncio] a prostituição...

P – E você, dizia?

R - Não, eu não dizia eu ficava calada nessa hora, né?

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)
(grifos acrescidos)

P - Quando você disse que na infância se achava diferente – o exemplo que você deu foi se apaixonar pelas professoras – tinha alguma outra característica que te fazia crer que era diferente?

R - Tinha. Na questão sexual?

P - De uma maneira geral.

R - Tinha a questão de, por exemplo, meus pais sempre me induziram a fazer parte de uma igreja. Eu tentei, fiz parte. Mas nunca me achei daquele lugar. Eu sempre questioneei tudo que se falava, questionava tudo que se fazia... “Porque assim? Porque essa limitação?” Eu sempre achei tudo muito limitado. Sempre achei essa compreensão do divino muito limitada. **Todo mundo que eu ia perguntar era coisa do "demônio" estar perguntando aquilo. Então aquela limitação aumentava, porque na minha cabeça eles não tinham resposta e justificam isso dizendo aquilo. Então eu me sentia diferente por não estar de acordo com aquela cultura,** com aquela religiosidade.

P- Era o católico ou protestante?

R. - Era o protestante.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)
(grifos acrescidos)

Sou atea, fui criada no catolicismo, fui batizada aí me apaixonei por uma vizinha que era da **igreja universal**, aí entrei pra Igreja Universal. Aí eu era bem novinha, tinha uns 14 anos, digo agora que me apaixonei, mas na época eu não tinha noção desse sentimento, **porque meu sentimento de inadequação já era muito forte desde sempre e você entra num lugar desse e você sabe definitivamente que ali não é seu lugar.**

Quando minha mãe entrou no espiritismo eu ainda dei uma passeada,

assim, mas eu já era ateia na época, sabe?
 Aí tem aquele coisa de um professor, um amigo ou outro, essa primeira
 minha namorada flertava com o espiritismo, aí sempre tinha algum
 amigo,..nesses momentos, que você está [mal], você fica bem suscetível,
 aí você está vulnerável, aí você vai, escuta uma coisa, outra, que dá um
 conforto...
 Eu sempre fui de questionar demais, então, eu nunca me adequei a
 nenhuma religião.
 É inconcebível para mim a ideia de uma divindade.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)
 (grifos acrescidos)

Apesar disso - do discurso limitador da religião - por outras tessituras que
 formam as mulheres, as entrevistadas com idade superior às demais, afirmaram
 uma crença na religião católica, nos seguintes termos:

[...] fui noiva, casei [com um homem] na igreja católica. Hoje sou mais
 católica praticante, porque hoje estou mais dentro da militância católica, da
 doutrina na prática.
 Por exemplo, antes eu não abria mão de uma semana santa, ia pra uma
 praia, hoje não, eu vivo a semana santa, esse ano eu fiz até jejum na
 quarentena.

(Entrevista com Lygia, realizada em 11/04/2018)

Já fui coroinha na adolescência. Fiz parte do movimento jovem da igreja
 católica, depois, fui me construindo como mulher lésbica, que tem credo.
 Sempre segui “Clarissa”, e ela tem uma militância religiosa muito forte,
 uma militância como arquétipo psicológico do que talvez como uma figura
 extra-real.
 A minha religião é uma religiosidade mais popular, eu gosto muito dessa
 religiosidade popular, desse catolicismo muito “Mariano”.
 Minha ligação sempre foi muito mais, eu digo sempre, na América latina...
 O cristianismo se agarrou muito a crucificação, eu prefiro me agarrar à
 ressurreição. Não há nada mais forte do que Maria.

(Entrevista com Hilda, realizada em 20/05/2018)

A história da sexualidade – isto é daquilo que funcionou no século XIX como
 domínio de verdade específica- deve ser feita, antes de mais nada, do ponto de vista
 de uma história dos discursos, devendo o sexo não só se inscrever numa “economia
 do prazer”, mas também num “regime ordenado do saber”.

Esse discurso-poder em torno da sexualidade agiria de maneira uniforme,
 numa espécie de “unidade de dispositivo”, a que estariam submetidos a tais

proibições desde os príncipes aos tecelões, dos tribunais aos episódios cotidianos, numa verdadeira forma global de poder, garantidos pela lei (Estado/Direito), interdição (medicina) e censura (família/sociedade).

O poder, conforme melhor Foucault desenvolverá em sua obra “a microfísica do poder”, está em toda a parte, provém de todos os lugares, devendo ser compreendido como um jogo que transforma, reforça e inverte. A cristalização funcional dessas estratégias toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação das leis, nas hegemonias sociais.

A sexualidade, por sua vez, deve ser compreendida como um ponto de passagem pelas relações de poder, entre homens e mulheres, mestres e educandos, jovens e idosos, pais e filhos e administração e administrados. A ela, pode-se dar o nome de dispositivo histórico, desenvolvido, sustentado e mantido, a partir do século XVIII em quatro eixos (FOUCAULT, 2015, p.113-114):

1. A HISTERIZAÇÃO DO CORPO DA MULHER: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade, pelo qual este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual enfim, foi posto em comunicação orgânica com o CORPO SOCIAL (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o ESPAÇO FAMILIAR (do qual deve ser elemento substancial e formal) e com a VIDA DAS CRIANÇAS (que produz e deve garantir, por meio de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a MÃE, com sua imagem em negativo que é a mulher nervosa, constitui a forma mais visível dessa histerização
2. PEDAGOGIZAÇÃO DO SEXO DA CRIANÇA: dupla afirmação de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sendo indevida [...] traz consigo perigos físicos e morais [...]
3. SOCIALIZAÇÃO DAS CONDUTAS DE PROcriação: socialização econômica por intermédio de todas as incitações, ou freios, à fecundidade dos casais, através de medidas “sociais” ou fiscais [...]
4. PSIQUIATRIZAÇÃO DO PRAZER PERVERSO: o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo, atribuiu-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim procurou-se uma técnica corretiva de tais anomalias.

Ao lado do dispositivo da sexualidade (técnicas conjunturais do poder), encontra-se o “dispositivo da aliança”, identificado como um sistema de matrimônio,

de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens, que se estrutura num sistema de regras dicotômico: permitido-proibido ou lícito-ilícito.

Enquanto esse se articula fortemente com a economia, devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou circulação das riquezas, o dispositivo da sexualidade liga-se à economia através de articulações numerosas e sutis. A razão não é reproduzir, mas penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global.

A família tem papel fundamental na interseção entre os dois dispositivos: “transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança. (FOUCAULT, 2015, p.118)

O ciclo assim se compõe: o dispositivo da sexualidade se centra na família, cujos pais-cônjuges, principais agente do dispositivo. Externamente se apoiam nos médicos e pedagogos, e mais tarde nos psiquiatras e, internamente, duplicam e logo “psiquiatrizam” as relações de aliança.

Diante disso, aparecem essas personagens novas: “a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher.” (FOUCAULT, 2015, p.120)

É necessário o empenho da família para solucionar os problemas atinentes a sexualidade anormal e a aliança desviada. A sexualidade se tornava mesmo uma questão de Estado, sendo controlada/gerida pela pedagogia (no que se refere à sexualidade da criança), pela medicina (sexualidade das mulheres, controle das patologias sexuais do sexo, através do casamento e taxa de fecundidade) e pela “demografia” (objetivo de regulação espontânea ou planejada dos nascimentos). O conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência constituiu o núcleo sólido das novas tecnologias do sexo.

Inicialmente tais dispositivos foram direcionadas às classes mais abastadas da sociedade, por nelas haver um interesse direto de conservação de estamento e descendência sadia. Nesse sentido, corrobora Muraro, (apud KRAEMER, 2017, p.18), “as regras convencionais só eram válidas para as mulheres e homens das classes dominantes, através dos quais se transmitiam o poder e a herança”.

Contudo, no momento posterior, observada a necessidade de respeito ao “espaço urbano” - coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, prostituição e doenças venéreas - o sistema-discurso de controle da sexualidade teve que ser estendido, aliado a intervenções político-econômicas, às demais classes: escola, política habitacional, higiene pública, instituições de assistência e previdência e acesso à saúde.

Disciplinado o corpo e regulada a população, a morte sobre a vida alheia não é mais o símbolo do poder do soberano. A administração dos corpos e a gestão calculista da vida inaugura uma nova era: a do “biopoder”:

Esse biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (FOUCAULT, 2015, p.152)

Nesse sentido, conceitua-se “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si e “biopolítica”, o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faça do poder-saber um agente de transformação da vida humana. Nesse processo, a lei tem a tarefa central de manter mecanismos contínuos, regulares e corretivos.

O sexo, dada a sua importância, na conjuntura acima explicitada, se tornou foco de disputa política. Isso por envolver tanto as disciplinas do corpo – adestramento, intensificação e distribuição de forças, ajustamento e economia de energia – quanto à regulação das populações. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações:

Pode-se acrescentar que o “sexo” exerce uma outra função que atravessa e sustém as primeiras. Papel dessa vez mais prático do que teórico. É pelo sexo efetivamente, ponto imaginário fixado no dispositivo da sexualidade, que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade (já que ele é ao mesmo tempo o elemento oculto e o princípio produtor do sentido), à totalidade de seu corpo (pois ele é uma parte real e ameaçada desse corpo do qual constitui simbolicamente o todo), à sua identidade (já que ele alia a força de uma pulsão à singularidade da história). (FOUCAULT, 2015, p.169)

Foucault, ao historicizar o sexo, revela um discurso previamente planejado a fim de estabelecer como normais as relações sexuais advindas do casal heterossexual reprodutor e desviadas todas as relações fora desse epicentro. Aponta-se, então, às não-categorias dos incestuosos, adúlteros, homossexuais, prostitutas, etc.

Diferentemente de Foucault (2015), Goffman (1988) não se preocupa com a sexualidade em si, nem com os discursos endógenos e exógenos que determinam os comportamentos do sexo de cada um. Seu estudo concentra-se nas inter-relações, no estabelecimento de categorias de pessoas e no total de atributos considerados comuns/incomuns e naturais/antinaturais àquela situação. Ademais, salienta como os indivíduos “descategorizados” manipulam essa identidade deteriorada, nos “contatos mistos”: situação em que estigmatizados e normais estão na mesma “situação social”.

3.2. Desacreditados e Desacreditáveis: Sinais de Estigma e Encobrimento

Conforme visto, Foucault destaca que entre os maiores “controlados” quanto ao exercício da sexualidade estão as crianças, adolescentes, mulheres e homossexuais. As lésbicas enquadram-se em dois desses grupos e, para melhor compreender como esquematizam sua vida em situações sociais, nos escudaremos nas definições de estigma e manipulação da identidade desenvolvida por Goffman.

O estigma “é a situação do indivíduo que o inabilita à aceitação social plena” (Goffman, 1988, p.7), e o termo se refere a um “atributo profundamente depreciativo”. Três podem ser os tipos de estigma:

1. Abominações do corpo – deformidades físicas: deficiências, cicatrizes;
2. Culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca: distúrbios mentais, homossexualidade, desemprego, tentativa de suicídio, prisão, vícios (drogadição e alcoolismo) e comportamento político radical e
3. Estigmas Tribais – de raça, nação e religião. (GOFFMAN, 1988, p.14)

Interessa-nos especificamente a categoria de “culpas de caráter individual”, na qual estão inseridas as lésbicas.

Sem utilizar a expressão “heterossexualidade compulsória”, Goffman acaba por retomar a noção Foucaultiana de discursos médicos políticos programados, ao

informar que, por estarem inseridos no mesmo sistema de crenças e identidades, muitos estigmatizados acreditam serem “pessoa normais”, ou seja, casam-se e tem filhos, conforme definição que fez constar em nota de rodapé:

A noção de “ser humano normal” pode ter sua origem na abordagem médica da humanidade, ou nas tendências das organizações burocráticas em grande escala, como a Nação-Estado, de tratar todos os seus membros como iguais em alguns aspectos. Quaisquer que sejam suas origens, ela parece fornecer a representação básica por meio da qual os leigos usualmente se concebem. De maneira interessante, parece ter surgido uma convenção na literatura popular segundo a qual uma pessoa de reputação duvidosa proclama o seu direito de normalidade citando o fato de **ter-se casado e ter filhos** e, muito estranho, declarando ter passado natal e ação de graças com ele. (GOFFMAN, 2015, p.17)

(grifos acrescentados)

A própria origem da palavra estigma remonta aos gregos que através de sinais corporais procuravam destacar um feito extraordinário ou reprovável daquele que os apresentava. Assim, com cortes ou marcas feitas pelo fogo, era possível saber se estava diante de um escravo traidor ou de um criminoso. Atualmente, a palavra estigma relaciona-se mais ao sentimento de desconforto do estigmatizado do que a própria evidência corporal-física.

Diante das categorias sociais pré-estabelecidas, há uma expectativa de que em determinados ambientes sociais encontremos as “categorias de pessoas que têm probabilidade de serem nele encontradas” (GOFFMAN, 1988, p.12).

Ao encontrar uma pessoa, é esperado que busquemos o máximo de informação a respeito dela a fim de julgarmos se ela se encontra em um lugar adequado a sua “categoria”. Tais preconceções são transformadas em expectativas normativas, isto é, exigências apresentadas de modo rigoroso.

As informações obtidas até aquele momento revelam a identidade social virtual do indivíduo, ao passo que a categoria e os atributos que, de fato, ele possui, definem-se como sendo a identidade social real. Dotado de um atributo que os diferencie dos demais, o indivíduo pode se tornar uma espécie menos desejável ou uma pessoa considerada “fraca” ou “perigosa”. Essa característica que transforma a criatura comum numa pessoa fraca e diminuída é o estigma

Destarte, deixamos de considera-lo uma criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Sendo considerado um defeito, uma desvantagem (a partir do estereótipo que se cria), constitui uma discrepância entre a

identidade social real e a identidade social virtual.

O estigma é, na realidade, “um tipo especial de relação entre atributo e “estereótipo”, devendo ser compreendido em duas perspectivas: 1. Quando a primeira quando o estigmatizado assume sua característica distintiva ou quando essa é evidente (DESACREDITADO) e 2. quando ela não é bem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles (DESACREDITÁVEL)

Considerando que os “contatos mistos” a que alude o autor definem-se no fato de que o normal e o estigmatizado estão na presença um do outro, seja para uma conversa ou para uma reunião informal, tem-se que esses contatos podem se caracterizar por uma tensão mútua e sensação de desconforto por parte do estigmatizado.

As tensões podem resvalar na vida do estigmatizado fazendo com que ele evite contatos, correndo o risco de isolar-se e se tornar uma pessoa desconfiada e deprimida:

O indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os normais o identificarão e o receberão. Essa incerteza é ocasionada não só porque o indivíduo não sabe em qual das várias categorias ele será colocado, mas também quando a colocação é favorável pelo fato de que, intimamente, os outros podem defini-lo em termo de seu estigma. (GOFFMAN, 1988, p.23)

Prevendo o que pode enfrentar numa situação social mista, o indivíduo estigmatizado pode assumir atitudes de cunho defensivo ou agressivo, que pode resultar em respostas desagradáveis por parte dos “normais”:

P- Suas irmãs questionavam sua orientação?
 R - Não, eu era muito agressiva, elas que não se metessem na minha vida. Mas, certamente, desconfiavam.
 [...]
 Fui me tornando entre os 15/16 anos muito grossa, muito ríspida, muito agressiva em especial.

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)

Assim, para os indivíduos DESACREDITADOS, que ostentam um estigma visível/perceptível/evidenciado, há motivos especiais para saber que situações sociais mistas (normais e estigmatizados) provocam uma interação angustiada.

Para evitar tais situações, os estigmatizados, por vezes, aproximam-se e convivem com “iguais” (outros estigmatizados) ou com “informados”. Essa última categoria se define por ser 1. aqueles cuja informação vem do seu trabalho (por exemplo, psicólogas de um Centro de apoio LGBT) ou 2. aqueles que convivem com o estigmatizado através da estrutura social (mãe, pai e irmão das lésbicas que, por vezes, são obrigados a compartilhar um pouco o descrédito do estigmatizado com o qual se relacionam (GOFFMAN, 1988, .p.39)

A relação entre desacreditados e normais desenvolve-se a partir da apreensão do conceito de informação social, características mais ou menos permanentes que são transmitidas através de signos. Acessando esses signos de maneira frequente e regular; podendo buscá-los e recebê-los habitualmente, a eles se dá o nome de “símbolos”. Os símbolos que transmitem informação social podem ser:

1. Status -> estabelecem uma pretensão social a prestígio, honra ou posição de classe desejável;
2. Estigma - > despertam a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra, o que, de outra forma, seria um retrato global coerente, com uma conseqüente redução da valorização do indivíduo e
3. Desidentificadores - > signo que tende – real ou ilusoriamente – a quebrar uma imagem, de outra forma coerente, mas nesse caso numa direção positiva desejada pelo ator, buscando não só estabelecer uma nova pretensão, mas lançar sérias dúvidas sobre a validade da identidade virtual. (GOFFMAN, 1988, p.53 e 54)

Os signos podem, ainda, ser congênitos (cor da pele) ou não congênitos permanentes (cicatriz nos punhos, indicando tentativa de suicídio) ou provisórios (olho roxo de uma mulher casada com um contumaz agressor).

Os signos portadores de **informação social** variam no que se refere à sua confiabilidade: a cicatriz nos punhos, no exemplo acima, pode ter sido um acidente doméstico e o olho roxo, um acidente de carro. Mulheres com corte de cabelo curto e roupas masculinas são lésbicas? Mulheres maquiadas e com sapato de salto alto são necessariamente heterossexuais?

Ao lado dos signos, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade. Vejamos um exemplo a partir de excerto da entrevistada:

...Meu irmão chegou indignado em casa, dizendo que tinha me visto abraçada com uma “sapatona” e minha mãe veio perguntar.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

Como Cassandra foi vista “abraçada com uma sapatona”, seu irmão, a partir do caráter informativo depreciativo em relação a quem a acompanhava (era uma “sapatona”), deduziu que Cassandra também seria homossexual.

Geralmente, é através da visão que o estigma dos outros se torna evidente para os demais. A noção de visibilidade-evidencialidade-perceptibilidade que permeia o estigma: “a visibilidade é, obviamente, um fator crucial. O que pode ser dito sobre a identidade social de um indivíduo em sua rotina diária e por todas as pessoas que ele encontra nela será de grande importância para ele” (GOFFMAN, 1988, p.58).

A relação dos estigmatizados com os normais não pode ser vista numa escala de absoluto encobrimento ou total revelação. Ela permeia várias estruturas nas quais os contatos se produzem e se estabilizam, havendo esforços para manipular as discrepâncias entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Todo o problema da manipulação (do estigma) é influenciado pelo fato de conhecermos ou não, pessoalmente, o estigmatizado. Para compreender essa influência, adicionamos aos conceitos de visibilidade e informação social, o de **identidade pessoal** (marcas positivas ou apoio de identidade e combinação única de itens da história da vida).

Assim, o estigma e o esforço para escondê-lo ou consertá-lo fixam-se como parte da identidade social. Para esconder o estigma e manipular a identidade social é preciso aferir a quantidade de conhecimento que os outros têm sobre o estigmatizado:

Deixando de lado quanto se sabe ou quanto se ignora, tudo isso é relevante na medida em que o problema do indivíduo, no que se refere à manipulação de sua identidade pessoal e social, variará muito segundo o conhecimento ou desconhecimento que as pessoas em sua presença tem dele, e em caso positivo, segundo o seu próprio conhecimento do fato. (GOFFMAN, 1988, p.77)

O encobrimento do estigma torna-se relevante para o estudo sociológico quando ele se situa no espaço delimitado entre o estigma explicitamente visível (a

cor da pele) e aquele sem evidencia, cujo “portador” não conta nada sobre ele a ninguém (portador de HIV sem sintomas).

Entre os exemplos de estigmatizados visivelmente “intermediários” estão as prostitutas, lésbicas/homossexuais, mendigos e viciados em drogas. O encobrimento do estigma pode ocorrer, por exemplo, em relação a uma certa categoria – família e trabalho – e não ocorrer com relação a outras categorias – amigo(a)s e namorado(a)s-. A relação de intimidade induz a necessidade de confissão mútua e consequente revelação de defeitos invisíveis.

O encobrimento, em alguma ocasião, pode-se fazer necessário, em face das imensas vantagens/gratificações em ser tratado como um normal. Quem o utiliza está sujeito a “incidentes embaraçosos”, visto que, a qualquer momento, em situações não previstas, pode ser descoberto por alguém que o identifique pessoalmente (seja por já o conhecer, seja porque possui informação sobre sua identidade social real). E quanto mais pessoas (outros como biógrafos) conhecerem sua identidade social real, mais possibilidade de o encobrimento falhar.

Alguns encobrimentos não são conscientes. Eles podem começar de maneira inconsciente (o interessado não sabe que está se encobrendo). Depois, ele pode ser involuntário, que se inicia sem a vontade do envolvido, mas é percebido e mantido nos momentos ulteriores.

Há também os encobrimentos “de brincadeira”, que ocorrem em viagens de férias, por exemplo, e os que ocorrem em ocasiões do cotidiano: escola e local de trabalho. Por fim, quando há o encobrimento completo e absoluto, ocorre o desaparecimento: o segredo só é conhecido pelo encobridor, como no caso de pessoas transexuais que se submetem a cirurgia e escondem de todos o fato, chegando a mudarem de cidade.

Quando se percebe que o atributo diferencial é relativamente imperceptível, o indivíduo aprende que o encobrimento pode se dar, tão somente, por uma postura de discrição. Encobrir-se também permite que o estigmatizado acesse espaços que sem esconder o atributo depreciativo não seria possível. De outra maneira, revelar o estigma em espaços sociais inadequados pode gerar consequências indesejáveis, conforme relatado na entrevista, cujo excerto segue:

Maria [ex-namorada da entrevistada] tinha saído de uma relação, estava num bar em João Pessoa com uma namorada e as duas beberam muito, e foram expulsas do bar por causa disso.

A partir daí Maria se resguardou um pouco, com relação a isso.

Não lembro o bar, mas elas foram retiradas a força.

Então, Maria contava isso com muita raiva, mas a gente sempre teve cuidado, às vezes ela bebia se animava, queria me abraçar e eu sempre com muito cuidado: “- Olha, preste atenção!”

(Entrevista com Hilda, realizada em 20/05/2018)

(grifos acrescentados)

A ideia de que os lugares podem ser permitidos ou proibidos aos estigmatizados “estabelece o preço que se paga pela revelação ou pelo ocultamento e o significado que tem o fato de o estigma ser conhecido ou não, quaisquer que sejam as estratégias de informação escolhidas” (GOFFMAN, 1988, p.94).

Outra questão acerca do encobrimento é o fato de ouvir das outras pessoas o que elas pensam acerca do atributo que se esconde, uma vez que elas não têm conhecimento que o interlocutor encoberto o possui:

Teve uma situação na casa de Ângela [namorada da entrevistada à época do fato] que foi muito interessante.

Passou, na televisão, aquele caso de Daniela Mercury [que se assumiu lésbica e casou com uma mulher] e a mãe de Ângela [ao ver a notícia na TV e na presença da filha e da “amiga”], usou aquela expressão: -“Sangue de Cristo tem poder!”

Para mim é tão normal [ser lésbica] que eu estranho quem não acha normal.

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)

O encoberto pode ainda se envolver em situações que seja forçado a se revelar, considerando que outras pessoas descobriram seu segredo:

Quando minha mãe ouviu algo sobre isso foi do meu irmão.

Ele chegou, indignado, em casa, dizendo que tinha me visto abraçada com uma “sapatona” e minha mãe veio perguntar. Naquela época, eu ainda nem me identificava como uma homossexual e sim como bissexual, e nesse início, eu falei a ela que era mentira, inventei uma história.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

Existem contingências específicas quando um encoberto está na presença de outros encobertos. Ele pode ser tomado por um sentimento de ambivalência, pode se ressentir das “limitações” vivenciadas por “portar” um atributo depreciativo e desejar que os outros continuem se acobertando ou se “corrijam” do “defeito”. Nesse sentido, a ex-namorada de uma das entrevistadas, quando se encontrava convalescente num leito de hospital:

Ela estava muito debilitada [por conta de um câncer], [...] - essas coisas do mundo evangélico vieram muito forte -, quando eu sai [do quarto do hospital] para falar com a enfermeira, ela [a ex-namorada] pediu para Aninha [amiga lésbica que se encontrava no quarto] que **nós “revissemos nosso estilo de vida”** Nesse dia, quem foi visitá-la foram todas as lésbicas amigas dela [...]

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)
(grifos acrescidos)

O fenômeno do encobrimento implica uma vida com alto nível de ansiedade, onde se “paga um alto preço psicológico [...] por viver uma vida que pode entrar em colapso a qualquer momento” (GOFFMAN, 1988, p.93):

Lidei [com a homossexualidade] da forma mais previsível possível. Eu não assumi, comecei ter relações com meninos, para ver se saia também naquilo ali.
Também me causava sofrimento, eu era apaixonada [por uma mulher], eu não era correspondida, eu era reprimida em casa “assim”, **as pessoas iam saber, todos aqueles medos e aquelas situações comuns** não tão normais dentro de uma “família normal” [...].
Eu tinha um namorado, mas também tinha uma namorada escondida do namorado. Se os namorados sabiam não era por mim [...]

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)
(grifos acrescidos)

Fala-se que o encoberto administra uma “vida dupla”, podendo sentir-se desleal ao grupo que realmente pertence e desconfortável por conviver com um grupo com o qual não tem afinidade. É necessário, ainda, que o que se encobre esteja preparado para situações adversas consideradas rotineiras para os “normais” (heterossexuais que decidem ir a um bar “de paquera” com uma lésbica encoberta).

No que se refere a técnicas de controle de informação, há de ser feita uma distinção entre desacreditados e desacreditáveis. Para estes, “procuramos o ciclo cotidiano de restrições que ele enfrenta quanto à aceitação social”, ao passo que para aqueles, “buscamos as contingências com que se depara na manipulação da informação sobre sua pessoa” (GOFFMAN, 1988, p.103)

Conforme dito, os estigmatizados buscam reunir-se em grupos com pessoas de sua mesma “categoria”, a fim de partilhar as vantagens e dificuldades de serem quem são. Esses grupos também podem ser constituídos de “informados”, um círculo íntimo de confiança do categorizado, formado por amigos e familiares. Essas pessoas podem servir como um verdadeiro círculo protetor, fazendo o estigmatizado crer que será mais bem aceito do que ocorre na realidade:

O meu irmão chegou. Ele viu que minha mãe estava tranquila com isso, ele viu que meu pai estava tranquilo com isso, então ele foi questionar por que eles estavam tranquilos com isso.

Ele chegou pra minha mãe e perguntou: “Como é que a senhora pode estar 'ok' se a sua filha é lésbica?”, e ela respondeu: -“Sim, ela continua sendo filha. Continua amável do mesmo jeito. A questão é que ao invés de estar dormindo com homem, ela está dormindo com uma mulher, porque ela prefere isso, ela gosta disso, ela se sente bem assim, ela é feliz assim, e isso tem que ser respeitado.

Da mesma forma que você me respeita porque eu estou com um homem, eu te respeito por você estar com uma mulher, a gente tem que respeitar ela por ela estar com uma mulher também.

E na minha cabeça eu ia ter um genro e agora eu sei que tenho uma nora. Isso são nomenclaturas

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Voltando à questão do encobrimento, tem-se que se trata de uma fase de aprendizagem e ponto crítico em sua carreira moral, devendo o indivíduo, com o tempo devido, procurar sua própria aceitação e respeito. A “revelação” pode se dar pelo uso voluntário de símbolos de estigmas e pela “confissão” aos grupos de “normais” com os quais conviva. (GOFFMAN, 1988, P.113)

Enquanto a identidade social e pessoal se refere aos interesses e definições de outras pessoas em relação ao depreciado, a identidade do eu é uma questão subjetiva que deve ser vivenciada pela pessoa cuja identidade (normal) está em jogo. Tomar consciência da identidade do eu é elementar na atitude do estigmatizado diante da sociedade.

Cabe a ele, enquanto crítico da cena social, enquanto observador das relações humanas, conduzir-se com sensibilidade e alegria, a fim de que possa esclarecer aos normais: 1. a forma como devem se comportar diante daquele atributo singular e, por ora, considerado depreciativo e 2. A forma de desaprovação quase oculta com que é tratado por eles.

Por vezes, ao aceitar-se e revelar-se aos outros, o indivíduo assume uma postura político-militante: “ao chamar a atenção para a situação de seus iguais ele está, de certa forma, consolidando uma imagem pública de sua diferença como uma coisa real e de seus companheiros estigmatizados como constituindo um grupo real” (GOFFMAN, 1988, p.125). Nesse sentido, definiu-se a entrevistada Cecília após contar como se revelou aos amigos, família e pessoas na faculdade:

P.-Você [a partir das posturas aqui narradas] se considera uma militante?

R- Considero. A gente fazia parte da diretoria LGBT do diretório do DCE da Universidade, mas nas eleições passadas, o DCE perdeu as eleições para um novo grupo e nós não quisemos aceitar o convite [...] por uma questão de envolvimento político deles e a gente teve essa questão de ser apolitizado.

Por isso, nós formamos um coletivo independente na universidade, que é um coletivo [...] e a gente procura fazer isso e trazer várias visões de várias coisas pro meio acadêmico.

Essas visões que não são trabalhadas em sala de aula, trazer essa parte para trabalhar mentalmente nos alunos. Eu participo de outras coisas fora da faculdade, mas dentro atualmente estou fazendo através desse coletivo.

No coletivo tem gays, tem hetéros, tem “bi”, e tem lésbica, a maioria da área de ciências humanas e sociais.

Nós não temos uma pauta de intervenções, mas nós temos algumas coisas que queremos fazer durante o ano. Nós queremos ter o dia da visibilidade lésbica, o dia da visibilidade trans, o dia internacional de combate a lgbtobia e trazer palestras que tenham a ver com vários campos. Semana passada, na quarta-feira, a gente trouxe a palestra acerca da multiplicidade do afeto, a gente contou com a professora da casa [...],trouxe um psicanalista, trouxe uma professora de serviço social[...].

Fizemos teste de hiv e sífilis e arrecadamos produtos de higiene e levamos para o presídio local.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Além de se comportarem com paciência e sensibilidade, cabe aos

estigmatizados tentar ajudar os “normais” a lidar com o estigma, esclarecendo as dúvidas porventura existentes e fazendo esforços para reduzir a tensão. Foi o que aconteceu com Cecília, após revelar à mãe sua predileção afetiva por mulheres:

Da mesma forma que eu tinha dúvidas de como poderia gerar aceitação dentro de casa, meus pais tinham dúvidas de como proceder, sobre como aceitar, a forma que deveriam. Uma das coisas que eu lembro foi minha mãe me questionando: “- E a partir de agora, o que eu posso falar?”

P - Para os outros?

R- Não. Comigo. Eu considerei até dúvidas inocentes, porque eram assim: “-Você é o homem ou a mulher da relação?”; “-Você gosta mais do que?”; “-Você vai mudar seu estilo de roupa?”; “-Vai se vestir como menino?” aquela coisa toda.

Foi bem engraçado na época. Mas o interessante foi a abertura que ela (mãe) me deu, de uma maneira consideravelmente rápida, para que eu esclarecesse isso para ela. E, na medida em que eu fui esclarecendo isso, fui me entendendo mais. É como se eles tivessem sido o grande apoio nesse momento. Não que eles concordassem, mas resolveram deixar o preconceito deles, enraizado neles, de lado, para me entenderem. Posteriormente, esse preconceito veio à tona meio que parceladamente e a gente foi tratando ponto a ponto.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)
(grifos acrescidos)

Há, no entanto, limites nesta “delicadeza-compreensão” no trato com o outro. As situações para “aceitação” não devem ser levadas ao limite, uma vez que exigem “que o estigmatizado se aceite, alegre e inconscientemente, como igual aos normais, e, ao mesmo tempo, se retire voluntariamente daquelas situações em que os normais considerariam difícil manter uma aceitação semelhante” (GOFFMAN, 1988, p.132). Nesse sentido, ao contar de sua relação no trabalho, esclareceu Cleo como não procurou o colega de trabalho ao perceber do que se tratava:

No meu local de trabalho, a orientação é bem aberta. Uma das vezes em quem fui candidata [para um cargo administrativo] essa pessoa falava que eu não dava certo na administração

Esse rapaz nunca estava. Mandei e-mails [para saber de suas razões], anos depois, dois, três anos depois, esse cara tem preconceito.

Porque ele não tem o que falar do ponto de vista do trabalho.

Deve ser do meu lesbianismo, deve ser [uma suposição minha].

Até hoje, ele tem um olhar de inquisidor.

Até hoje, mesmo depois [de minha boa administração]

Tem que ter alguém que chegue para criticar.

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)

Sabe o que é deixar todo mundo à vontade? Deixei todo mundo à vontade. Todo mundo: pais, irmão, cunhada, avós, tios, primos.
 E aí, as pessoas que vieram atrás, quando quiseram e da forma que quiseram.
 E vieram pisando em ovos porque não sabiam depois de tanto tempo onde estavam pisando.
 E no geral, todos... Uma coisa ou outra que escutei. Não fui tomar satisfações nada.
 Eu compreendia. Eu comecei a trabalhar “tipo”: “-Se eles só tem isso para dar, eles só tem isso, não pode chegar e exigir mais do que a mente deles permite”.
 Não tem histórico na família. Eu fui a primeira pessoa que “declarei” na família.
 Então, foi muito chocante para eles.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Um bom ajustamento é feito através de uma “normalidade-fantasma”, em que o estigmatizado se comporte de maneira tal “que não signifique que sua carga é pesada e nem que carregá-la se tornou diferente dos normais”, devendo manter uma “distância segura para que os normais possam confirmar essa crença sobre ele” (GOFFMAN, 1988, p.133)

O cerne da questão é a situação da pessoa estigmatizada e com a resposta à situação em que ela se encontra. O estigma, por sua vez, é fruto de um sistema de normas de identidade que produzem tantos os desvios quanto as conformidades. Assim, o estigmatizado e o normal são parte um do outro:

O estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelos menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos. (GOFFMAN, 1988, p.147 e 148)

Só há uma situação em que não existe nada para se envergonhar: um homem jovem, branco, casado, europeu ou americano, pai de família, heterossexual, católico ou protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e, preferencialmente, com algum sucesso nos esportes.

Difícilmente alguém conseguirá cumprir os requisitos do padrão e assim estará imerso em um dos inúmeros stigmas que o comportamento desviante produz. Um dos mecanismos para solucionar a discrepância entre a regra da

identidade geral e a identidade social real é a manipulação do atributo considerado depreciativo: “o indivíduo exerce controle estratégico sobre a imagem de si mesmo e os frutos que os outros recolhem dele” (GOFFMAN, 1988, p.140)

As lésbicas inserem-se como desviantes porque se recusam a aceitar o lugar social compulsório que lhes é destinado (maternidade, casamento, tarefas domésticas, fragilidade, submissão). Apresentam, portanto, um comportamento contrário à instituição da família e a divisão dos papéis estereotipados entre os sexos.

Elas questionam as obrigações unilaterais da virgindade, da fidelidade e do destino inevitável da procriação. Redesenham os arquétipos positivos dirigidos ao falo – força, dominação – e negativos dirigidos à vagina – maléfica, escura e molhada-.

Contrapõem-se às categorias sociais limitadas da mulher passiva e do homem ativo, da “boa” mãe, “dedicada” esposa e “exímia” dona de casa. Interpelam o conceito hermético de se considerar os homens fortes e as mulheres fracas, sendo aqueles aptos a tomar decisões e dominar o espaço público, restando a essas a administração dos espaços privados.

As sáficas refutam o falo como epicentro da humanidade, como conceito psicanalítico da completude. Reivindicam um gozo próprio sem a presença dessa genitália, descartável para a relação entre mulheres. Intentam deixar de ser o “outro”, para ser o essencial.

Essas demandas, contudo, ocorrem num mundo antropocêntrico e heteronormativo. Compreendê-las na administração da identidade social real e da identidade social virtual é o que faremos a partir do próximo capítulo

CAPÍTULO 4

DA ANÁLISE DE DADOS: QUEM SOMOS?

4.1. Lésbica sim, Sapatão não!

Conforme visto, em períodos anteriores da história, a homossexualidade masculina por questões sociais, religiosas, científicas e médicas, foi criminalizada em diversos países. Tais homens sofreram cruel perseguição, havendo registro de inúmeras condenações e mortes. Com relação à homossexualidade feminina, não havia sequer um nome para designá-la. Na falta de um específico, utilizaram “sodomita”.

Contudo, à época, seguindo a inscrição bíblica contida em Deuteronômio 23:17³⁷, tal palavra referia-se às relações anais ocorridas entre os homens e acabou sofrendo uma “adaptação” para também se referir às relações sexuais-afetivas entre mulheres.

Essa necessidade de se estabelecer uma ordem às coisas, de nominá-las, classificá-las, torná-las existentes, aproximar e isolar, ajustar e encaixar conteúdos concretos é o que nos direciona a buscar, a partir dos discursos, uma terminologia para a homossexualidade feminina. Conforme nos explicou Foucault (1992, p.9 e 10):

Um “sistema dos elementos” - uma definição dos segmentos sobre os quais poderão aparecer as semelhanças e diferenças, os tipos de variação que esse segmento poderão ser afetados, enfim, acima do qual haverá diferença e abaixo do qual haverá similitude – é indispensável para o estabelecimento da mais simples ordem. [...]

Os códigos fundamentais de uma cultura- aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores a hierarquia de suas práticas- fixam, logo, de entrada, para cada homem a ordem empírica com as quais terá que lidar e nas quais se há de encontrar.

Todo estudo acerca da homossexualidade feminina padece de um questionamento anterior acerca da designação a que deve ser atribuída. Há uma tentativa de “catalogar”, “classificar” as designações porventura encontradas. Nesse sentido, MOTT (1987) esclareceu que vários são os termos populares, registrados nos dicionários eróticos e de palavrão, utilizados no Brasil para se referir às lésbicas.

³⁷ Não haverá prostituta dentre as filhas de Israel; nem haverá sodomita dentre os filhos de Israel.

Eis alguns deles:

Fancha, fanchona, fissueira, fressueira, gal, lady, machão, machona, machuda, madrinha, moquetona, mulher-macho, pacona, paraíba, pitomba, roçadeira, roçona, saboeira, sandalinha, sapatão, sapatilha, sapatona. Além desses termos populares e regionais, registre-se os eruditos já citados: lésbica, lésbia, lesbiana, safista, tríbade, homossexual. Muitas preferem os termos gay e “entendida”, alegando não serem nem discriminatórios, nem impostos pela medicina, mas auto-adotados pela comunidade homossexual. (MOTT, 1987, p.11)

Tentando responder ao questionamento “o que é o lesbianismo”, NAVARRO-SWAIN (2004, p.81), explica que “o tipo mais característico seria o da *mulher-macho*, *paraíba*, *sapata*, *fanchona*, *caminhoneira*, *butch*, *dyke*, identificada por um mimetismo das atitudes e maneiras masculinas”, assinalando, ainda, a existência de tipos identificados como “*esportiva*” - cuja liberdade corporal inspira dúvidas - ; a “*lesbian chic*” - meio andrógica, com especial cuidado no visual - e a “*quem diria?*”, aquela que não tem nenhum signo externo de suas preferências sexuais. (NAVARRO-SWAIN, 2004, p.81)

Inspiradas na infinitude terminológica, propusemos às informantes-entrevistadas, o seguinte questionamento: No que se refere à identidade de gênero – cisgênero/transgênero- e a orientação sexual – heterossexual, homossexual, bissexual, intergênero, *queer*...como você se identifica?. Em termos gráficos, obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 5 – Terminologia com que se define/identifica

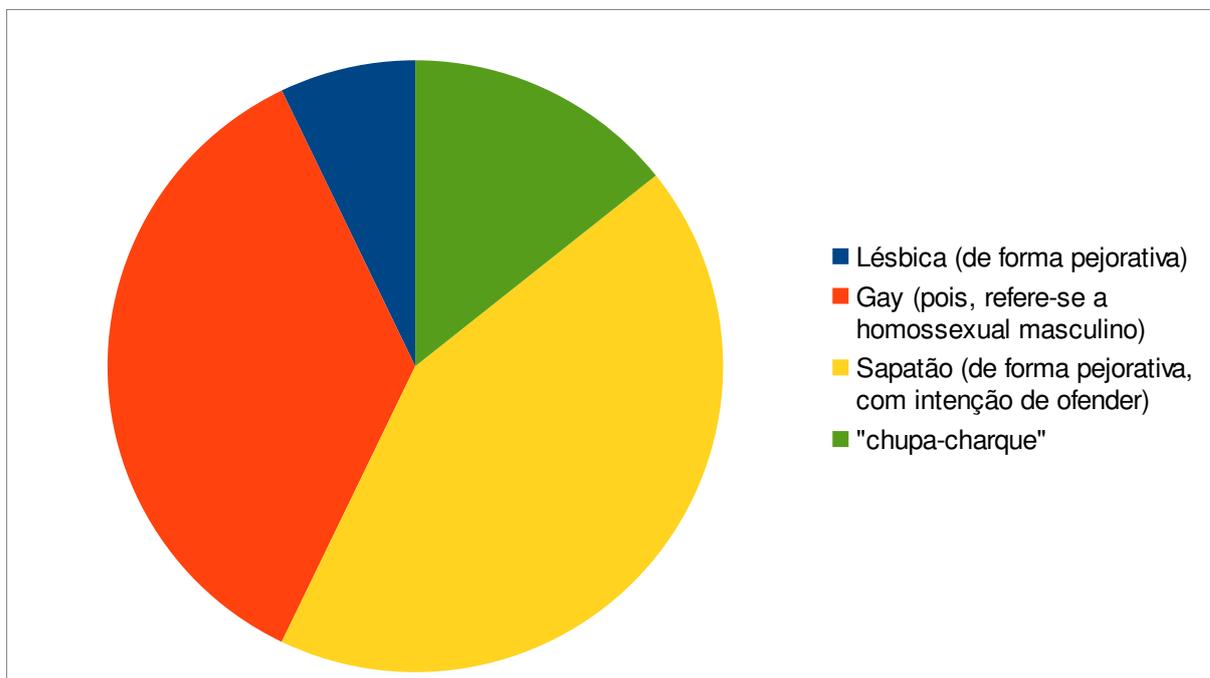


Grande parte das entrevistadas, sentem-se identificadas pela palavra lésbica. Em seguida, foram mencionadas as terminologias “gay”, “homossexual”, “sapatão”, “homoafetiva” e, de maneira isolada, “avatar” e “racha”³⁸. Consideramos as múltiplas respostas para a indagação, ou seja, se uma entrevistada afirmou que se identifica como lésbica, gay e homoafetiva, fizemos constar no gráfico as três escolhas.

As mulheres também foram questionadas da seguinte forma: o termo “lésbica” a incomoda? Há algum outro termo que a conforta ou incomoda? Em alguns momentos, a pergunta foi feita de maneira aberta: qual termo melhor a designa E, em outras ocasiões, de maneira direcionada: gay é um termo que a designa ou a incomoda? E o homossexual? E o homoafetiva?

Ao falar do termo que as incomodam, que traz desconforto, as informantes, em termos percentuais, assim se colocaram:

Gráfico 6 - Terminologia Rechaçada



A maioria das mulheres indicou o termo “sapatão” como o mais desconfortável e incômodo. Em seguida, declararam não se identificarem, totalmente, com a

³⁸ “Para os gays é uma gíria usada para chamar amigas do sexo feminino”. In: Dicionário informal on line. Versão eletrônica disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/racha/2516/>. Acesso em 01/02/2019

palavra “gay”, pois comumente usada para se referir a homens homossexuais e, de maneira isolada, citaram a expressão “chupa-charque”³⁹ como uma definição nefasta, de baixo calão.

Num enfrentamento quantitativo, as entrevistas expressaram com tranquilidade sua identificação:

P- Qual é o termo que te define?

R- Cara, o termo que me define? Lésbica é um termo que me define.

(Entrevista com Adélia, realizada em 20/04/2018)

Eu me identifico como mulher lésbica...lésbica me define...me defino, posso dizer que sou homossexual sim, do ponto de vista...lésbica é um termo mais amplo...pegando a questão da vivência da sexualidade como inserção no mundo...acho que sou mulher, sou lésbica, sou feminista, cola mais com ser lésbica...

(Entrevista com Hilda, realizada em 20/05/2018)

P- E se eu te perguntar assim, qual é tua orientação sexual?

R- Sou lésbica

P- Teria outro termo que te definiria?

R- Pra mim, pra mim mesma? Não, seria esse mesmo, mas pra sociedade tem tantos

(Entrevista com Joanna, realizada em 20/05/2018)

A palavra lésbica, enquanto sinônimo de homossexual feminina, aparece na literatura francesa na metade do século XIX (1842) e na literatura inglesa, no final do século XIX (1870). No Brasil, o criminalista Viveiro de Castro mencionou o termo “lésbia”, referindo-se à “invertida sexual”. Inicialmente, designadas como tríbades e sodomitas, a expressão lésbica veio de *Lesbos*, ilha em que viveu a poetisa Safo, que cantava versos acerca do amor entre mulheres. Por esse motivo, as homossexuais femininas também são conhecidas como sáficas, safistas ou praticantes do safismo. (MOTT, 1987, p.11).

³⁹ Termo lesbofóbico que se refere, de maneira chula, ao sexo oral praticado entre lésbicas.

Nenhuma das informantes se identificou positiva ou negativamente como safista, sodomita ou tribade. Uma delas chegou a demonstrar incômodo com a designação “lésbica”:

Acho que lésbica me incomoda, eu posso dizer, mas acho que não sei se a é a palavra ou se a forma como as pessoas falam essa palavra – “ela é lésbica” – coisa assim...

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)

As palavras “gay” e ou “homossexual” tiveram reação variada, ora de aceitação positiva, ora enfrentadas sob um viés de gênero:

P - Se alguém dissesse que você é gay, você aceita?

R- A gente fala lésbica, né? Gay é masculino. Mas se alguém diz, e normalmente não tem esse conhecimento, essa divisão que a gente sabe que precisa ser estabelecida, né? É uma conquista das mulheres, das mulheres feministas lésbicas, assim por diante. Então eu prefiro que me chamem de lésbica, né?

(Entrevista com Yvone, realizada em 20/05/2018)

Gay no sentido de hoje em dia está abarcando tanto mulher quanto homem. Tem gente que usa para tudo. Antigamente, era mais para homem.

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)

Lésbica é o termo que me define. Gay não me define, inclusive eu já usei algumas vezes tal, mas acho que é mais, ficou mais associado a homens e homossexual. Sei lá, acho que homossexual fica uma coisa muito científica, meio pessoal, acho que o termo lésbica é mais afirmativo.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)

Gay me define, homossexual, homoafetiva ou avatar, adoro!

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Me defino como lésbica.
Assumo, não gosto de [termo] gay. Lésbica e homoafetiva só.

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)

De noite é João
 O Sapatão está na moda
 O mundo Aplaudiu
 É um barato
 É um sucesso
 Dentro e fora do Brasil

Segundo Reinaldo Pimenta, em sua obra *Casa de Mãe Joana 2*, na qual pesquisa a etimologia das palavras, a palavra sapatão “surgiu na década de 1970, quando as mulheres com orientação sexual alternativa tinham predileção por usar um tipo de calçado mais caracteristicamente masculino”⁴¹. Já Deonísio Silva, em sua obra “De onde vêm as palavras” explica que:

Em casais de lésbicas, as mulheres que faziam as vezes de marido assimilaram o preconceito, fazendo questão de usar sapatos grandes. Já as que faziam as vezes da esposinha eram em geral menores, mais esbeltas e usavam sapatos menores. Logo, foram caricaturadas como sapatão e sapatinha.

Adiante retomaremos a questão que envolve o fato de lésbicas assumirem características tidas como femininas ou masculinas. Por ora, voltemos à terminologia para dizer que seja na designação para as mulheres – sapatão – seja na designação para os homens – viado/veado- a tentativa é sempre de desumanizar gays e lésbicas, reduzindo-os a objetos e/ou animais.

Segundo Goffman (1988, p.15): “Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano”. Essa tentativa de desumanização, aliada ao uso contínuo de maneira pejorativa pela sociedade justifica o rechaço explicitado por sete das onze informantes:

Tem as outras palavras que são chulas, eu acho bem complicado: sapatão para mulher, para homem, veado, frango

Tudo que deprecia o ser humano eu não gosto...outros tipos de termo, não acho bom, acho que deprecia

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)

⁴¹ LOPES, Artur Louback. Por que as lésbicas são chamadas de sapatões e os gays, de veados? Huffpost. Comportamento. Brasil, 29/06/2015. Versão eletrônica disponível em https://www.huffpostbrasil.com/2015/06/29/por-que-as-lesbicas-sao-chamadas-de-sapatoes-e-os-gays-de-veado_a_21685112/ acesso em 16/10/2018

Sapatão não me define [...] sapatão, eu acho um termo agressivo...

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)

Sapatão me incomoda porque quem utiliza geralmente utiliza com alguma intenção de humilhação, aí eu não gosto.

Pelo menos, nas experiências que eu vi de pessoas passarem, no sentido de piada, eu nunca vi ninguém dizendo no sentido de elogiar, só vi no sentido de denegrir. Me incomoda por isso, por conta da intenção que tem por trás dessas palavras.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Sapatão? Apesar de ser um termo pesado, não me incomoda, eu não usaria com ninguém na vida, né? Não me incomoda por aquela coisa, não me interessa o que você acha de mim, o que você pensa sobre mim.

(Entrevista com Lygia, realizada em 11/04/2018)

O termo sapatão, para mim, é um termo pesado porque se refere a uma característica de algumas mulheres lésbicas de masculinização, de rudeza, de grosseria, de caminhoneira..todos os termos lésbicas, sapatão, butch...

(Entrevista com Hilda, realizada em 20/05/2018)

Antigamente, a gente não gostava de ser chamada de sapatão, por exemplo. Porque sapatão é muito forte. Eu não gosto porque está ligada a uma coisa negativa, né?

(Entrevista com Yvone, realizada em 20/05/2018)

P- Tem algum termo que te incomoda ?

R- Que me incomoda? Quando é usado pejorativamente... sapatão, quando é usado pra me ofender , me incomoda, entendeu?

(Entrevista com Joanna, realizada em 20/05/2018)

Contudo, algumas informantes ressaltaram que a palavra “sapatão” pode ser bem-vinda a partir do interlocutor que a utilize:

Se vier de fora do movimento, tipo sapatão, mas entre nós é brincadeira, sai daqui “sapa”, fica até carinhoso, é uma abreviação.
 “Dentro” [entre os iguais] quase tudo é permitido.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)

Então, se uma amiga chegasse, tanto hétero quanto lésbica, chegar para mim e falar: “Ei, sua sapatão!. Eu não vou ter problema nenhum. Se uma pessoa desconhecida, querendo me ofender, usar qualquer tipo [de palavra, aí sim!].

(Entrevista com Yvone, realizada em 20/05/2018)

Sapatão também não tenho problema, não me incomoda.

O termo sapatão, apesar de saber que o termo sapatão ser usado em perspectivas diferentes, é diferente uma amiga me chamar a sapatão Cassandra, do que talvez uma pessoa chegar a me xingar, mas muito mais eu acredito que ele está perdendo o tempo dele porque não me incomoda com o termo sapatão.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

P- Tem algum termo que te incomoda ?

R- Que me incomoda? Quando é usado pejorativamente... sapatão quando é usado pra me ofender , me incomoda entendeu ,mas quando usado de maneira leve não, não me incomoda

P- Quando é um exemplo de quando e usado de maneira leve?

R- Eu acho que é, tipo, quando você tá no meio de pessoas, né? Amigas, independente de serem também ou não homossexuais e se usam esse termo, ele é usado de maneira leve, ele não quer te ofender, de certa forma, te humilhar. Mas quando, por exemplo, você está numa festa, porque quando nós saímos, por exemplo quando nós saímos [...], aí nos comportamos como qualquer casal que namora, nós nos abraçamos, nos beijamos, dançamos e às vezes algumas pessoas apontam “-oh a sapatão” tal, então nessas circunstâncias incomodam, entendeu?

(Entrevista com Joanna , realizada em 20/05/2018)

[O termo não me incomoda] se for assim brincando, - vai sapatão! - vai “viado”.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Observa-se que a utilização do termo “sapatão” entre as lésbicas entrevistadas é amplamente aceito e, dependendo de quem o profira e como o utilize, ele é bem-vindo. Situação semelhante a essa foi citada por Goffman (1988, p.38), quando explicava os passos para um “normal” ser aceito por um grupo de estigmatizados:

Não sei se posso fazê-lo ou não, mas deixem-me contar um incidente. Certa vez fui admitido em um grupo de meninos negros que tinham aproximadamente a minha idade e com as quais eu costumava ir pescar. Quando comecei a sair com ele, o termo “negro” era cuidadosamente utilizado em minha presença. Aos poucos, na medida em que saíamos juntos para pescar com cada vez maior frequência, eles começaram a brincar entre si e a chamar uns aos outros de “preto” (*nigger* que tem sentido depreciativo). A mudança real estava na utilização que eles faziam da palavra “preto” quando brincavam, para anteriormente que era sequer mencionada. Um dia quando estávamos nadando, um menino me empurrou, fingindo violência e eu lhe disse: “não me venha com essa, papo de preto”. Ele respondeu: “Filho da mãe” com um grande sorriso. A partir desse momento, todos podíamos empregar a palavra “preto” sem qualquer restrição.

Quando o termo é usado por outro estigmatizado ou por um “informado” perde a característica original que o definia. Em outra perspectiva, uma das entrevistadas ressaltou a possibilidade de se redimensionar a origem pejorativa do termo:

Sapatão embora nos grupos reivindique na ideia de pegar o avesso e transformar numa coisa legal como as vadias fizeram: de positivar um termo que eu acho muito pejorativo.

(Entrevista com Hilda , realizada em 20/05/2018)

Nesse sentido, usando o termo sob outras nuances, esclareceu **ADÉLIA**:

Eu uso muito a palavra sapatão assim: “-Sapatão, graças a Deus!”.
Eu digo assim: “-Na minha outra vida, venho de novo, se eu for abençoada, se Jesus me amar, ele me abençoa de novo.
Mas, obviamente eu vou achar ofensivo se vier de outra pessoa dependendo de quem venha.

(Entrevista com Adélia, realizada em 20/04/2018)

Finalmente, duas das informantes, ao narrarem episódios de discriminação,

melhor destrinchados em outro capítulo, explicaram terem sido chamadas de “chupa-charque”:

Um termo também muito pejorativo, e chega a ser do baixo calão que é chupa-charque, né? Que é um termo muito, muito baixo mesmo que usam como sinônimo pra nos representar e absolutamente não nos representa e eu acho que não representa a ninguém.

(Entrevista com Joanna , realizada em 20/05/2018)

[...] Outro dia no trabalho, a gente “tava” lá conversando, a maioria era mulheres.

Aí uma das meninas - no momento, eu era a única lésbica, creio eu, pelo menos, de forma aberta, as outras eram casadas – e, ela falou (referindo-se a mim): -“chupa charque”.

E foi uma galhofa tão grande. E eu dizendo: - “eu sou uma chupa charque e daí?”

Aí o outro colega de trabalho disse: - “Mas quando eu conheci você, você não disse que era lésbica!” e eu: - “Vou chegar me apresentando: - “Oi, eu sou lésbica!”[...]

(Entrevista com Cassandra , realizada em 20/05/2018)

Conforme consta do “dicionário informal”⁴² e informado no início deste capítulo, chupa-charque é um termo lesbofóbico que se refere a lésbicas. E faz referência ao sexo oral praticado entre si.

Em recente livro publicado – “prisoneiras”-, o Médico Drauzio Varella⁴³ analisa a situação e comportamento das encarceradas as quais atendeu durante onze anos. O profissional da saúde traça diferentes perfis da homossexualidade feminina, destacando outras terminologias como “badarosca”, “chinelinho” e “original”:

Essas mulheres que têm aparência masculina são sapatões. Na rua é uma palavra pejorativa. Na cadeia não. Elas falam assim: “Sou casada com um sapatão”, com o maior respeito. As que têm o estereótipo feminino não são sapatões, já entram na categoria das *entendidas*. E com o tempo percebi que não se pode dividir em duas categorias, porque existem vários subtipos: o sapatão *original*, que já era lésbica do lado de fora, sapatão *sacola*, que é hetero nas ruas, mas na cadeia assume outra identidade de gênero, sapatão *badarosca*, sustentada pela parceira, e a *chinelinho*, que elas dizem que sai da cadeia e

⁴² <https://www.dicionarioinformal.com.br/chupa-charque/>

⁴³ EL PAIS. Drauzio Varella: “O único lugar em que a mulher tem liberdade sexual é na cadeia”: Em novo livro sobre uma penitenciária feminina, oncologista discute as marcas do machismo na trajetória das presas. 09/07/2018. Versão eletrônica disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/05/politica/1499276543_932033.html

abandona o homossexualismo, calça o chinelinho de cristal e vai atrás do príncipe encantado.

Rafaela dos Santos Porfírio (2018 p.70 e 71), em sua dissertação, listou outras terminologias: “a borracha”, “a flex” e “a biscoito”, a partir de entrevistas encetadas com lésbicas, frequentes em um Bar LGBT na cidade de Campina Grande/PB:

As mulheres que expressam em suas performances corporais e sexuais traços do que se constituiu historicamente como masculinidade foram chamadas por elas de *bofe*, *sapatão*, *machuda*, *o sapatão macho*, *boy*. As que performavam feminilidades, por sua vez, foram chamadas de *racha*, *sapatilha*, *a sapatão fêmea*, *cocotinha*. As expressões *sapatão*, *gay* e *entendida* foram utilizadas algumas vezes para fazer menção às lésbicas de uma maneira geral.

Dhan (uma das entrevistadas) falou ainda sobre **as borrachas**, que para ela é a mulher lésbica que é ativa no ato sexual e tem traços de masculinidade em seu comportamento, no entanto, se vê impelida a performar uma determinada feminilidade para “não dar pinta”, por não querer ter sua sexualidade assumidamente exposta, a fim de evitar indisposições com familiares ou outras pessoas. Para Landa (outra entrevistada), **a borracha** é a mulher bissexual.

Dhan me apresentou ainda duas categorias, com tom de deboche e desaprovação, **a flex**, que é a mulher que segundo ela “não se define”, fica com homens e mulheres, por estar ainda experimentando e não ter preferências sexuais definidas, para Graça essa é a mulher que corta dos dois lados. A outra foi **a biscoito**: *são lésbicas e vivem com homem para dar satisfação à sociedade: é um 'pedacim' pra uma, um 'pedacim' pra outro. [grifos acrescentados]*

Conforme visto, as terminologias são variadas. Observamos, contudo, que dentre as nomenclaturas, as entrevistadas citaram uma com bastante frequência: “lésbica masculinizada”, “sapatão” ou “caminhoneira”. Esses adjetivos foram proferidos pelas informantes em referência a uma terceira pessoa, nunca em relação a si própria. Diante da especificidade, desenvolveremos a questão no tópico a seguir.

4.2. Lésbicas Masculinizadas: Símbolo de Estigma?

Ao decidir pelo roteiro de perguntas para entrevistas, fizemos, conforme já esclarecido, recortes acerca da estrutura familiar, relações com amigos, escola/faculdade e trabalho. Questionamos, também, sobre a existência e importância de bares LGBT, desejo de ter filhos e relacionamentos afetivos em geral. Deixamos, propositadamente, de indagar acerca da existência de “subcategorias” lesbianas.

Mesmo assim, ao narrar suas histórias de vida, nove das onze entrevistadas se referiram à “lésbica masculinizada” como alguém com que já se relacionaram, conhecem ou tiveram algum contato. Entretanto, nenhuma das informantes identificou-se como sendo uma delas.

Frank S. Caprio (1978, p.16) após apresentar algumas classificações existentes em torno das lésbicas, propõe “uma divisão mais simples e acurada” que pode ser estabelecida “pela divisão das invertidas em dois grandes grupos, o das predominantemente masculinizadas e os das predominantemente femininas”.

O dispositivo define-se pela binariedade biológica, na lógica limitada e respectiva do homem-mulher, do masculino-feminino, ou seja, a multiplicidade de práticas (sociais) continua assim a girar em torno do eixo polarizado dos corpos sexuados.

A identidade sexual corresponde à maneira como cada um se posiciona em relação ao sexo biológico e aos gêneros. De outra forma, é o sentimento de pertencer ao sexo masculino ou feminino. É o reconhecimento pelo próprio indivíduo e pelos outros de possuir atributos físicos, psicológicos ou simbólicos de macho ou fêmea. Conforme esclarece ARC (2009, p. 34):

Dessa forma, “um bom número de lésbicas flerta com a masculinidade sem que por isso se considerem homens ou mesmo masculinas”, anotando-se casos de algumas lésbicas que reivindicam para si a categoria de transgênero [...] sejam elas masculinas – e se declarem *butch* (do inglês “machona”), femininas – e se declarem *femme* – ou andróginas, ora uma coisa, ora outra, ad libitum, elas se apropriam dos códigos sociais para exprimir uma identidade pessoal e autêntica.

As duas entrevistadas mais jovens mencionaram, de maneira tangente, a existência da lésbica masculinizada. Ora fizeram reflexões acerca da categoria

construída, ora fizeram declarações de maneira crítica ao preconceito que tais lésbicas sofrem:

Eu acho ate engraçado, tem gente que ainda se espanta quando eu falo que não sou hétero. Eu falo: “-Meu deus do céu!” ou a pessoa é cega ou eu não sou tão sapatão quanto eu acho que eu sou

P- Tem níveis [de ser sapatão]?

R- Eu acho que existe, visse?

P- Fala aí sobre esses níveis.

R- Mas, quando eu digo é quanto sapatão e o quanto aquilo é evidente, não que uma pessoa é mais sapatão que outra, mas o nível da “passabilidade”, entendeu? Não é da sexualidade, assim não! É o quanto é intenso sua...

P- Como se mede essa intensidade?

R- Essa questão da “passabilidade” que tô falando?

P- Isso

R- **Eu acho que quanto mais você se aproxima do estereótipo masculino, do que é dito masculino... o que é bizarro né? porque como você diz que uma pessoa é menos ou mais sapatão porque ela se parece mais ou menos com um homem...Minha gente, isso é bizarro! Como é que isso entra na cabeça da gente? Isso é construído...mas, categoria, né?**

(Entrevista com Adélia , realizada em 20/04/2018)
(grifos acrescidos)

Lésbicas mais masculinas. Essa questão física. Lésbicas mais masculinizadas, mais femininas, tem vários estilos.

P - O que define uma lésbica masculinizada?

R - Quando eu vejo por exemplo a lésbica de cabelo curto e roupas masculinas, eu entendo que ela é masculinizada.

Apesar que eu conheço pessoas, amigas , amigos meus “trans” masculinos porque não tinham coragem de se definir como “trans” masculinos, usavam esse perfil de lésbicas de forma mais masculina.

Mas também tenho uma amiga que se veste assim porque gosta de andar assim.

E também conheço lésbicas femininas que gostam desse aspecto mais feminino.

Essa categoria, **então, é mais uma questão de estilo pessoal...não penso em definir alguma coisa, mas eu acho que é como elas se sentem bem...**

P- As lésbicas masculinizadas são mais discriminadas?

R- São, com certeza. Com certeza, 1000 por cento.

A sociedade não consegue entender que o espaço do outro é do outro que o corpo do outro, é do outro...não consegue entender que a pessoa tem que se sentir bem como é como quer. tem uma discriminação enorme

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)
(grifos acrescidos)

Corroborando com o explicitado pelas entrevistadas, Caprio (1978, p.16) descreve a lésbica masculinizada como uma “mulher grande, ainda que não sejam necessariamente corpulenta” ou como um tipo “agressivo, direto e auto-suficiente” que enverga trajes masculinos. Nesse sentido, a fala de Cleo, ao se referir à primeira namorada: “*Ela tem um estereótipo bem masculino e machista e agressivíssimo*”.

O que Adélia chama de “passabilidade” e Cecília identifica como “estilo pessoal”, Goffman (1988, p.53) considera como um atributo da identidade, pois toda pessoa no relacionamento com outros carrega uma (certa dose de) informação social. Por vezes, tal informação social e o(s) signo(s) que a(s) transite(m) é (são) explícita(os):

Alguns signos que transmitem informação social podem ser acessíveis de forma frequente e regular, e buscados e recebidos habitualmente; esses signos podem ser chamados de símbolos.

[...]

Os símbolos de estigma, ou seja, signos que são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo.

A lésbica masculinizada carrega esse “símbolo de estigma”, uma vez que a informação social que a “deteriora” se encontra explícita, tanto a seus pares, quanto às pessoas consideradas “normais”. Inviável, encobri-lo. Ela é uma desacreditada.

Talvez por isso, as duas informantes de idade mais avançada, falaram da lésbica masculinizada em tom de repúdio, rechaço e horror. Uma delas se referiu contando um episódio que testemunhou, enquanto a outra, ao se designar, pontuou a existência desse “outro tipo de lésbica”:

Hoje, em dia tem muitas meninas jovens, homossexuais femininas e elas não estão muito estereotipadas como antigamente, que antigamente existia a questão do estereótipo **mais machão, mais masculino, as mulheres gostavam de usar roupas masculinas e tinham um comportamento.**

Eu me lembro que eu já era entendida, já namorava com [Maria], e me choquei uma vez quando entrei no bar que não era, era eclético.

E a menina botou - era conhecida na cidade, ela é bem máscula -, **ela botou a perna -fiquei chocada, fiquei chocada, eu me senti violentada como mulher -ela botou a perna em cima do banco conversando com**

o pessoal e coçou o saco sem ter.

Eu fiquei assim... eu não parava de falar naquilo.

Maria [minha namorada] dizia: -"Você não vai parar de falar nisso?"

E eu: -"Mas, é porque é muito feio, muito ridículo"

Maria: -"Você está sendo preconceituosa"

Eu: -"Estou não, **eu me senti violentada. Se ela não gosta de ser mulher, entendeu? Ela vá se resolver, agora ele quer ser homem e agredir nós mulheres desse jeito**" **Foi uma coisa.**

(Entrevista com Lygia, realizada em 11/04/2018)
(grifos acrescidos)

Eu me identifico como mulher lésbica. Lésbica me define. O **termo sapatão para mim é um termo pesado porque se refere a uma característica de algumas mulheres lésbicas de masculinização, de rudeza, de grosseria, de caminhoneira**

[...]

As *butchs* tem a necessidade de se masculinizar e se apresentar ao mundo com uma outra face.

Acho que muitas mulheres não tem essa necessidade. Eu gosto de ser mulher. Eu gosto de namorar figuras femininas.

Embora eu reconheça a necessidade de existir certa dose de energia: para ser reconhecida tem que bater na mesa.

Mas, **mulher tem que vestir saia,** [arrumar o] cabelo.

Eu não busco, **não vivo minha homossexualidade como sendo o oposto de ser mulher.**

Sou uma lésbica que gosto de outras mulheres como mulheres como eu do ponto de vista feminino, [...] essa coisa, o homossexual se visibilizar, se mostrar como se fosse o oposto do sexo biológico. Eu acho que a gente tem que ter cuidado. [De forma] mais serena...eu sou mulher e transo com outra mulher...

(Entrevista com Hilda , realizada em 20/05/2018)
(grifos acrescidos)

Segundo Goffman (1988, p.118), quanto mais o estigmatizado se aproxima do estereótipo, mais seus iguais terão por ele uma dose de vergonha-repulsão:

Quer mantenha uma aliança íntima com seus iguais ou não, o indivíduo estigmatizado pode mostrar ambivalência de identidade quando vê de perto que eles comportam-se de um modo estereotipado, exibindo de maneira extravagante ou desprezível os atributos negativos que lhe são imputados.

Essa visão pode afastá-lo já que, apesar de tudo, ele apoia as normas da sociedade mais ampla, mas sua identificação social e psicológica com esses transgressores o mantém unido ao que repela, transformando a repulsão em vergonha e, posteriormente, convertendo a própria vergonha em algo de que se sente envergonhado. Em resumo, ele não pode nem aceitar o seu grupo, nem abandoná-lo.

Monique Wittig (1970), em seu artigo “ninguém nasce mulher”, questiona a classificação de “grupo natural” atribuída às mulheres, as quais seriam levadas a corresponder característica a característica atribuídas a elas pela natureza. Aquelas que resistiam eram acusadas de não serem “mulheres verdadeiras”. Na opinião da autora, esse fato, deveria ser interpretado como uma vitória, uma vez que a existência de mulheres “não verdadeiras” denotava a necessidade de questionar a categoria estanque de “mulheres”.

Diante de tal discussão Wittig (1970) alertava que entre as acusações proferidas contra as mulheres (feministas) era a de “querer ser homem”, argumento retomado por feministas e por algumas lésbicas “cujo objetivo político parece tornar-se cada vez mais femininas”. Desenvolvendo tal debate a autora afirmou:

Recusar ser uma mulher, sem dúvida, não significa ter que ser um homem. Ademais, se tomamos como exemplo **o perfeito “butch” (hiper masculino) – o exemplo clássico que provoca mais horror**, ao qual Proust chamou de mulher/homem – em que difere a sua alienação daquela de alguém que quer se tornar mulher? Tal qual. Ao menos, para uma mulher, querer ser um homem significa que se escapou de sua programação inicial. Entretanto, ainda que desejasse com todas as suas forças, não poderia chegar a ser um homem, porque isso lhe exigiria não somente ter uma aparência externa de homem, mas também ter uma consciência de homem, ou seja, a consciência de alguém que dispõe, por direito, de dois - senão mais – escravos “naturais” durante a vida.
(grifos acrescentados)

Villalba e Pichardo (In: PLATERO, 2008, p.27) assinalam que as lésbicas vivem uma situação de discriminação múltipla, o que torna mais difícil desenvolver um processo de identificação e visibilidade, diante de um ambiente carente de referências e inúmeros estereótipos sociais. Os autores concordam ao apontar as atitudes internas de lesbofobia e rejeição das mulheres lésbicas quando condenam a masculinidade feminina, reforçando outros aspectos próprios da heteronormatividade dominante.

Nesse sentido, as informantes assim se referiram:

Eu nem acreditava que ela tava interessada, ela não tem estereotipo de uma pessoa que seria [lésbica].

Hoje em dia **-eu sou meio antiquada -**, ela era, passou um tempo num

convento ia ser freira, desistiu, casou: **era bem enfeitada, então eu nem imaginava que ela fosse [lésbica] ...**

P. Como se identifica o estereótipo?

R. o estereotipo, às vezes você nota o olhar, não é masculino ou feminino, não é isso, é olhar, a forma de falar, o gesto, o jeito de mexer o corpo, a forma de pronunciar a palavras, você não precisa nem ver a pessoa, basta escutar isso pode transparecer, sabe?

(Entrevista com Rachel , realizada em 23/03/2018)
(grifos acrescidos)

Fui com uma amiga [a um bar LGBT] que queria fazer ciúme a outra amiga...**foi pesado: uma mulher “deu em cima de mim”, muito masculinizada.**

Para mim, foi uma experiência etnográfica.

[falando de um determinado bar lésbico famoso na cidade] Eu não me senti bem, **o perfil de lésbica que ia para lá, tinha a questão socioeconômica, era uma mulher masculinizada.**

(Entrevista com Clarice , realizada em 12/03/2018)
(grifos acrescidos)

Eu tenho essa menina, minha namorada “do meio” [referindo-se a um determinado espaço de tempo], a mãe dela, **ela [minha ex-namorada] é um menino,** ela e a irmã mais nova são lésbicas e a mãe todo dia disse que reza para ela arranjar um bom marido.

[...]

Ela [falando sobre uma ex-namorada que a procurou na casa de uma amiga] foi lá atrás de mim e eu sai para falar com ela e provavelmente não sei se eles (os pais da minha amiga) olharam pelas câmeras.

Eles viram ou a aparência dela era masculinizada, já denotava. Aquela coisa, né? Que todo mundo sabe.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)
(grifos acrescidos)

Ela [referindo-se a uma professora que fez pesquisa numa periferia de um Estado do Sudeste] frequentou lugares de encontros de lésbicas... **daquelas que chamaríamos de caminhoneiras, né? bem barra pesada, não eram aquelas bonitinhas da high society.**

P. Como é a lésbica caminhoneira?

R. Sei lá. Essa que a gente acha... **eu não tô falando por preconceito, mas entre o grupo sempre tem aquelas mais arrumadinhas e aquelas**

que não se arrumam. Eu “tô” no meio termo, acho, na verdade. Às vezes eu me arrumo, às vezes não. Não sou muito vaidosa. **Mas, aquelas que se vestem muito parecidas com homens. Sapatos sociais às vezes. São mais fortes, inclusive, tem o corpo mais masculino, quadrado[...]**

P. Você acha que a “caminhoneira” se define mais pela roupa ou pela postura mesmo?

R. Acho que pelos dois. Não sei. Acho que pelos dois.

P. Você acha que fora dessas categorias das lésbicas que são mais masculinas e de outra mais femininas existiria outras categorias?

R. Olha, mais feminina é difícil de achar também, mas sempre tem uma perdida por aí.

(Entrevista com Yvone, realizada em 20/05/2018)
(grifos acrescidos)

Quando Carolina afirma que achar uma “lésbica feminina” é mais difícil nos remonta ao pensamento desenvolvido por PORTINARI (1989, p.54) no sentido de que “no discurso da homossexualidade feminina, a bela (lésbica feminina) é supostamente um objeto de desejo, mas é a fera (lésbica masculina) quem encarna a imagem do ideal”.

Segundo CAPRIO (1978, p.18), “as invertidas de tipo feminino não apresentam tais características masculinas, sendo as homossexuais que geralmente passam despercebidas [...] São as que anseiam por amor de gênero maternal; que desejam ser alvo de atenção e preocupação contínua”.

Villalba (In: PLATERO, 2008, p.169) desenvolveu, na Espanha, um trabalho científico entrevistando grupos de lésbicas, dividindo-as em grupos a partir da faixa etária. Outros grupos com lésbicas e gays e depois fez entrevistas com lésbicas. Uma das integrantes do grupo, no mesmo sentido do que aqui estamos expondo, informou que, quando se relaciona com mulheres masculinizadas, essas tendem a receber mais insultos do que quando ela se relaciona com uma mulher de características femininas:

Si ven a dos chicas probablemente piensen que son amigas y si ven a dos chicos piensan que son gays. Pero a mí me ha pasado com mi anterior pareja, que era más masculina y se hacía evidente que era lesbiana: cuando me veían com una chica feminina de la mano no me insultaban, pero con la otra sí me insultaban

Isso acontece porque “la sociedad sanciona com el insulto o la agresión a los hombres o a las mujeres que se salen de image prototípica de las masculinidad o de la feminidad [...] La image de la mujer em general es recreada siempre desde la mirada y el imaginario del hombre”. (VILLALBA, In: PLATERO, 2008, p.168 e 169).

Uma das informantes contou como reagiu ao ser abordada, numa típica cena de ciúme, por uma lésbica masculinizada:

Eu “tava” lá [numa biblioteca] esperando [um colega de trabalho que tinha ido colher umas assinaturas] e tinha uma moça creio que da faculdade de história. Fazia curso de história, fazendo uma pesquisa, e lá fazendo as anotações.
 E eu cheguei perto e fiz um comentário: -“você faz que curso história?”
 Aí a gente começou a conversar. Ela perguntou: -“E você?”
 Respondi: -“Fiz [curso na área de ciências humanas/sociais]!”
 Fiquei conversando e, de repente, não mais que de repente, eu senti uma mão pesada aqui no meu ombro, pelas costas e me virou com força. Era a namorada dela vestida de homem e olhou assim para mim bem forte, a menina ficou assustadíssima e disse: -“Que é isso fulana? Para com isso!”
 A menina [masculinizada] disse: - “Eu vou lhe dar cacete porque você está dando em cima da minha mulher! Que história é essa querendo saber da vida dela? Vou lhe dar um ‘cacete!’”
 Aí, eu fui, ela “tava” com a mão aqui e me virou, eu botei as duas [mãos] nela e encostei rosto com rosto, e disse: - “você tem cacete para me dar cacete? Quando você chegar em casa, tire essa sua roupa ridícula, abra, pegue um espelho, abra as pernas, para você ver o tamanho da xoxota. Você não é mais mulher que eu em nada! E eu não estava aqui sem nem de ter namorada ou gostasse de mulher”
 Ela retrucou: -“Eu não acredito!”
 E eu disse: - “Não me interessa se você não acredita. E se for para você fazer barraco aqui, eu vou pedir para botar você para fora porque aqui é um ambiente de trabalho.”
 Aí o vigilante que “tava” perto olhou para mim e disse: Lygia, tudo bem?
 Eu: -“tá, tudo bem!”
 Isso eu me lembro, isso sempre foi uma coisa que me chocou muito.

(Entrevista com Lygia, realizada em 11/04/2018)

Observa-se, então que a própria informante (sendo uma mulher que atualmente está se relacionando afetivamente com outra mulher) identificou, de logo, a menina como uma lésbica masculinizada ao afirmar - “a namorada dela **vestida de homem** e olhou assim para mim bem forte” – e, em seguida, num trocadilho linguístico, lembrou à oponente que apesar dessa estar vestida de homem, não era dotada de um pênis -cacete- para cumprir a promessa feita. Segundo Goffman

(1988, p.149), a reação de Lygia não é de se estranhar:

E já que aquilo que está envolvido são os papéis em interação e não os indivíduos em concreto não deveria causar surpresa o fato de que, em muitos casos, aquele que é estigmatizado num determinado aspecto exhibe todos os preconceitos normais contra os estigmatizados em outro aspecto.

Ao lado dos símbolos de prestígio/status (aliança na mão/ farda de um militar) e dos símbolos de estigma (traços masculinos numa lésbica, triângulo rosa atribuídos aos judeus homossexuais na época do nazismo), Goffman também cita os “desidentificadores” como transmissores de informação social:

Um signo que tende – real ou ilusoriamente – a quebrar uma imagem, de outra forma coerente, mas nesse caso numa direção positiva desejada pelo ator, buscando não só estabelecer uma nova pretensão mas lançar sérias dúvidas sobre a validade da identidade virtual. Um exemplo é o 'inglês correto' de um educado negro do norte que visita o sul. (Goffman, 1988, p.54)

É através da nossa visão que o estigma dos outros se torna evidente com maior frequência. Quanto mais perceptível, mais evidente o estigma, menos o sujeito pode encobri-lo, manipulá-lo e está mais sujeito ao rechaço social. Parece-nos ser o caso da lésbica masculinizada, que rompendo com os padrões do gênero, passa a exhibir/evidenciar características viris: cabelo curto, roupas masculinas, temperamento agressivo, etc.

Por isso, diz Goffman (1988, p.103 e 105) que “é óbvio que uma das características é esconder ou eliminar signos que se tornaram símbolos de estigma” e esse encobrimento pode ocorrer ao mesmo tempo de um processo relacionado ao uso de identificadores.

A *contrario sensu*, ao não portar características evidentes do estigma que se carrega, a lésbica feminina, pessoa “desacreditável”, ao menos na aparência, cumpre as características próprias do gênero: vaidosa, bem vestida, aparentemente frágil e passiva, maquiada, com cabelos arrumados e de temperamento dócil. Por essa razão, poderíamos entender a feminilidade da lésbica como uma espécie de “desidentificador social”?

4.3 Vestuários e Brincadeiras na Infância

Conforme visto, desidentificadores sociais são manipulações feitas pelo estigmatizado para “quebrar uma imagem – real ou ilusoriamente”, lançando dúvidas sobre a identidade virtual. Indagamos, a *contrario sensu*, do argumentado no item anterior se a lésbica “feminina” poderia utilizar tais trejeitos como “desidentificadores”. A lésbica seria feminina com o “propósito” de ser discreta e se ocultar?

Seguimos buscando “sinais” de estigma, extraindo das entrevistas informações quanto ao vestuário utilizado, bem como brincadeiras de infância apreciadas pelas informantes:

Eu sou uma mulher. Do ponto de vista da sexualidade, mulher no sentido do feminino. Eu sou mulher lésbica, cisgênero. [Pessoa] Trans não, de forma alguma, gosto de ser mulher.

[...]

Eu não estava nem aí [referindo-se ao fato que uma irmã gostava de comprar roupas].

Se tivesse roupa eu usava, eu não “tava” nem aí. Roupa nova era a maior bobagem à época. Para mim, hoje, um pouco...

Mas, você avança um pouco. Acho até que estou com uma roupa inapropriada para a entrevista. Você vai achar que sou desleixada, mas nem sou muito. Só hoje mesmo.

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)

Eu uso roupas femininas. Meu estilo... Eu estou de férias, por isso que estou assim, mas meu estilo é executiva causal, eu uso sempre terninho, sapato fechado, não uso salto.

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)

Tanto Clarice como Rachel se identificaram como mulheres, lésbicas, femininas, preocupadas com a roupa que utilizam, ora categoricamente afirmando se tratar de roupas femininas, ora rechaçando o adjetivo “desleixo”, atribuído de maneira negativa às mulheres.

Rachel, num outro trecho, ao falar da adolescência afirmou que se sentiu discriminada quando uma vizinha, na cidade em que moravam, se referindo a ela, afirmou: - “*Você parece um menino. Devia vestir saia!*”.

Clarice, em outro momento, ao falar da relação com uma ex-namorada disse:

“Quanto eu estava com [nome da ex-namorada], querendo que eu fosse mais vista como uma mulher, queria que eu usasse vestido Eu me lembro que eu usei umas duas vezes.”

Saia e vestido são elementos do figurino feminino. Conforme visto, Clarice afirmou que usou vestido “umas duas vezes” para que fosse “mais vista como uma mulher”. Ela gostaria que sua identidade virtual, naquele momento fosse a de uma mulher [feminina], imagem positiva para o momento social junto a ex-namorada que não se via como lésbica e tinha problemas de relacionamento com a família. O desejo dela seria de desidentificação da identidade lésbica?

Yvone ao falar da infância/juventude afirmou que as “tias” que ajudaram em sua “criação” sempre afirmavam que ela, desde criança, apresentava “tendências” [à homossexualidade]. Perguntamos em que consistiam essas tendências, tendo a entrevistada assim explicado:

R. A minha postura era muito masculina, segundo elas. Depois elas me mostraram as fotos e, realmente, vendo essa foto hoje tá explicado [...]

[...]

P. A foto que você mencionou tinha a ver com a postura ou com as roupas?

R. Não sei. Me vestiam daquele jeito, não era eu que escolhia. Mas quando eu vi a foto eu falei: - "realmente". Eu estou parada de mãos cruzadas, como um menino mesmo. Como se eu estivesse tirando a foto com o time de futebol. Quando ela me mostrou a foto eu falei: -"Realmente, eu também acho que é".

(Entrevista com Yvone, realizada em 20/05/2018)

Num outro momento da entrevista, Yvone ao falar da sua vida adulta e de suas relações no trabalho, ao ser perguntada se recorda de algum episódio de discriminação, assim dissertou:

P. Você já sofreu algum tipo de preconceito, de levar alguma piada, de sua postura profissional ser questionada?

R. Não, não. Assim, já foi questionado mas eu nem ligo, deveria ligar eu acho... Foi aqui não, foi em [outra cidade que morou antes].

Aquela coisa do cabelo curto, porque às vezes eu “enlouqueço”, e raspo a

cabeça, corto o cabelo bem curto.

Aí o pessoal fica "meio assim". E como eu não uso muito vestido - não que eu não use, eu não uso muito - Aí quando eu apareço "de" vestido, dizem: - " [expressão local equivalente a "está arrasando]".

O povo daqui [diz assim]: " - Ah, e você usa vestido?", "Ah, você tá sempre vestida assim!", querendo dizer [vestida] "mais masculina", né? Só essas coisas, mas de sofrer forte, não. Nunca tive Só esses "comentariozinhos".

(Entrevista com Yvone, realizada em 20/05/2018)

Observe-se a ênfase ao falar e justificar o uso do vestido: "-Eu não uso muito vestido – não que eu não use, eu não uso muito". Com relação ao cabelo curto (aparência normalmente atribuída ao gênero masculino), a entrevistada associa tal atitude à ausência de razão: "Porque às vezes enlouqueço."

As psiquiatras e psicanalistas francesas Catherine Joubert e Sarah Stern (Revista Mente e Cérebro, 2013, p.40-42), explicam que:

A roupa, essa segunda pele, pertence ao mesmo tempo ao dentro e ao fora, tanto protege a intimidade quanto abre para o espaço social e relacional, ocupa uma posição fronteira de interface entre o eu e o mundo, podendo mascarar o sujeito ou ao contrário, revelá-lo.[...]

A roupa acompanha a trama da construção de si e expressa a relação com sua imagem, expondo as marcas de fracassos ou sucessos na identificação do narcisismo. [...]

O vestuário desempenha outro papel importante: pode revelar tramas inconscientes. Torna-as palpáveis, passíveis de apreensão.

Usar vestido ou saia seria uma maneira de, para algumas mulheres, mascarar a lesbiandade, aproximando-se de um arquétipo mais feminino? Utilizar vestimenta feminina é uma forma de se invisibilizar enquanto lésbica? É uma forma de se desidentificar como lesbiana? Isso ocorreria de maneira consciente ou inconsciente?

Goffman (1988, p.54) explica que os signos – transmissores de informação social – podem ser permanentes (cor da pele) ou efêmeros (pessoa na cadeira de rodas, em face de cirurgia). Podem, ainda, ser congênitos (como o formato dos olhos dos orientais) ou não cogênitos (como a marca de uma queimadura, ocorrida na fase adulta). A lesbiandade seria um signo social congênito?

As entrevistadas foram perguntadas se na infância suas afinidades eram pelas brincadeiras consideradas masculinas ou femininas, tendo Rachel, Cleo, Adélia e Cecília, por diferentes razões, apontado para as primeiras:

Eu lembrei que minha mãe falava que desde criança eu ficava com cara feia, porque meu irmão sempre ganhava a bola, a guitarra, a bateria, e eu sempre ganhava boneca, boneca, geladeira, carrinho de boneca, carro de boneca, boneca, e ursinho.

Eu me apegava muito a ursinho, porque já não era boneca. Para mim, era uma coisa mais moderna, mais radical, tipo assim: - “Eu sou radical, porque eu tenho um urso, não tenho uma boneca!”

Inclusive uma coisa interessante, e uma das primeiras coisas que eu fiz quando saí de casa e tal, foi comprar uma coleção de boneco: comprei o Flash, o Batman, o Super-homem, comprei a coleção dos Simpsons, porque eu adoro os Simpsons. Sai comprando. Comprei chupeta azul, mamadeira azul, pratinho azul.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Meu pai começou a perceber bem antes quando eu era pequena. As brincadeiras que eu queria brincar: [eu] não queria as brincadeiras tradicionais de menina, boneca, essas coisas, não me atraíam.

Eu brincava com os brinquedos do meu irmão: carro, caminhão, bola, bola de gude. Era a rainha de bola de gude na rua.

Assim, eu não tinha essa identidade com o universo feminino. Ele (meu pai) percebia isso, mas eu nem “tava” percebendo nada.

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)

Eu gostava muito de exercer o papel do menino por um motivo consciente que àquela época era ficar com a única bicicleta que tinha. E quem podia dirigir o carro era o menino... [Na divisão] dos papéis...

E eu queria aquele “papel” para ter a bicicleta.

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)

P-Então, quando você diz que era meio evidente [que você era lésbica], era evidente porque você levava mulheres pra casa? Por causa de seus posicionamentos?

R- Posicionamentos assim: eu era a clássica criança “viada” de... Eu realmente era essa criança assim....

P- Como é essa clássica criança “viada”?

R- A clássica criança “viada”? No caso de menina-criança, de uma criança-menina..

“tu” vai pra pipa, “tu” vai pro carrinho, bola de vôlei, bola de gude e luta. Tudo isso as pessoas “jogam” na caixa do masculino.

(Entrevista com Adélia, realizada em 20/04/2018)

Contudo, outra informante afirmou ter entretido-se com brincadeiras reputadas do universo feminino:

P. Você se identificava com coisas do universo masculino? Como, por exemplo, brincadeiras, brinquedos?

R. Não, eu sempre fui uma menina, acredito como a maioria das meninas.

Como eu não tenho uma família castradora [...] eu sempre brinquei de bola de gude, de pipa, mas é uma coisa que eu brincava assim: um monte de meninos com pipa, era passageiro.

O que eu gostava de brincar mesmo era de bonecas. As bonecas eram minhas filhinhas.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

E o restante afirmou que as escolhas eram feitas por questões circunstanciais, não havendo um propósito específico que as inclinasse para uma ou outra brincadeira:

Lembro-me de sempre ter brincado de boneca.

A gente tinha pouco essa diferenciação.

Acho que era um universo que não tinha interesse nem pelo universo masculino e feminino.

[Na infância,] Tinha delimitado o que era de menino, mas não tinha delimitado o de menina, minha avó era muito autoritária, mas sempre acobertou as filhas.

[...] Como as meninas [da casa] começaram a trabalhar muito cedo, não tinha aquele ambiente eminentemente feminino, ou seja, das mulheres fazer isso e os homens, aquilo.

[...] Eu não me lembro de ver minhas tias brincando de bonecas. Eu, na vizinhança, com as colegas, eu gostava de brincar de boneca.

(Entrevista com Hilda, realizada em 20/05/2018)

P. As pessoas relatam que na infância, principalmente algumas mulheres, que tinham um comportamento diferente, seja porque não se agradavam com o mundo feminino e gostavam de brincar com carrinhos, bola, isso

aconteceu com você?

R. Aconteceu, mas eu não via dessa forma. Eu tenho um irmão mais velho, e, na sequência [de nascimento] sou eu e depois demorou muito tempo para minha mãe ter outro filho. Nasceu um homem, inclusive.

Então, eu brincava com meu irmão. Nós ficávamos sós. Então, a gente brincava, e ele não brincava de boneca, então eu era obrigada a brincar de bola, mas eu gostava. Não era uma coisa que me incomodava. Eu tinha uma ou duas bonecas, na verdade, e brincava com meu irmão.

Mas não era uma coisa que eu identificava: "Ah, eu não quero essa boneca, quero a bola." Eu não tinha problemas em lidar com nenhum tipo de brincadeira.

(Entrevista com Yvone, realizada em 20/05/2018)

P- Quando tu pensas na tua infância existe assim uma inclinação pelo universo masculino ou feminino, das brincadeiras?

R- Olha, eu convivia muito com meus irmãos mais do que com minhas irmãs. Então, naturalmente existiam mais brincadeiras masculinas do que femininas, eu me lembro, por exemplo, só ter tido uma boneca na minha vida, e mesmo assim minha mãe deu minha boneca pra outra criança que chegou na minha casa.

Então, minhas brincadeiras como eram mais com meus irmãos, foram de bola, joga bola no meio da rua, jogar bola de gude, empinar pipa, entendeu?

Eu tinha um trabalho masculino também, assim voltado para o masculino, trabalhar com material de construção com meus pais, então eu carregava e descarregava materiais, daí tudo isso era voltado para o masculino.

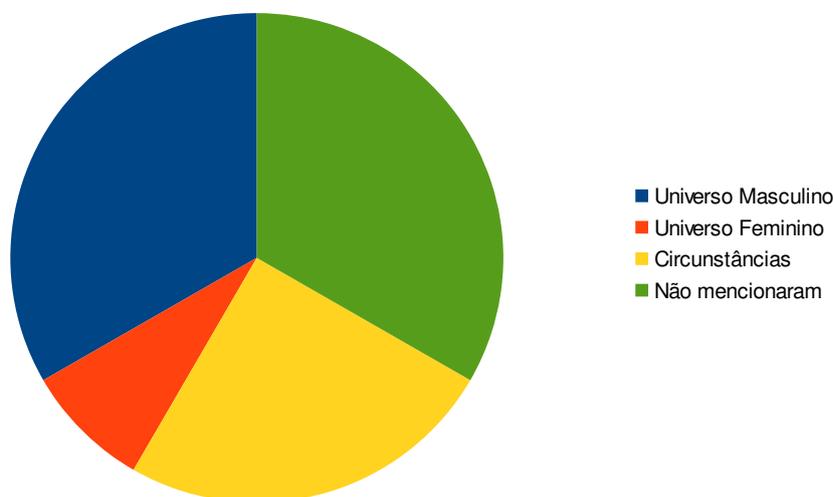
P- Mas, não necessariamente uma escolha sua? Era a situação que você tinha.

R- A situação que me colocava nesses termos não que inclusive eu nem tinha a opção, a minha infância de brincadeira eram essas.

(Entrevista com Joanna, realizada em 20/05/2018)

A inclinação para um e/ou outro universo, nas brincadeiras infantis, pode, com relação às informantes ser assim representada graficamente:

Gráfico 7 – Brincadeiras na infância



Segundo a neurocientista Suzana Herculano-Houzel (Revista *Mente e Cérebro*, 2006, p.48 a 50), “a preferência sexual é determinada biologicamente e ainda no útero – o que faz da homossexualidade uma variação, já que a maioria da população é heterossexual”.

Dessa forma para a neurociência, a condição sexual humana tem origem biológica, evidenciando-se numa percentagem de 90% (heterossexuais) e 10% (homossexuais), não havendo qualquer influência por parte da educação, tipo de brincadeiras e ou religião. O que diferencia “heteros” e “homos” seria a forma como o cérebro de um e outro reage aos feromônios:

O hipótalamo dos homens heterossexuais responde fortemente ao feromônio feminino EST (estra-1,3,5 (10), 16-tetrac-,3-nol), um derivado do hormônio estrogênio, produzido durante o ciclo menstrual. A mesma região do cérebro das mulheres heterossexuais reage ao feromônio masculino AND (4,16-androestadie-3-nona), que deriva de hormônios sexuais masculinos e é encontrado no suor, na pele e nos pêlos axilares dos varões. Como era de se esperar o AND aumenta a excitação das mulheres e diminui a dos homens quando ambos são heterossexuais.

(Herculano-Houzel, Revista *Mente e Cérebro*, 2006, p.48 a 50)

Desse modo, o comportamento sexual resulta(ria) de ações inicialmente organizadoras, e depois, permissivas, desencadeadas pelos hormônios sexuais. A atração pelo mesmo sexo ou pelo sexo oposto é(seria) resultado da influência de genes e hormônios, ainda no útero, em determinadas regiões cerebrais.

A influência dos genes e hormônios ocorrida durante a gestação irá se manifestar durante a adolescência. Daí a conclusão da neurocientista Herculano-Houzel (2006, p.50) no sentido de que “a preferência sexual não se escolhe, descobre-se”.

Ainda na linha das “teorias de determinação biológica da homossexualidade”, Trevisan (2018, p.29 a 31) lembra-nos de pesquisas que apontavam para a possível existência de uma versão diferenciada do cromossomo X masculino, batizado de Xq28, que seria responsável pela “tendência homossexual”.

Há, também, a ideia desenvolvida por geneticistas de que homossexuais “teriam 30% mais estrias na mão esquerda” do que pessoas heterossexuais. E, por fim, estudo apresentado por uma veterinária brasileira, em 1995, concluindo que grávidas submetidas a situações de estresse geravam meninos menos viris e, portanto, suscetíveis de serem homossexuais. Não existe comprovação científica da origem biológica da homossexualidade.

Procurar a origem biológica da homossexualidade, por vezes, é compreendido como uma perpetuação do preconceito, por se tomar a heterossexualidade como parâmetro e as demais formas de expressão da sexualidade como desvio/erro, suscetíveis de estudo.

Segundo Darren Griffin, Professor de Genética da Universidade de Kent, “embora haja uma forte evidência com base biológica para a homossexualidade, a minha impressão pessoal sempre foi de existirem vários fatores contribuintes, incluindo experiência de vida”. (*apud* Trevisan, 2018, p.33)

Assim, tem-se que as configurações sociais assumidas pelos sexos são muito mais diversificadas do que a literatura é capaz de discutir e abranger. Segundo Mead (1988), citada por Menezes e Brito (2006), “quanto mais rígida é a sociedade, maior a obrigatoriedade de seus indivíduos assumirem posicionamentos sexuais extremados”.

Haveria uma fusão entre fatores biológicos e socioculturais para explicar a homossexualidade. Nesse sentido, Sullivan (1996, p.63) afirma: “pode-se dizer que na orientação do desejo ocorre quase sempre uma interação complexa entre natureza e cultura, predisposição e vontade”. Para Trevisan (2018, p.34):

Não existem objetos sexuais determinados de modo absoluto pela natureza, nem mecanismos culturais que compartimentalizem de modo insuperável o desejo: este se inclina num movimento de polivalência pendular e mutabilidade básica dos indivíduos, para além das ideologias que estabelecer padrões e normas sobre a natureza. Se foi confirmada uma parcela de determinação natural de desejo, também é indiscutível que ele está sujeito a propensões culturais mutáveis no decorrer da história – inclusive a história de vida pessoal.

Por essa razão, retomando o raciocínio de Goffman, não podemos considerar a homossexualidade um signo social congênito, pois apesar de ser resultados de operações orgânicas ocorridas na concepção, ela não traz, prontamente, qualquer informação social visível ou evidente, podendo se manifestar, inclusive na fase adulta ou senil, de acordo com experiências socioculturais experimentadas.

Consoante visto neste capítulo, através dos excertos de entrevistas analisados, a pluralidade libertária dedicada ao tipo de brincadeira escolhida na infância se reflete na diversidade com que a sexualidade humana pode se manifestar, independente de padrões culturais.

Assim, considerando que em algum momento, essas mulheres viram-se, sentiram-se lésbicas, indagamos: em que momento se deu essa descoberta? Ao descobrir, o que fizeram essas mulheres, do ponto de vista da visibilidade social, com essa informação? São os enfoques cujos questionamentos desenvolvemos a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5 – DA ANÁLISE DE DADOS: COMO NOS RELACIONAMOS?

5.1 Descobrimo-se Lésbica

Conforme visto no capítulo anterior, a neurocientista Herculano-Houzel (2006, p.50) afirmou que “a preferência sexual não se escolhe, descobre-se”. Platero (2008, p.21) assinala a dificuldade em se alcançar um conceito para o lesbianismo. Contudo, diante da utilidade estratégica e da necessidade metodológica as define como “mujeres que eligen, conscientemente o no, a otras mujeres como objeto de deseo y com quienes establecen relaciones afetivas”.

Ao responder às perguntas acerca de sua estrutura familiar, vida afetiva, as informantes esclareceram quando se “descobriram” lésbicas. De forma geral, tal fato ocorreu entre o final da adolescência e o começo da vida adulta. Grande parte, envolveram-se em romances heterossexuais e, algumas delas apaixonaram-se pela professora ou colega de escola e faculdade:

Quando eu fazia terceiro ano, cheguei a gostar de uns meninos. Eu imagino ser algo absolutamente comum porque era um momento de descoberta. [...]
Sem dúvida, fazendo um retrospecto, mais tempos atrás, claro que sei que cheguei a gostar de meninas da escola, no ensino médio, do primeiro, do segundo ano.
Com 21 anos quando eu volto atrás, eu entendo que determinados sentimentos que eu tinha por algumas colegas, não era apenas de amizade, era algo mais forte e tal.
Quando eu fazia graduação, na época eu não entendia, mas, eu lembro que me apaixonei por uma monitora. Mas, na época eu não sabia que era isso. Eu entrei [na faculdade] com 17 anos. [...] Logo no primeiro período, mas eu não sabia que era isso, depois, foi que eu entendi. E depois, [me apaixonei] por uma professora, uma coisa meio comum.

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)

P. Com relação à sua orientação sexual, houve um marco de descobrimento?
R. Não, eu não sei identificar muito bem isso. Eu tive namorados, alguns namorados. Não muitos, mas tive alguns, aí me apaixonei por uma mulher quando eu tinha 21 anos.
Eu me encantei por uma pessoa e a partir dali tive um relacionamento com essa pessoa durante 02 anos. A partir daí, eu me entendi como nesse caminho, digamos assim, não me interessei mais por nenhum homem.

(Entrevista com Yvone, realizada em 20/05/2018)

Na adolescência, no colégio, comecei sempre tendo admiração muito mais pelas mulheres, pelo universo das mulheres.
Desde a literatura até as coleguinhas de salas de aula.
Gostava de meninos, fiz minhas experimentações com meninos: namorei, transei, experimentei e gostei [...], mas fiz uma escolha, que, para mim, é a melhor.

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)

Eu acho que sempre soube [que era lésbica].
Só que, na época, que eu era adolescente quando eu comecei a pensar nessas coisas, eu não entendia porque eu não gostava de meninos.
[...]
Eu comecei a achar que eu era diferente, não sabia porque, não aceitava. Tentei até namorar dois amigos, eu acho! Mas não consegui passar mesmo do namoro. Aí vi que não dava!
Nessa época, eu tinha 15 anos, quando começou essa descoberta.

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)

P - Foi um processo rápido (descobrir-se lésbica)? Porque (conforme você contou) isso aconteceu quando você tinha 20 anos. Um dia você acordou e disse...
R- Eu sempre me achei diferente. Olhava para as meninas diferentes. Pequeninha assim. Me apaixonei por quase todas as professoras da escola e ficava imaginando isso na mente. Eu tentava entender. Namorei com garotos para ver se era alguma coisa minha. A gente não sabe que o erro é nosso, não é?
Então, eu me lembro, dos 14 aos 18, foi um sofrimento. Foi uma “filosofia” dentro de mim, foram questionamentos.
Tudo tentando esclarecer por conta própria. Então, foi um período realmente de muitas dúvidas. Dos 18 aos 20 eu parei de questionar e tentei me entender.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Além das mulheres relatarem que a “descoberta” se deu entre o período da adolescência e o início da fase adulta, foi bastante comum, conforme visto, mencionarem as relações heterossexuais. Segundo ARC (2009, p.74):

A maioria das lésbicas teve expediências heterossexuais. [...] Em uma sociedade heterossexista, que concebe as relações entre homens e mulheres como as únicas normais, não surpreende que a homossexualidade feminina seja considerada uma relação par défaut. (padrão) [...] Por um lado, em geral as mulheres iniciam sua sexualidade por meio de uma relação com um homem, qualquer que venha a ser sua preferência posterior. [...] Por outro, às vezes as lésbicas têm casos com homens antes de tomar consciência de sua homossexualidade. [...]

A questão da relação heterossexual tomada como padrão refere-se ao fato do sexo ser condicionado a um discurso, proferido pelas escolas, famílias, médicos, psicólogos, tribunais e igrejas, inviabilizando a própria existência da preferência homossexual. Segundo Foucault (2015, p. 43, 48 e 52):

As instituições escolares ou psiquiátricas com sua numerosa população, sua hierarquia, suas organizações espaciais e seu sistema de fiscalização constituem, ao lado da família, uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres (...)

Quanto aos tribunais, podiam condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais ou a bestialidade (...)

O casal legítimo, com sua sexualidade regular, tem direito à discrição (...)

Em compensação, o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo (...)

Cecília, noutro trecho da entrevista, disserta sobre essa sensação:

A pessoa não sabe como externar [o fato de se sentir diferente de outras meninas], **pois o assunto nunca foi falado dentro ou fora de casa. Não via os amigos falando, não via as pessoas da rua falando, pai, mãe, ninguém**, etc. Então era um tabu”.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)
(grifos acrescidos)

Foucault (2015, p.59) nos explica que de tanto falar do sexo, descobri-lo reduzido, classificado e especificado, o que se procurava, no fundo, era mascará-lo. O discurso sobre o sexo, pelos menos até Freud, “não teria feito mais do que ocultar continuamente o que dele se falava [...] era uma ciência feita de esquiva”.

Por isso, “não existe um só, mas muitos silêncios e são partes integrantes que apoiam e atravessam os discursos”. A discrição, então, “é recomendada com cada vez mais insistência”, razão pela qual “o sexo, segundo a nova pastoral, não deve ser mencionado sem prudência”. (FOUCAULT, 2015, p.31 e 21).

Nos depoimentos seguintes, mantem-se a lógica da sequência: descoberta na adolescência/fase adulta, paixão por professoras e relações heterossexuais:

Descobrir, ter certeza, a certeza veio acho que com 20, 21 anos. Quando eu ganhei um amigo gay, me encantei como ele vivia e ele disse: eu acho que você é lésbica.

Aí eu conheci minha primeira namorada com 21 anos. Antes, eu era aquela coisa de ser apaixonada pelas amigas, mas não saber bem o que era aquela coisa. A certeza mesmo veio aos 21 anos.

Na infância, a paixão pelas professoras, pelas personagens femininas de novelas. Não ter o menor interesse pelos meninos. E, nas brincadeiras de casinha e de médico, ser sempre com as meninas.

Com relação às professoras, eu não entendia que era um sentimento diferente por conta do preconceito porque se tinha alguém diferente, na família na vizinhança que era declaradamente lésbica já tinha o preconceito. Bom, “não pode chegar perto”, “não pode conviver com a pessoa”. Então, isso criava uma barreira. [Eu pensava:]”-É errado! Eu não sou assim e eu não posso ser assim.”

[...]

Eu devo ter ficado com uns três meninos no máximo...era um sentimento de muito desconforto.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)
(grifos acrescidos)

Corroborando o aqui observado, Frank S. Caprio (1978, p.7), afirma que as ligações homossexuais entre mulheres “não raro nascem de paixões de adolescentes, entre companheiras da escola. **As jovens se identificam com mulheres mais velhas (professoras, atrizes, etc.)** que idolatram e desejam imitar”.

(grifos acrescidos)

A heterossexualidade é uma etapa quase sistemática para as lésbicas. Segundo ARC (2009, p.76), o *relatório guei*, elaborado em 1984 na França, apontou que das 259 lésbicas entrevistadas, a maioria teve as primeiras atrações homossexuais e experiências heterossexuais por volta dos 16 anos. Aos 17, constataram que eram diferentes das demais e, aos 19, tiveram sua primeira relação homossexual e entenderam que eram lésbicas. Seguindo o padrão sugerido, segue excerto de Adélia:

P.- Teve um dia assim? Você acordou um dia, e disse “eu sou lésbica” ?

R- Não, não houve um dia. Não, mais ou menos. Eu lembro que eu tive uma briga muito séria com uma amiga minha no terceiro ano do colégio, do ensino médio.

A gente vivia brigando, a gente brigava muito. Era um negócio muito estranho. A gente brigava como casal. A gente era amiga, mas brigava como casal.[...]

Teve um dia que eu não lembro o porquê, mas eu voltei chorando da casa

dela até a minha, depois de uma briga com ela. Então, eu disse: -“não, isso não é amizade [...]

Eu acho que esse é o dia que você “tá” querendo, que você “tá” me perguntando.

P- Você tinha entre 17 e 18?

R- Eu tinha 16 [...]

P- E a partir desse momento que você tomou conhecimento? Você tomou consciência? Como foi que se desenrolou, a partir desse dia?

R- Então, era uma história tão doida que foi um “atraso” na minha vida, essa menina (do colégio, do terceiro ano).

Eu realmente gostava muito dela, e, por isso, eu não me envolvia com outras pessoas. Eu não achava outras pessoas interessantes. Então, tanto é que eu só vim ficar com uma menina pela primeira vez [...] quando eu tinha 19 anos, isso três anos depois.

(Entrevista com Adélia, realizada em 20/04/2018)

Segundo o mesmo relatório (idem, p.77), 76% das lésbicas consideraram insatisfatória sua primeira relação heterossexual, contra 57% dos (homens) gays. Carolina, Cleo e Yvone tem impressões diferentes acerca de suas relações heterossexuais:

Eu não sei nem [que palavra usar]. Eu acho que desconforto é pouco. Não consigo encontrar uma palavra para descrever.

P - Ojeriza?

R- Ah, sim,é uma ojeriza sim. Essa palavra descreve melhor, [ojeriza] ao cheiro, à pele, ao corpo, à anatomia, aos pelos. Não cheguei a ter relação com homens.

Será que é isso? Será que não é? Fica[va] aquela coisa [referindo-se à dúvida sobre a orientação sexual].

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)

Gostava de meninos. Fiz minhas experimentações com meninos: namorei, transei, experimentei, gostei.

Algo que eu quero até falar de forma tranquila é exatamente isso: não tenho ojeriza nenhuma a homens. E, inclusive, do ponto de vista sexual, não tenho ojeriza, mas fiz uma escolha, que, para mim, é a melhor.

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)

P. Até chegar nessa “pessoa”, você namorou alguns homens. Nessas relações havia algum tipo de estranhamento?

R. Não, nenhum. Era normal. A coisa mais normal do mundo, pelo que me lembro. Não havia nada de diferente

P. Era o mesmo prazer que você sente com mulheres?

R. Sexual não, né? Mas eu só consigo dizer essas coisas hoje, na época eu não sabia direito.

P. Era algo que lhe agradava ou você chegava a rechaçar?

R. Não, não era que não me agradava, não me satisfazia por completo. Nunca foi ruim, não é isso. Nunca foi ruim, mas eu nunca me satisfiz por completo. Eu nunca tive uma aversão a sexo com homens, por exemplo. Hoje acredito que eu teria, mas naquela época não.

(Entrevista com Yvone, realizada em 20/05/2018)

Cleo afirma categoricamente que não tem qualquer repulsa aos homens, tendo, inclusive, gostado de se relacionar com eles. Apenas, escolheu se relacionar com mulheres. Já Yvone lembra que “nunca foi ruim”. Acerca desse aspecto, Frank S. Caprio (1978, p.50), em seu estudo da década de 50, sobre a homossexualidade feminina, afirma que:

Entrevistamos dezenas de mulheres classificadas como lésbicas que não escondem suas inclinações pelos homens e que são capazes de encontrar satisfação sexual em suas relações com eles, chegando mesmo a ponto de experimentar orgasmos, mas que preferem manter relações sexuais íntimas com indivíduos do seu próprio sexo.

Hilda, mesmo sendo de uma geração anterior a maioria das entrevistadas, narra, com pequenas especificidades, a mesma sequência (infância, amigas da escola, relações heterossexuais e paixão por uma colega de universidade):

Eu me lembro quando eu tinha por volta dos 09/10 anos. Eu tinha uma amiga de escola que a gente brincava muito na casa dela, tinha um quarto no quintal, era cheio de árvore, um espaço bem agradável. Eu ia muito na casa dela, eu me lembro de que nesta fase a gente tinha umas brincadeiras de se tocar, de brincar, de tirar a roupa. Primeiro marco que eu lembro de sexualidade. Depois disso, eu paquerei uns meninos, me apaixonei muito por um vizinho e na universidade, eu me

apaixonado por uma colega de turma.

Paquera com homens, namorinho bestinha de adolescente, naquele tempo, as coisas não tinham a rapidez e intensidade de hoje, eram mais bobinhos mesmo. [...]

Aí só venho me apaixonar por uma menina que estudava com ela [na universidade], [...] Eu acabo me apaixonando por ela no final do curso. Eu tinha 21 anos. Nunca rolou nada físico entre a gente, acho que na cabeça dela, éramos amigas, depois ela voltou para [o Estado de origem dela], aí a vida seguiu e eu retomei uma amizade com uma menina que eu tinha estudado no antigo ginásio. A gente começou a sair, [...] e um dia ela me disse que estava apaixonada por mim. Eu já devia tá com uns 25 anos de idade. [...] Com essa menina, a gente namorou, foi a primeira vida de lésbica que eu tive com uma mulher foi com essa amiga.

(Entrevista com Hilda, realizada em 20/05/2018)

Conforme visto, segundo a neurociência, a homossexualidade “nasce”, desde a concepção, manifesta-se na adolescência e consolida-se na fase inicial ou intermediária adulta, a partir de enfrentamentos ao código heteronormativo da sociedade.

Geralmente, o sentimento de discordância à heterossexualidade compulsória manifesta-se desde a infância e na adolescência as colegas de escola e professoras são os sujeitos para quem esse afeto, comumente, é direcionado. Por fim, nesse interregno entre o desconforto e o primeiro afeto lésbico, as mulheres experimentam, por contingências sociais ou por curiosidade, relações heterossexuais, das quais acabam por se afastar, por repulsa ou desinteresse, consolidando sua sexualidade junto a outras mulheres.

Herculano-Houzel (Revista *Mente e Cérebro*, p.51) que nos explicou a origem biológica da homossexualidade, esclarece que “a natureza não reina sozinha. De fato, é possível optar pelo comportamento heterossexual, contra a preferência biológica ou a favor dela. Nesse caso a família e a sociedade exercem um papel fundamental”.

Nesse sentido, Joanna nos contou que era casada e tinha um filho quando, aos 32 (trinta e dois) anos se viu envolvida por uma mulher:

P- Com relação à sexualidade, houve um “marco”? Houve um dia que você acordou e falou: “-Agora...”.

R- Não assim que eu acordei, mas teve sim um marco, inclusive não faz tanto tempo assim, foi em 2010.

Uma menina se mostrou interessada e levantou algumas questões em mim

entendeu? Inclusive, na ocasião, eu era casada com o pai do meu filho. Eu tenho um filho de 16/17 anos.

Eu era casada e a forma como ela me abordou *a priori* me assustou, já que nunca tinha acontecido antes, eu nunca tinha reconhecido em mim, nenhuma, nenhum vestígio, nada que me fizesse perceber esse mundo.

Embora nunca tivesse tido preconceitos, nem aversões, sempre tive proximidade com pessoas que são homossexuais e que viviam sua sexualidade à vontade. Nunca tive nenhum problema em conviver com essas pessoas, mas também nada me levava pra isso, pra esta “tendência”, pra esse despertar. Somente em 2010 quando essa moça apareceu.

(Entrevista com Joanna, realizada em 20/05/2018)

Robert Epstein (mente e cérebro, p.45), professor de psicologia, afirma que “está claro que, sem a pressão social, uma proporção muito maior da população viveria experiências homossexuais”. Parece ser Joanna um desses exemplos, pois diferente dos demais depoimentos, afirmou que “*nunca tinha reconhecido em mim nenhum vestígio, nada que me fizesse perceber esse mundo*”.

Aponta-se que quando as lésbicas começaram a escrever sobre si mesmas, reivindicaram “uma definição mais política e menos sexista”. Argumenta-se que ser lésbica é negar as “limitações e opressões que lhe são impostas pelo mais básico papel social: o papel de fêmea” (MOTT, 1987, p.13). Nesse sentido, foi a “descoberta” de Cassandra:

P. Com relação a sua sexualidade, houve um marco? Em que a partir desse dia você pode dizer que se viu ou se definiu?

R. Durante a minha vida eu comecei tendo relações com homens. Não me imaginava jamais tendo relações com mulheres, mas sempre me senti muito incomodada com a relação, com uma relação heterossexual em que a figura masculina sempre tinha mais vantagens ou mais poder, ou mais voz de comando em casa.

Então, isso sempre me incomodou muito. Nas minhas relações heterossexuais, eu não me sentia à vontade, muito mais em relação ao dia-a-dia, à convivência, não falando na questão sexual, mas sim em momentos do dia-a-dia, da convivência.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

Assim, visto as infinitas formas de reconhecimento e “descoberta”, além de demais circunstâncias identificadas, resta saber como tais mulheres vão lidar com sua identidade social. Nesse sentido, segundo GOFFMAN (1988, p.51)

A questão que se coloca não é a da manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação da informação sobre o seu defeito. Exibi-lo ou ocultá-lo; conta-lo ou não conta-lo; revela-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e em cada caso, como quando e onde?

Ao “descobrir-se” lésbica, seja por motivações do desejo sexual-afetivo, seja por questões políticas do gênero e papel social, como essas mulheres farão a gestão de sua identidade social? Diante da família, revelarão sua identidade social real? Nos locais de convivência como escola e trabalho, manipularam sua informação social, criando uma identidade social virtual? Em caso positivo, utilizaram-se do “encobrimento” ou de signos “desidentificadores”?

5.2. Família: Encobrir ou Revelar o Estigma?

Uma vez consciente de sua lesbiandade, a mulher se depara com a decisão de tornar (ou não) visível essa característica/condição diante de uma sociedade heteronormativa. Segundo Goffman (1988, p.61), “a manipulação do estigma é uma ramificação de algo básico na sociedade, ou seja, a estereotipia ou o “perfil” de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter”.

A área de manipulação do estigma, apesar de pertencer fundamentalmente à vida pública - contato com estranhos e conhecidos - circunscreve-se a um *continuum*, cujo pólo oposto é a intimidade, representada pelos círculos de parentes e amigos. Por isso, “as pessoas íntimas podem-se tornar aquelas em relação às quais ele [o estigmatizado] se preocupa em esconder algo [considerado] vergonhoso” (GOFFMAN, 1988, p.64).

Revelar, por vezes, implica que o estigmatizado receberá dos familiares sentimentos de rechaço por ter “contrariado” as expectativas que eles nutriam para seu “futuro”, conforme nos narra uma das entrevistadas quando contou à mãe:

Mas desse dia quando eu contei [que gostava de mulheres], eu nem sei, ela não falou nada. Porque quando a gente fala alguma coisa pra ela, que ela não gosta, ela fica introspectiva, sabe? E não reage. Agredir? Isso daí de forma alguma!
Eu não lembro se perguntei o que ela achava, mas, enfim, acho que não. Eu contei acho que ela ficou um pouco constrangida, sei lá! No dia seguinte, eu acho que nesse dia eu não dormi em casa. [...] Quando eu voltei, eu perguntei a minha irmã como ela [minha mãe] “tava”?.

Aí minha irmã, disse: - Ah, ela disse que estava muito decepcionada com você e tal.

Aí eu fiquei arrasada e tal.

Ela [minha mãe] disse [à minha irmã] que não esperava isso de mim, que me admirava muito, por sempre estudar muito e tal, essas coisas. E de repente ela ficou sabendo disso e tal.

E antes dela [minha mãe] voltar pra [cidade natal, localizada no interior do Estado] ela me deu um abraço, meio que chorando, sabe? Tipo assim: - “Ai, minha filha!”. Bem arrasada.

E eu soube também que ela, vez por outra, ficava conversando com minha irmã mais velha, que já morava em outra casa, tipo assim, “desabafando”.

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)

Um dia ela [minha mãe] chegou mais cedo e quando ela abriu a porta do quarto nós [eu e minha namorada] estávamos nos beijando.

Claro que ela desconfiava. Por que quem é que não sabe? Eu tinha um grupo de amigos e de repente me afastei desse grupo e de repente eu só tenho uma amiga que vive lá em casa e eu na casa dela. A gente vivia muito colada mesmo.

Aí foi trágico. Aí ela [minha mãe] saiu de casa, foi pra casa dos vizinhos, e ligou pra família, pra uma tia minha que é mulher de um tio que é minha madrinha, aí foi aquela coisa toda.

Foi pra casa da vizinha, tem uma vizinha, desde sempre nossas famílias são vizinhas, talvez ela tenha contado e depois ela voltou no fim do dia e disse: - “Na minha casa, não!!”

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)

Segundo Pillar Villalba (*In*: PLATERO, 2008, p.163), corroborando o rechaço em relação à homossexualidade, explica que “Desde el ámbito familia es curioso comprobar que las primeras reacciones de los padres o familiares se caracterizan por un rechazo no tanto al hijo o hija sino al imaginario social de la homosexualidad”.

As informantes, ao serem perguntadas, de como visibilizaram sua sexualidade à família, centraram-se na “família pequena”, principalmente referindo-se a mãe e aos irmãos e, quando presente/existente ao pai. Algumas nem chegaram a contar, foram “descobertas” e reagiram de maneira diferente, ora visibilizando-se, ora manipulando o estigma:

Na realidade, nunca houve conversa sobre nada.

De uma maneira geral, a relação [com minha mãe] era péssima.

Era aquela coisa, nós éramos...não sei se ela tinha esse sentimento com relação a mim, mas meu sentimento com relação a ela era de: “nós morávamos sob o mesmo teto porque era o jeito”.

Então, nunca houve uma conversa. **Quando ela descobriu, eu peitei.**
 Minha namorada continuou frequentando a casa.
 Minha mãe parou de falar comigo e parou de falar com ela [com a namorada]
 Com o tempo não teve o que fazer, aí foi-se.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)
 (grifos acrescidos)

Meu irmão é mais machão, eu lembro que a primeira vez, quando minha mãe ouviu algo sobre isso, foi do meu irmão que chegou indignado em casa dizendo que tinha me visto abraçada com uma “sapatona” e minha mãe veio perguntar.
 Naquela época, eu ainda nem me identificava como uma homossexual e sim como bissexual, e nesse início eu falei a ela que era mentira, **inventei uma história.** Ela reclamou dessa vez, mas também disse ao meu irmão que ele tomasse conta da vida dele.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)
 (grifos acrescidos)

Minha mãe descobriu, de fato, quando eu já estava com uma segunda pessoa, também apaixonadíssima.
 E foi através de cartas, troca de cartas apaixonadas e a mãe dessa menina pegou uma carta minha no tênis dela, “xerocou” e deu para minha mãe. Eu me declarando, dizendo: - “Eu te amo e tudo o mais”.
 E foi descoberta dessa forma. [...] Minha mãe me chamou para o diálogo e perguntou o que era aquilo?. O que é que significava aquilo?
 E aí eu falei e retornei a pergunta para ela: - “Uma amiga não pode amar outra?”.
 Ficou mais visível a partir daí. **Ela pediu para eu me afastar dessa garota. Eu não me afastei,** ela, a garota foi quem se afastou de mim.
 P – Sua mãe te censurou?
 R - Minha mãe não me censurou, ao contrário, ela quis me proteger porque eu tinha sido criada dentro de um círculo familiar tão tradicional quanto [...] mas, ela foi pro diálogo, ela não foi agressiva, pediu apenas para eu me afastar...para não “sobrar para mim”, essa foi a frase.

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)
 (grifos acrescidos)

Conforme mencionado por Cassandra – “meu irmão é mais machão “- a figura masculina na família, seja do irmão, do pai ou do tio, foi referida, por vezes, pelas entrevistadas como dotados de uma postura mais agressiva e/ou intolerante se comparada às figuras femininas da família:

A relação com meus irmãos é boa. Mais com minha irmã, porque, com meu irmão, ele é fundamentalista.

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)

A primeira pessoa que eu falei [sobre a sexualidade] foi com minha mãe, minha mãe conversou com meu pai – meu pai sempre foi uma pessoa muito lenta no sentido de processar as coisas e agir sobre aquilo. Meu pai passou 05 anos para falar sobre o assunto. É muito tempo! Então ele, tipo, escutou, balançou a cabeça e quando 5 (cinco) anos se passaram ele veio falar sobre o assunto. Foi exatamente isso, assim, foi tipo, coisa assim meio fora do normal.

E o meu irmão, assim que soube, aquela pessoa, aquela cumplicidade, sumiu. Ele deu espaço para uma frieza, pra uma exclusão, e, na verdade, anos depois, quase 10 (dez) anos depois, segundo ele, fez isso não pela parte da sexualidade, mas foi pela parte que ele estava perdendo aquela irmã que foi projetada, então isso para ele foi uma decepção muito grande. [...]

Minha avó falou: talvez seus tios não compreendam, seu irmão não compreenda, os primos não compreendam, mas eu compreendo [o fato de ser lésbica]. Então, mesmo que [não] seja em quantidade, qualidade em amor, você tem. Então, no primeiro momento, eu contei muito com a minha mãe e minha avó.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

P. Qual foi a reação do seu pai [ao saber que você estava sendo vista abraçando mulheres]?

R. Meu pai é aquele típico homem que não conversa muito com os filhos, principalmente questões conflituosas.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

A sociedade heteronormativa erige o homem ao epicentro social. É através e para o falo que todos devem convergir. É a força física quem determina as relações sociais e ela está representada na virilidade do macho, a quem a mulher deve subordinação e obediência. Abdicando da subserviência ao homem, as lésbicas são vistas como ameaça ao modelo da família burguesa-patriarcal-reprodutora. Essa visão falocêntrica é expressa na fala de uma das entrevistadas, ao perguntar se sua mãe preferia ter um filho ou uma filha homossexual:

Um dia eu perguntei a minha mãe que se ela pudesse escolher entre eu e meu irmão para ser homossexual, quem ela escolheria.

Eu achei que ela ficaria em cima do muro, mas ela respondeu: -“A gente nunca escolhe que o filho seja homossexual”, mas que “preferia que eu fosse homossexual do que meu irmão, porque é muito chocante um homem gay”.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

Entre revelar e esconder o atributo depreciativo, algumas entrevistadas afirmaram se utilizar, junto aos familiares, da estratégia do “não-dito”, verdadeiro “silêncio eloquente”⁴⁴:

P. E com os teus irmãos [você já falou sobre sua orientação sexual]?

R. Na verdade eu nunca falei nada. Eu só falei pra minha mãe. Eu nunca falei pro meu pai, pra você ter ideia. Mas eu tenho certeza que ele sabe. Minhas irmãs de lá [da minha cidade natal], todo mundo sabe. Mas eu nunca disse. Mas todas já conheceram várias namoradas minhas, inclusive estando dentro da minha casa e com várias pessoas juntas.

Então eu nunca sei falar, mas sempre conviveram com a gente. Se eu tivesse namorando e tivesse de férias, nós íamos. Minha mãe as acolhia sempre tranquilamente, sem problema nenhum. Então, assim “falar falar”, a gente nunca falou, mas eles sempre souberam dessa forma, porque eu não falo da minha vida e nem eles não me falam da [vida] deles, entre a gente.

(Entrevista com Yvone, realizada em 20/05/2018)

P- Com relação à família extensa, sabem de sua orientação?

R- Então, a galera, a família extensa hoje, praticamente todo mundo sabe, quem não sabe comenta. Minha família é aquela família meio clássica que fala do filho do vizinho, mas não quer falar muito de quem tá dentro da própria família, sabe? Mas comenta, você sabe!

(Entrevista com Adélia, realizada em 20/04/2018)

P - E o resto da família, seus irmãos [sabiam que você estava se relacionando com uma mulher]?

⁴⁴ “Silêncio eloquente é quando você, ao não dizer, está se manifestando”. Barroso, Luís Roberto. Ministro do Supremo Tribunal Federal. In: Conversas Acadêmicas. Versão Eletrônica disponível em <http://www.osconstitucionalistas.com.br/conversas-academicas-luis-roberto-barroso-i>. acesso em 01/12/2018

R- Como eu disse pra você, eu nunca precisei falar nada pra ninguém, e de maneira até atrevida nós fomos nos inserindo como um casal sem precisar dizer nada. As pessoas perceberam o movimento, perceberam o tratamento e qualquer pessoa que chegue perto de nós, percebe nosso tratamento de casal. Então, a gente nunca teve a preocupação de esconder que éramos um casal.

P- Você não sentia a necessidade de revelar?

R - A gente não sentia a necessidade de colocar com palavras pras pessoas porque ficou acordado e, até sem palavras entre nós. Mas, se as pessoas perguntassem, nós iríamos confirmar. O que nunca foi preciso por parte de nenhum dos meus irmãos, pois ninguém nunca perguntou.

(Entrevista com Joanna , realizada em 20/05/2018)

[Para] a minha família extensa era coisa velada, todo mundo sabia mas ninguém falava. Minha namorada transitava, ninguém nunca me perguntou.

Quando eu comecei a namorar com essa que estou agora, oito anos atrás foi que num almoço de família que eu falei era um dia das mães [...] eu estava planejando algumas coisa para depois do almoço, aí eu disse: eu vou sair com minha namorada, e a mais velha que foi a mais aberta perguntou: quem é ela? Ela é bonita? Eu disse: eu acho. Mas, foi a primeira vez que falei abertamente, aos 35 anos de idade.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)

Segundo Goffman (1988, p.60), “a questão da visibilidade deve ser diferenciada de alguns outros pontos: a ‘possibilidade de conhecimento’ de um atributo, sua ‘intrusibilidade’ e seu ‘foco de percepção’”. A possibilidade de conhecimento é o estigma amplamente visível, identificado assim que entramos em contato com outras pessoas (uma queimadura no rosto, por exemplo, uma lésbica com “trejeitos” masculinizados?). A intrusibilidade relaciona-se com “até que ponto” o atributo interfere num fluxo de interação (lésbica com atributos femininos liderando uma reunião de negócios, por exemplo) e o foco de percepção (gay que vive em outra cidade, longe da família).

Foi pelo “foco de percepção” que a mãe de Yvone acolhia a(s) namorada(s) que eram levadas até à casa. De outra forma, a “intrusibilidade” de Joanna e sua namorada/companheira faziam com que a família, ao vê-las se comportando como um casal, assim as tratasse.

As lésbicas e gays que recebem o apoio de seus pais se convertem em pessoas afortunadas e assim verbalizam (VILLALBA apud PLATERO, 2008, p.163):

P – Aí, voltando lá pra sua mãe, [quando viu uma postagem sua na rede social], ela lhe chamou e disse: “Não adianta você...”

R- negar

P- Aí, você falou o que?

P- Eu disse: “Eu não eu não tenho mesmo o que negar não, não tenho o que negar. E não tinha conversado com senhora ainda porque não sabia se era o momento certo, mas já que senhora “tá” conversando, não tenho o que negar, a gente “tá” junta sim!

Minha mãe: - “nam” ,mas você [na postagem da rede social] botou que ia casar!” Eu disse: “Não, aquilo ali era uma brincadeira de rede social, mas há essa vontade também de nos casarmos. Não nesse momento ,mas existe essa vontade entre mim e ela de nós nos casarmos, a gente tinha planos já de construir uma vida juntas entendeu?

Mas, surpreendentemente, a minha mãe foi assim de um calor, de um amor, de uma compreensão que pra uma mulher que foi tão rígida durante minha infância, tão tradicional dentro da criação machista, né? [criação] patriarcal que nós temos da mulher ter que ser responsável pela criação dos filhos e tem que casar e tem... me surpreendeu demais demais

(Entrevista com Joanna, realizada em 20/05/2018)

(grifos acrescentados)

Algumas entrevistas relataram ter revelado sua orientação sexual aos seus sobrinhos, crianças e/ou adolescentes:

Tenho dois sobrinhos: um com 12 (doze) anos, e outro, com quatro. A relação é boa tranquila, apesar de ... eu percebo muito, eles vivem num dilema. As crianças, elas vivem numa cúpula de amiguinhos que os pais são preconceituosos, então meus sobrinhos escutam muito. Um chega falando coisas que ele escutou que eu fico abismada...

[...]

P - Pra as crianças é clara [a questão da sua orientação] ou é subentendida? Você chegou para os seus sobrinhos e disse...

R - Teve uma reunião. Teve um “drama”. A gente fez uma reunião

Aí meu sobrinho disse: “oh, tia, sabe o que o papai, ele me chamou e disse que a senhora é casada com a Tia [nome da namorada]

Eu: “Ah, é?”

Ele: -“Sim, e quem não sabia disso?”

Eu: -“Seu pai achava que você não sabia disso?”

Ele: - “Meu Deus!” [claro que já sabia]

Então, assim, quando está tudo muito ali, a criança já compreendeu.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Por exemplo, no ano passado, o meu sobrinho de 07 anos, eu disse a ele [sobre minha orientação]
 Eu ainda não tinha dito, mas eu percebi que ele estava começando a ficar curioso. Ele dizia a mãe dele: -“Oh, mamãe que coisa engraçada: titia tem [José], [Maria] tem [João], papai tem você, só Cassandra que não tem ninguém, não é casada.
 Então, eu percebi que ele “tava” ficando curioso e se ele “tava” curioso, ele queria saber alguma coisa.
 Eu cheguei para ele quando minha irmã casou no civil. Então eu falei: “[Paulo], eu tô querendo casar também, mas é com [Fabíola]. Ele: -“Com [Fabíola]?” Eu: -“Nós somos namoradas”.
 Não houve nenhuma rejeição, muito pelo contrário. Segundo [Fabíola], depois que eu contei, ele ficou mais amigo dela, os laços se firmaram mais.
 Aí eu perguntei a minha cunhada, ela disse que ele chegou em casa e disse: - “Papai, Cassandra vai casar com [Fabíola]”
 Meu irmão estranhou: - “Cassandra foi contar isso ao menino?”

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

O recebimento acolhedor e “natural” das crianças demonstra que a heterossexualidade é uma construção compulsória, arquitetada pela escola, família e igreja. O reconhecimento dos menores levou em consideração o afeto envolvido na relação. “Revelar-se”, no caso, permitiu às mulheres contar sua própria história. Segundo Platero (2008, p.24), “el sujeto lésbico es construido por los discursos sociales, y a la vez, cómo lesbianas tienen capacidad para construir discursos propios”.

Saindo do círculo de intimidade da família, como as lésbicas administraram a informação social e a construção de sua identidade social perante os colegas de trabalho e/ou de faculdade?

5.3. A (Manipulação) Identidade Social Nos Ambientes de Trabalho e Aprendizagem

Todas as vezes que alguém entra numa organização ou numa comunidade – exemplo de novo emprego – ocorre uma mudança marcada na estrutura do conhecimento acerca do estigmatizado, mudanças no contingente do controle da informação. (GOFFMAN, 1988, p.78)

Vimos nos itens anteriores como as entrevistadas apreenderam para si a noção de possuírem um atributo considerado depreciativo, e como lidaram com isso, diante da família.

Ora, os parentes tiveram acesso a essa informação social: flagraram as

mulheres ao lado de pessoas sabidamente homossexuais, mulheres levaram namoradas-“amigas” para casa, não frequentavam festas, etc., ora ouviram da própria estigmatizada.

Com relação ao ambiente do trabalho, em que a maioria das pessoas é, inicialmente, desconhecida dessas mulheres, elas apresentaram, para a gestão do “estigma”, soluções desde o encobrimento total, passando por uma revelação parcial, até uma visibilidade completa:

P - Como era sua relação [acerca] da [sua] sexualidade no trabalho? Ou isso não era visibilizado?

R - Não, nem pensar. Para mim, o trabalho era um tabu assim sobre isso. Eu não falava, nem ninguém sabia de mim. [...] Era sempre uma coisa para mim que não deveria ser falada.

Tinha pessoas ali que estavam lidando com interesses pessoais, profissionais, então eu não queria misturar. Mas, também foi questão de não ter oportunidade, pois se fosse uma empresa aberta para isso, ou se tivesse uma parte específica do ano para falar sobre isso ou uma palestra sobre isso, quem sabe, né?

Mas, coincidentemente nas empresas que eu trabalhei, as pessoas eram muito fechadas, as pessoas eram muito focadas para o trabalho, eu não via muito essa questão de amizade fora do trabalho, foi muito isso.

P - Mas, se houvesse alguma conversa sobre relacionamentos, no ambiente de trabalho, em algum momento, você era questionada?

Não, não era. Teve um happy hour numa empresa que eu trabalhei dois anos e meio e esse happy hour não era autorizado a levar o “respectivo” ou “respectiva”.

Era para a pessoa se sentir mais a vontade. Então, eram muito focados, e na outra empresa, eram só “velinhas”. Não tinha essa coisa, essa parte íntima e eu sempre fui uma pessoa muito fechada, de ser reservada em determinados locais. Quando eu me permito conhecer, eu me permito, mas também, quando eu não me permito.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)
(grifos acrescidos)

No trabalho, também é bem velado. Eu tenho dois colegas e uma delas é lésbica e um gay, ele é o único declarado entre os [colegas]. As pessoas com quem eu mais tenho contato, sabem. Mas, é velado nunca foi declarado, nunca foi questionado.

Esse amigo que é declarado ele facilita muito as coisas, acho que ele abre o espaço para gente.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)
(grifos acrescidos)

É bem tranquilo porque assim lá no trabalho muitas pessoas são [gays] também, um percentual grande. E a gente lida com isso com muita naturalidade, tanto faz se “hetero”, “bi” ou homossexual.

Todo mundo sabe que sou casada [com uma mulher]. Meu trabalho é interno. Nessa seara, todo mundo sabe, é tranquilo.

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)

A detenção de um atributo depreciativo adquire um conceito mais profundo quando as pessoas para quem o indivíduo encobre são pessoas do seu convívio, a exemplo dos colegas de trabalho. O estigma e o esforço para escondê-lo ou consertá-lo fixam-se, se for o caso do encobrimento, como parte da identidade social (GOFFMAN, 1988, p.76).

Conforme visto, Cecília justificou o encobrimento dela como parte da essência de sua “personalidade”, uma vez que se definiu como uma pessoa “fechada” e “reservada”. Esse argumento se repetiu em outro depoimento, quando nos referimos à relação no ambiente do trabalho:

[Minha namorada e eu trabalhávamos local de trabalho próximos, subordinadas a mesma chefia] Ela ia me buscar e ela ia me levar porque ela tinha uma moto. Ia buscar minha filha no colégio, e vinha na moto para me buscar, eu vivia com ela uma vida social normal.

P – Alguém no trabalho perguntava [sobre vocês]?

R- Porque eu tenho “cara de pau” muito grande. As pessoas tinham vontade, mas coragem [não]

[Em] canto nenhum, sobre nada meu. No só [não perguntavam] sobre sexo. Ninguém chega nem para fazer insinuação porque tem medo da minha resposta do que eu vá dizer.

Eu usei [para você] como exemplo minha filha [que perguntou]: -“Mainha, “tás” onde”? Até hoje, [sempre respondo]: -“Não interessa”.

Nem a minha filha eu dei satisfação, nem a meu pai.

Eu ouvia. As pessoas queriam que eu opinasse com problema com marido namorado. Eu dizia: -“Isso é uma coisa muito íntima, de vocês”. Eu sempre fui muito de respeitar a individualidade do outro.

(Entrevista com Lygia, realizada em 11/04/2018)

(grifos acrescidos)

Acerca dessa descrição, ARC (2008, pp.48 e 49) nos explica que:

Por vezes, [as lésbicas] são o mais discreta possível, seja por temperamento, seja por querer se proteger. E escolhem se calar em um contexto no qual o mero fato de mencionar seus amores sexuais pode transformar o mais amigável dos familiares, vizinhos ou médicos em inimigo feroz.

[...]

Além disso, a não ser que pretendam passar por heterossexuais, as

lésbicas precisam “sair do armário”, já que supostamente somos todos heterossexuais. Assim, elas são sistematicamente levadas a escolher entre mencionar ou mentir sobre sua vida particular. [...] Contudo, o simples fato de viver sua homossexualidade ainda é considerado um gesto exagerado.

Conforme visto, Lygia afirmou não opinar acerca de problemas com marido ou namorado das outras pessoas, asseverando que é uma questão da intimidade. Acerca dessa estratégia, Goffman (1988, p.110) afirma que “recusando ou evitando brechas de intimidade, o indivíduo pode evitar a obrigação consequente de divulgar informação [sobre si mesmo]”.

Retomando a questão da “reserva”, remetendo-se ao ambiente de trabalho, nos falou outra entrevistada sobre seu encobrimento parcial. Acresceu, ainda, a situação de um colega que optou por visibilizar sua homossexualidade:

Tem uma parte da [local de trabalho] que sabe e outra parte, depois eu mesmo fui dizendo. Fui me assumindo: “ -Eu como lésbica, penso isso”, nos espaços mais de diálogos.
 Nunca aconteceu de, [local de trabalho], eu ser questionada [...] nunca cheguei a ser questionada não. Acho que alguns [pessoas do trabalho] sabiam, mas nunca fui confrontada.
 [...] Embora eu nunca tenha permitido uma conduta preconceituosa, mas, às vezes, é muita inocência ouvir colegas sofrerem porque se expuseram demasiadamente...
Eu tive colega homossexual que ele era muito transparente quando ele dizia e [como] se vestia.
 Dos [pessoas do trabalho] questionarem a competência dele por conta da visibilidade: ”-Aquele “viado”, sabe de nada!” e “-‘Viado’ sabe de alguma coisa além de dar o cú?”
 Então, acho que são coisas na nossa sociedade, a visibilidade da homossexualidade na nossa sociedade acaba fazendo trocar a parte pelo todo e o todo pela parte[...] você passa a ser só aquilo ou você é bicha ou é sapatão e pronto!
 Acho que tem formas de a gente conseguir uma visibilidade interessante [...].

(Entrevista com Hilda, realizada em 20/05/2018)
 (grifos acrescidos)

Para Goffman (1988, p.95), em situações assim “aquele que se encobre está sempre atento para ouvir o que os outros ‘realmente’ pensam sobre o tipo de pessoas a que ele pertence”.

Para a entrevistada, visibilizar-se é reduzir-se à condição exclusiva

estigmatizada de lésbica/homossexual, descartando a variada informação social que sua identidade pessoal detém: credo, raça, ideologia política, gostos musicais, etc.. A reserva, o encobrimento seria uma estratégia necessária, diante das atividades a que são as mulheres impostas:

Eu acho que para mim de uma maneira geral não tive tanta necessidade de me expor como lésbica, mas tem pessoas que precisam dessa [visibilidade] ... que é muito importante... é muito legal. As mulheres vivem a homossexualidade diferente dos homens, por isso, elas não sintam a necessidade [de se visibilizar] ... de maneira geral, de maneira geral, a gente vive com mais serenidade...

(Entrevista com Hilda, realizada em 20/05/2018)

Você “tava” falando ainda agora porque as mulheres lésbicas não se manifestam? Não frequentam os “cantos”, não se manifestam e eu pensava: “Porque elas são reservadas”.

Acho que as mulheres, acho que as mulheres lésbicas são mais reservadas pela convivência com outra mulher que também é reservada por ser mulher e por ser lésbica.

Acho que mulher é reservada por passa a vida sendo discriminada, mal interpretada, punida, até por ser mulher, por ter nascido do sexo frágil, por ser mais cobrada para ser do lar, ser mãe, esposa.

Então, quando ela - isso é uma análise minha, não entendo nada da psicologia da psicanálise - quando ela sente que ela vai expandir o lado dela próprio, ela vai estar transgredindo os limites sociais que lhes são impostos. Eu vejo assim, mais ou menos.

(Entrevista com Lygia, realizada em 11/04/2018)
(grifos acrescidos)

Segundo Lygia, a reserva é inerente à essência feminina, corroborada por “limites sociais” que são impostos, a exemplo da responsabilidade sobre o lar, marido e filhos. Acerca disso, Goffman (1988, p.95) afirma que “os relatos que advertem sobre as contingências do encobrimento são parte da moralidade que empregamos para manter as pessoas em seus lugares”.

Para Hilda, as mulheres vivem a homossexualidade de forma diferente dos homens. Segundo ela, “com mais serenidade”. Para ARC (2008, p.24 e 95):

Esse descompasso entre a sexualidade feminina e a masculina tem origem social [...] Na maioria das sociedades modernas, o corpo da mulher ainda é concebido como um ‘corpo para outrem’ – para os homens em particular – e não um ‘corpo para si’. [...]

A diferença [entre a visibilidade lésbica e gay] diz respeito ao seu modo de vida: os gueis saem mais. A rede de comércio e a vida noturna parecem majoritariamente masculinas.

Por isso, Platero (2008, p.25) arremata dizendo que “y há sido uma tarea específica del feminismo reclamar el cuerpo y la sexualidade como próprios”.

Retomando a questão da (in)visibilidade no trabalho, para outra entrevistada, ao revés, é uma questão necessária:

Eu acredito que a minha posição é muito importante para a forma com que as demais pessoas me tratam. Por exemplo, as pessoas mais escondidas, a meu ver, não são tão respeitadas. As que tendem a se esconder mais, porque de um jeito ou de outro, as pessoas vão saber. Eu, no entanto, deixo claro o meu lugar: sou homossexual e tenho uma esposa.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

Hilda quando nos relata sobre seu encobrimento parcial afirmou que “foi se assumindo”, nos “espaços de diálogo”, dizendo - “Eu, como lésbica, penso isso”. Outras entrevistadas relataram a mesma “estratégia”:

Quando surge [no ambiente de trabalho] [o assunto], eu revelo.
Quando surge, normalmente, individualmente, depende do grupo, se for um grupo menos maduro, eu tenho um cuidado maior em tocar na temática, inclusive porque eles estão ali em construção.
Se eu for questionada, não tenho problema nenhum em revelar que sou lésbica e tenho uma companheira e vivencio [essa sexualidade]

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)
(grifos acrescidos)

P - Como é que você administra a orientação [sexual] com as pessoas do trabalho?

R - Eu falo, às vezes, quando é necessário [...] é aberto mesmo. Falo numa defesa [de trabalho acadêmico] que participei Eu falei que “eu e minha companheira”, por exemplo.

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)
(grifos acrescidos)

Para Goffman (1988, p.112), essas “estratégias” se definem como uma ‘revelação devida à etiqueta’:

Uma fórmula por meio da qual o indivíduo admite o seu próprio defeito como uma questão de fato, baseando na suposição de que os presentes estão acima de tais preocupações ao mesmo tempo em que os impede de cair numa armadilha mostrando que não o estão. Assim, o ‘bom’ judeu espera por uma ‘ocasião’ apropriada na conversa com estranho e diz calmamente: “Bem, ser judeu me faz pensar que...”.

Em outra abordagem, as entrevistadas foram convidadas a narrar como lidaram/lidam com a sexualidade no ambiente da universidade, enquanto alunas, considerando que todas afirmaram possuir curso superior. Algumas delas informaram ser completamente visíveis durante o curso da graduação:

Na faculdade, todo mundo sabia que eu era “caso” de Jandira. Tanto é que até hoje o povo diz, não sei se ainda têm esse hábito, diziam: -“Lygia de Jandira”, “Jandira de Lygia”. Não me incomodava.
As pessoas sabiam porque estávamos juntas nas festinhas, nos bares da vida, nessas festas que te falo, que sempre tinha nas casas das pessoas, nos bares que a gente frequentava.

(Entrevista com Lygia, realizada em 11/04/2018)

Lá [na faculdade] era completamente diferente, todo mundo já sabia.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)

Uma entrevistada informou ter optado pelo encobrimento:

Na turma da faculdade, eu não dizia [que era gay], ninguém dizia. Eu acho que, tinha esses três amigos também que eram gays [na sala da faculdade].
Os meninos gostavam muito de brincar, ficava aquela brincadeira entre homens: um tirando onda com o outro, mas não era uma coisa aberta [...] Aí depois, que a gente se formou a gente saiu do armário, [...], mas durante a faculdade não tinha esse diálogo – eu sou gay e tal – não tinha isso não.

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)

E outras, pelo encobrimento parcial:

Alguns grupos na faculdade, já sabem [da minha sexualidade]. Eu também não digo, mas não escondo. É aquela coisa: -“Você é?” É claro que você é! Eu deixo muito a vontade isso. Chegar para alguém e tiver uma afinidade com a pessoa, eu converso com ela tranquilamente sobre isso. Para mim, a sexualidade é uma característica da pessoa, não algo, um tabu.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

P - Na faculdade, as pessoas sabiam da tua orientação sexual?

R- Na faculdade algumas, [...]

P- Na faculdade algumas do teu ciclo mais próximo?

R - Era

(Entrevista com Adélia, realizada em 20/04/2018)

Diante da contradição em ser, para si, um “não-diferente” e, para os outros, um marginalizado, o estigmatizado, a fim de equilibrar esses extremos contraditórios, tenta elaborar um código de conduta. Entre os “códigos de conduta” disponíveis, um que pretende cobrir questões-padrão revela-se bastante indicado: o de revelação e ocultamento. Por isso, “a pessoa estigmatizada é quase sempre prevenida contra uma tentativa de encobrimento completo”. (GOFFMAN, 1988, p.120)

Nesse aspecto, é compreensível a razão pela qual às vezes decidem visibilizar-se, outras, decidem encobrir-se. A utilização desses “códigos de conduta” fornecem às lésbicas a possibilidade de compreender os mecanismos de comportamento para e com o outro, além de consolidar uma atitude em relação ao “eu”.

As consequências [negativas] da visibilização ou descobrimento do estigma será objeto de análise no próximo capítulo, a partir de três recortes: violência, episódios de discriminação e espaços (bares) LGBT.

CAPÍTULO 6

ANALISANDO OS DADOS – O QUE SOFREMOS?

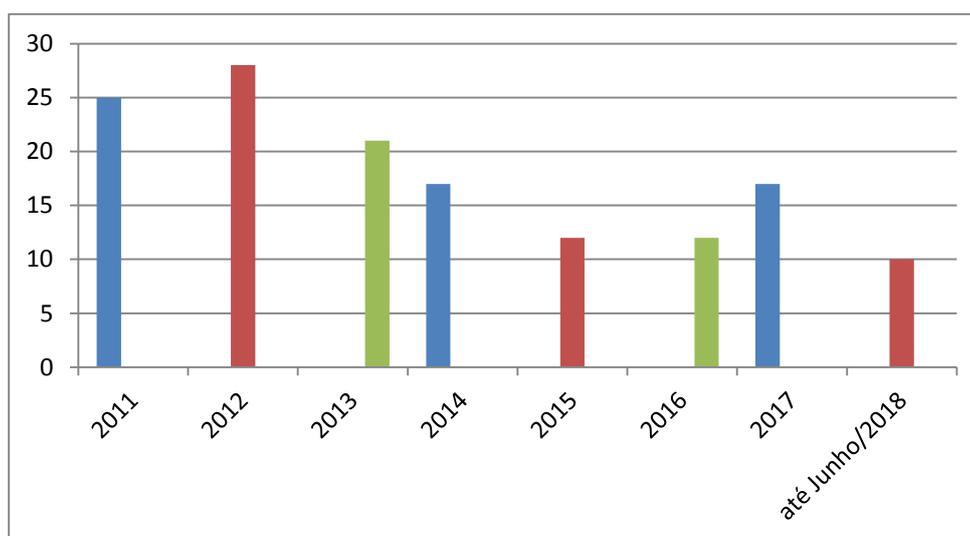
6.1. Da Violência Intrafamiliar e Relacionamentos Abusivos

Há no inconsciente coletivo, a premissa de que um crime lesbofóbico, por excelência, é aquele em que a lésbica caminha, numa rua mal iluminada e é abordada, com fins criminosos, por um ou mais homens (desconhecidos, machistas e intimidadores) que a identificam (por algum sinal de estigma) ou sabem (por deterem informação social) de sua homossexualidade. A partir das nossas entrevistas, será que tal proposição se confirma?

Para servir de contraponto a nossa análise qualitativa, colhemos dados quantitativos construídos pela Delegacia de Polícia Civil da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, apresentados no II Seminário de Vítimas de CVLI⁴⁵ LGBT no Inquérito Policial, realizado na Central de Polícia de João Pessoa, em 18 de setembro de 2018.

Segundo os dados apresentados, entre os anos de 2011 e junho de 2018, 115 (cento e quinze) pessoas LGBT's (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis/Transexuais) foram vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI): homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, no Estado da Paraíba:

Gráfico 8 – Números CVLI em desfavor da população LGBT

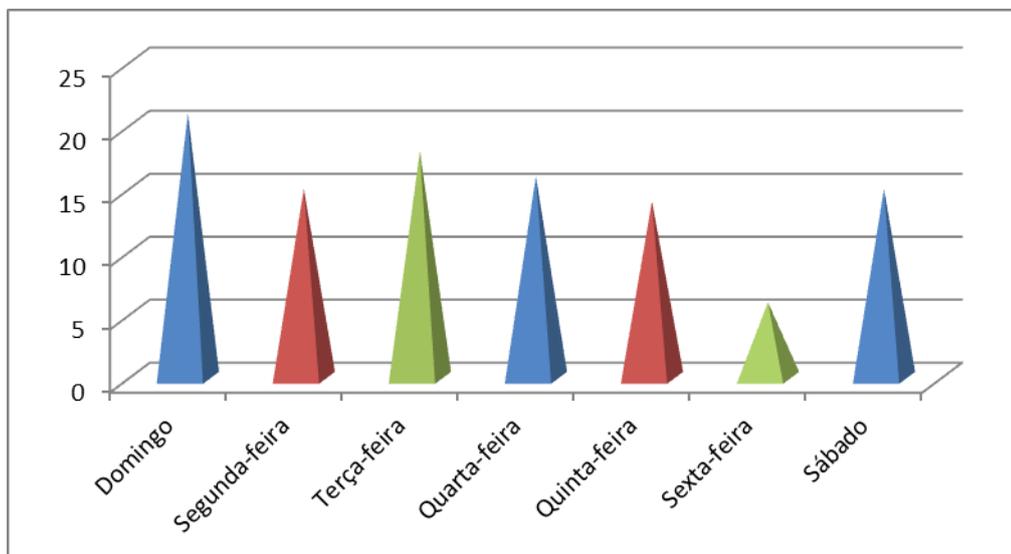


Fonte: Delegacia Geral de Polícia Civil e Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

⁴⁵ Crimes Violentos Letais Intencionais

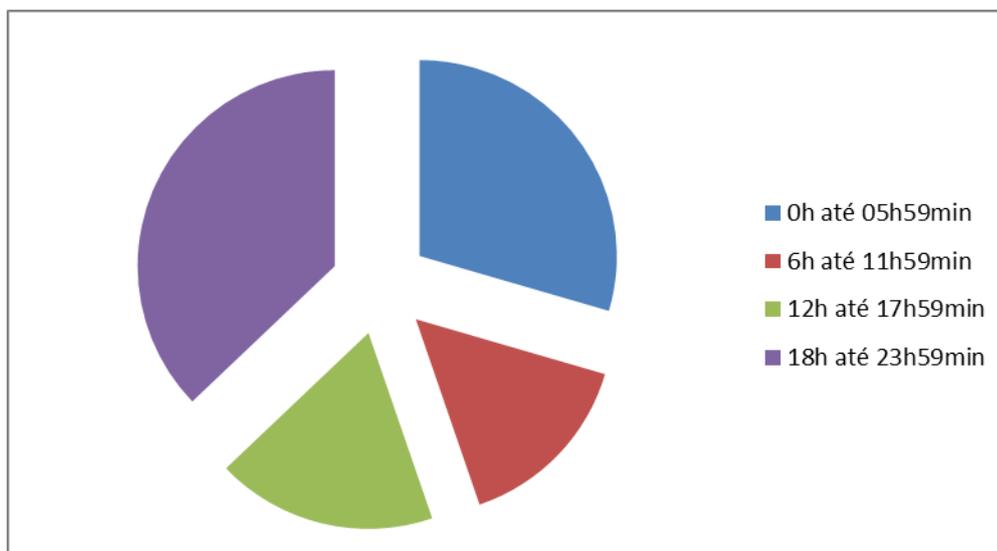
Conforme tal levantamento, a maioria dos crimes ocorreu entre os meses de janeiro e junho, num dia de domingo, das 18h às 6h da manhã do dia seguinte:

Gráfico 9 – Dia da semana com maior incidência de CVLI em desfavor de pessoas LGBT (referência ano 2011 até junho de 2018)



Fonte: Delegacia Geral de Polícia Civil e Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

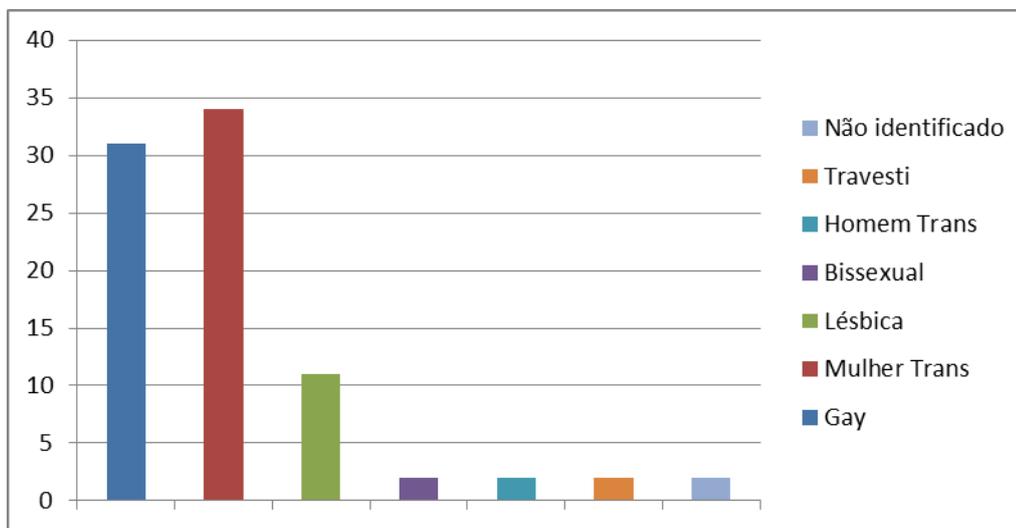
Gráfico 10 – Horário da Ocorrência com maior incidência de CVLI em desfavor de pessoas LGBT



Fonte: Delegacia Geral de Polícia Civil e Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

Recortando os dados no sentido da nossa pesquisa, dentre as pessoas LGBT's vítimas de CVLI, no período analisado, cerca de 10% (dez por cento) foram identificadas como lésbicas:

Gráfico 11 – Incidência por identidade LGBT



Fonte: Delegacia Geral de Polícia Civil e Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

Entre os anos de 2015 a 2017, o mesmo estudo concluiu que a arma de fogo foi o instrumento mais utilizado para o cometimento dos crimes, e constatou que a maioria dentre as pessoas que perpetraram a violência contra os LGBT's eram amigos e/ou conhecidos das vítimas.

Gráfico 12 – tipo de armas utilizadas nos crimes CVLI contra LGBT's



Fonte: Delegacia Geral de Polícia Civil e Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

Gráfico 13 – Relação entre vítima e autor nos crimes CVLI contra LGBT's



Fonte: Delegacia Geral de Polícia Civil e Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

Conforme visto, a população LGBT é vítima desses crimes, em geral, nos finais de semana, durante a madrugada, tendo como autores amigos e conhecidos. Os Dados apresentados referem-se a crimes específicos – homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte – cometidos contra a população LGBT em geral.

No nosso recorte, da análise qualitativa das entrevistas, tem-se que, diferentemente dos dados apurados pela Delegacia Geral, as lésbicas são vítimas de crimes como ameaça, lesão corporal e injúria.

O que se observou, ainda, através de nossa análise, foram relatos de violência perpetrada por familiares (pai, mãe, irmãos, tios) ou pelas pessoas do círculo de afeto das mulheres (namoradas, companheiras, esposas.), como bem sintetizou uma das entrevistadas:

O maior temor é familiar, no sentido do afastamento, da agressão, das cobranças que vão ter. De não ferir papai e mamãe, de ser o desviado ou a desviada da família. Enfim, de ser o torto ou a torta da família, isso é ser muito presente ainda. O preconceito por excelência é o de dentro da família

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)
(grifos acrescentados)

Esse “preconceito”, conforme nos conta Cleo, foi expresso através de agressões físicas perpetradas pelo genitor, quando ele recebeu a “informação social”

acerca das companhias com as quais sua filha andava e, num segundo momento, ao saber que a filha sairia de casa para morar com uma mulher:

Meu pai me espancou algumas vezes, inclusive adulta. Porque eu chegava tarde da noite, não só por isso, mas porque eu o enfrentava. Ele dizia: “- Você está com A, com B ou com C”? Porque ele nem sabia o nome, porque eu não apresentava [as pessoas].
 Algumas pessoas, eu nem apresentava e aí ele me proibia.
 E eu dizia: “- Não, você não vai me proibir!” E aí, ele me agredia, na frente da minha mãe e dos meus irmãos. Minha mãe, às vezes socorria, mas ela não tinha forças para aquele homem tão agressivo que estava ali.
 [...]
 Eu me envolvi com uma mulher muito insistente, e “tava” lá. Me envolvi de tal forma que essa mulher se mudou da cidade dela e veio para cá e eu queria sair de [casa] e fui enfrentar essa história achando que dá[ria] tudo certo, que o paraíso, estaria ali.
 Enfim, por isso, eu fui bastante agredida por meu pai porque eu disse que não ia morar lá na casa deles mais, ia morar com essa pessoa e ele me agrediu adulta.

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)
 (grifos acrescentados)

Segundo CAPRIO (1978, p.283), “ao descobrir que sua filha mantém relações homossexuais, certos pais cometem o erro trágico de agir irracionalmente”. Na França, os relatórios da SOS Homofobia (ONG), que analisa telefonemas e mensagens das vítimas, relativos ao ano de 2005, concluíram que a família é o lugar por excelência da lesbofobia, assumindo a forma de “discriminação (41%), de insulto (24%) e de difamação (21%)”. (ARC, 2009, p.48).

Nesse sentido, uma das entrevistadas nos conta um episódio ocorrido em festa familiar, quando ela já havia contado aos pais e os irmãos acerca de sua sexualidade:

Aconteceu um episódio muito chato.
 Numa festa na casa do meu irmão, que na época morava próximo da casa da minha tia e minha tia até o momento não sabia [da minha sexualidade]. Meu irmão passou um pouco do limite do álcool e aí eu “tava” chegando na festa e ele falou: “-Chegou a minha irmã lésbica!”.
 E aí meu tio teve uma atitude também até vulgar comigo, ele disse umas palavras de baixíssimo calão, o que me fizeram querer retirar da festa. Aí, eu me retirei.
 P- O que seu tio disse?
 R - Ele “tava” com o copo na mão (meu tio). Aí meu irmão falou: “-Chegou minha irmã lésbica. Quem diria? Tanto investimento para chegar e ser lésbica?”

Aí meu tio fez: “-Ah, não se preocupe muito com ela, porque esse tipo de gente pode desenvolver trabalhos muito bons porque essa gente mexe muito bem com a mão, trabalha muito bem com a mão”. E fez um gesto “assim” no copo. E aí, eu: “-Meu Deus! Que coisa desnecessária!” e aí eu olhei pra um e para outro, balancei a cabeça e sai.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Segundo Pillar Villalba (In:PLATERO, 2008, p.163), numa tradução livre do espanhol:

A atitude de rechaço produz grandes problemas na comunicação e um grande sofrimento por parte dos afetados, sobretudo às mulheres, que se sentem culpadas pela dor que estão inflingindo na família por não corresponder às expectativas dos pais, como qualquer filho ou filha.

[...]

O sistema educativo e familiar são os contextos onde se vivenciam maiores dificuldades ligadas à homossexualidade, onde se produzem episódios com maior agressividade. As agressões adotam as formas de insultos, humilhação verbal e ameaças de “banimento”.

Conforme visto, o tio de Cecília afirmou que não se deve se preocupar “com essa gente”, referindo-se às lésbicas, categorizando-as fora da “gente normal”. Para Platero (2008, p.24), a lésbica incomoda porque:

La lesbiana es una sujeta mestiza que rompe la lógica binaria, una persona que incómoda que no existe identitariamente y que sin embargo tiene capacidad para generar formas creativas de resistência y señalar las exclusiones sociais de las que es objeto.

Outra forma de violência explicitada pelas entrevistadas foi a perpetrada por suas namoradas/companheiras:

Eu realmente era muito apaixonada. Depois, eu descobri que vivia um relacionamento abusivo.

Às vezes, eu tenho pesadelo que a gente voltou, porque era uma coisa assim tão doentia que fazia muito mal. Mas, [na época], eu estava sempre voltando para aquela situação. Nunca moramos juntas, nos 10 anos que ficamos.

Era abusivo por conta de ciúme. Todo mundo que chegava perto [de mim], na ótica dela, era com uma intenção [de flertar][...] ela foi me afastando, ela foi fazendo minha cabeça dizendo que toda a relação que eu tinha, fosse de amigo de escolas, de faculdade, [...] eram prejudiciais, que todo mundo a odiava.

A partir de então passamos a fazer amigos em comum, nas vezes em que

eu acabava [o relacionamento], ela dizia que eu ia ficar só, que ninguém ia gostar de mim como ela gostava, que ninguém ia fazer comigo o que ela fazia, que ninguém me apoiava, que eu não tinha amigos [...]

Ela me perseguiu. Eu fiz [curso de graduação na área de humanas] e depois ela entrou [no mesmo curso] também, não tinha nada a ver com ela.[...]

Ela dava um jeito de chegar perto. Ela já entrou com uma arma lá em casa ameaçando se matar, me obrigando a ir com ela em lugares se não ela se mataria. Na realidade, eu não tinha medo de ela se matar, eu tinha medo que ela me matasse, eu tinha medo de dizer essas coisas a qualquer pessoa, eu tinha medo e vergonha de me queixar para alguém[...]

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)
(grifos acrescidos)

Em tese de doutorado em psicologia, defendida perante a Universidade Católica de Pernambuco, RABELO (2015, p.28) estudou a violência conjugal entre mulheres lésbicas, e escudado em TOPA (2010) asseverou que:

Admitir a violência nas relações lésbicas implica questionar as tradicionais concepções e formas de relacionamento conjugal entre mulheres, concepções essas que perpetuam estereótipos veiculados através do modelo heteronormativo (“butch” vs. “femme”, por exemplo), e assinalar um comportamento “impensável” em relações tidas como mais simétricas e igualitárias em termos de poder.

Segundo a entrevistada Carolina, ela “tinha medo e vergonha de se queixar para alguém”. Para Santos (2012), a violência conjugal entre lésbicas coloca mulher numa situação de “particular vulnerabilidade, decorrente do estatuto invisível de sua biografia íntima.”

Incluem-se nestes fatores de opressão o isolamento, a falta de rede sociais de apoio (família, amigos, vizinhos), a homofobia internalizada, a falta de formação de agentes institucionais e as ameaças de outing em contexto familiar e profissional (idem).

A decisão, então, de não visibilizar a violência sofrida remete-se, diretamente, à necessidade de encobrimento da própria orientação sexual. Denunciar à violência é “revelar” o atributo depreciativo com as consequências que o estigma traz.

Em outro trecho, Carolina afirma que “era abusivo por conta do ciúme”. Para Caprio (1978, p.168), na perspectiva da época:

O fato de a maioria das lésbicas manifestar ciúme está relacionado com

sua imaturidade emocional. Geralmente, a lésbica agressiva tem ciúmes de sua companheira passiva e mais feminina. Seu amor é de natureza possessiva.

[...]

Às vezes, seus impulsos de ciúme geram reações de grande violência.

Outra questão apontada pelos autores (Rabelo, 2015; Santos, 2012; Topa, 2010) que se propuseram a estudar a violência conjugal entre lésbicas foi a “assimetria de poder” na relação, definida, entre outras questões, pela dependência financeira, conforme bem assinalado por uma de nossas informantes:

Eu fiquei alguns anos sem falar com ele [meu pai] por conta disso [das agressões sofridas e por ter saído de casa para morar com uma mulher]. Sofri muito com essa pessoa. Ela me chantageou do início da relação até o final [...] Além disso, ela usava arma de fogo. Então, eu tive muita arma de fogo na minha cabeça. Então, eu cheguei a tal ponto...

P – Ela era policial?

R - Não, ela não era policial. Chegou a um ponto de [eu] ter uma depressão profunda, desenvolvi uma tumorção, porque somatizei, por toda essa pressão que eu me deixava passar. **Porque eu era dependente financeiramente e acabei sendo dependente psicologicamente.**

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)
(grifos acrescidos)

A invisibilidade da violência dentro de um relacionamento lésbico tem raízes de ordem cultural. A suposição é de que entre mulheres não existiria violência, porque a essência feminina é de passividade, de docilidade e subordinação. Segundo Santos (2012), “algumas interpretações, influenciadas por correntes feministas e foucaultianas [...], leem a violência segundo um paradigma dicotômico de desigualdade de gênero (Hester, 2004) que faz coincidir a agressora com um modelo masculinizante de sexualidade”.

A masculinidade compreendida como virilidade, uso da força física, não estaria adstrita aos homens, conforme se extrai da narrativa da informante:

Ela [minha namorada] tinha um perfil de violência. **Ela me agrediu duas vezes fisicamente.** [...] na primeira vez, ela tinha me dado um colar uma correntinha e a gente conversando eu disse algumas coisas para ela e ela quebrou o colar com a mão no meu pescoço, não me feriu, mas partiu meu colar.

Na segunda atitude violenta dela, eu decidi que não queria mais. Ela não

me bateu, mas ela me segurou com muita força, muita força e disse que eu não tentasse enfrentá-la que era muito forte.

Ela não chegou a bater, mas ela me segurou com uma força, e acho que se eu tivesse meio desafiado ela naquele momento ela tinha teria me batido.

(Entrevista com Hilda, realizada em 20/05/2018)
(grifos acrescidos)

Com relação à agressão num relacionamento lésbico, fala-se (Santos, 2012) num “duplo armário”, porque as mulheres estariam estigmatizadas por serem lésbicas e por estarem na condição de agredidas. Duplo atributo depreciativo que indicaria a necessidade de encobertamento, para evitar o rechaço social.

Saindo do círculo íntimo de familiares e companheiras/namoradas, observa-se que a visibilidade (pelo foco de percepção e/ou intrusibilidade) foi rechaçada por outros atores sociais (estranhos, amigos, conhecidos), conforme explicitado pelas entrevistadas, no tópico que desenvolveremos a seguir.

6.2. Episódios de Discriminação

Conforme visto no capítulo anterior, a visibilidade deve ser conjugada com três fenômenos: a possibilidade de conhecimento do atributo, sua intrusibilidade e o foco de percepção. Por essa razão, considerando que em algum momento, a lésbica terá um episódio de “intrusibilidade”, ou permitirá um “foco de percepção”, “cada grupo de estigmatizados parece ter seu repertório próprio de relatos de advertência sobre uma exibição embaraçosa e que a maior parte de seus membros pode dar exemplos de suas próprias experiências. (GOFFMAN, 1988, p.96)

Com a minha primeira [namorada], estávamos num restaurante, veio um homem na mesa - essa minha primeira [namorada] era masculina e eu era novinha.

Ele veio com gracinha e eu não gostei. Ele veio dar uma ficha de telefone: “-Toma uma ficha de telefone para vocês ligarem uma para outra!”

Aí começou a discussão.

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)
(Grifos acrescidos)

Rachel conta que, quando passou por esse episódio de rechaço, sua namorada era “masculina” o que a(s) colocou numa situação de “evidencialidade” pelo fato de a garota portar um “sinal de estigma”, conforme analisado no item 2 do

capítulo quarto.

A perceptibilidade do estigma na lésbica masculinizada foi destacada por Beauvoir (2009, p.521), no início da década de 50, quando no capítulo intitulado “A lésbica”. A autora, referindo-se a arquétipo comum da época, afirma, referindo-se a características consideradas masculinas, que “de bom grado imaginamos a lésbica com um chapéu de feltro, cabelos curtos e gravata”.

A visibilidade, pelo sinal de estigma foi o que definiu o episódio de discriminação narrado por Rachel. Já Clarice nos narra um momento de discriminação, explicando abertamente se tratar de um “foco de percepção”:

P – Teve alguma dificuldade de contar sobre sua sexualidade?
 R -[...] Eu acho que cada trajetória é uma trajetória. Na verdade no momento em que eu própria fui me descobrindo, as pessoas que estavam próximas de mim, já participando disso, digamos, assim, então, eu não precisei dizer: “-eu sou lésbica!”, sabe?.
 Mas tinha momentos de rebeldia que eu fazia questão, às vezes, de dizer. Aqueles momentos que a gente resolve se reafirmar.
 Então, não era nem falar, mas era assim, andar de mãos dadas, ou então beijar em público, na boa assim. Eu fiz isso algumas vezes com a [ex-namorada], porque como ela era muito livre, e era bem naquele momento que eu “tava”...
 P- E repercutiu de alguma forma, fazer isso?
 Teve um caso que repercutiu bastante. No Show, eu e [minha namorada], aqueles Shows de [nome da cidade], na praia tal, e a gente estava namorando em público mesmo, se beijando e tal.
 E as pessoas que estavam comigo, minha irmã estava comigo, um amigo e um namorado dela, também estavam comigo. E tinha um casal, eu “tava” embriagada, eu nem lembro, mas tinha um casal do lado, “hétero”, em uma faixa etária de cinquenta e poucos anos, que estava revoltadíssimo [com a situação].
 Assim, segundo eles: “-Absurdo, isso aqui!” E tal. E eu parti pra briga [...] [O namorado da minha amiga] que é um cara bem gentil, [...] meio que ficou lá tentando controlar a situação, sabe?
 Eu não me lembro desse casal, porque eu “tava’ realmente, muito embriagada, mas aconteceu isso. Eles ficaram revoltados e tal, porque a gente estava ali.

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)

Os “normais” desenvolvem concepções objetivas ou não que desqualificam o portador de determinado estigma (GOFFMAN, 1988, p.62). Se uma mulher está ao lado de outra mulher, ainda que sejam namoradas, isso não tem qualquer “impacto” para os normais. Contudo, quando uma passa a “beijar” a outra na boca, essa atitude cria um “foco de percepção” que leva ao “reconhecimento” do estigma e

possível rechaço social. Nesse sentido, narrando outra situação de “foco de percepção”, contou Lygia:

Há uns anos atrás, eu e [minha namorada] viajavamos muito e teve uma cidade aqui do interior que eu sou louca por ela [pela cidade]. Quando eu cheguei com ela [na cidade], tinha feito uma reserva do hotel pelo telefone e eu tinha dito que eu queria um quarto com cama de casal. E quando eu cheguei, o gerente disse: “- A gente se enganou, a gente separou uma cama de casal, mas temos um quarto com duas camas de solteiro”

Aí [minha namorada] olhou para mim, porque era muito tímida, querendo que eu dissesse: “- tá certo”

Eu disse: “-Não, realmente não houve engano por parte de vocês não. Eu disse que queria uma cama de casal”.

O atendente disse: “-É porque eu pensei que fosse um casal”.

E, eu disse: “-Somos um casal”.

Ele [balbuciou]: “-É porque aqui no hotel...”.

Eu: “-É porque tem alguma regra impeditiva? O senhor tem que ter uma base legal para nos impedir de dormir com outra pessoa independente de ser homem ou mulher numa cama de casal. Eu estou pagando, eu sou uma consumidora como qualquer outra”.

Essa foi a primeira vez e a única na minha vida e até hoje a única que eu fui discriminada pela minha opção.

(Entrevista com Lygia, realizada em 11/04/2018)

Pela concepção objetiva do recepcionista do hotel, “uma cama de casal” só poderia ser destinada a um homem e uma mulher (relação heterossexual). Lygia, entrando no “foco de percepção”, informou que o pedido da cama de casal estava certo, pois elas formavam um “casal”, sendo necessário lançar argumentos legais (“ser uma consumidora como qualquer outra”) para ter a hospedagem contratada. Para Portinari (1989, p.55), esse confronto necessário se justifica por duplo viés:

A homossexualidade feminina esbarra no tal estigma do passivo sexual e no estigma que pesa sobre a feminilidade, problemas com os quais essa homossexualidade teria que se defrontar de qualquer maneira para poder existir no mundo.

Outra situação foi exposta, sem se associar à “perceptibilidade” ou ao “foco de percepção”. Dessa vez, a entrevistada referiu-se a relações íntimas e, por conta disso, o mau uso da informação social que o “normal” detinha:

Eu entrei [no meu segundo curso de graduação] com 30 anos e tinha esse menino, tinha 18 [anos], nós entramos [na faculdade] juntos.

Eu adorava ele, intelectualmente falando, eu achava ele o máximo. Ele era muito novinho, mas ele era muito inteligente -achava isso massa- ele era muito sensível, cheiroso. Ele era, ele é diferente.

Mas, meu sentimento por ele era de amizade. Só que ele era o “ganhão”. Ele namorava cinco meninas ao mesmo tempo e ele queria “pegar” todo mundo. Fomos ficando muito amigos e não sei se ele se apaixonou por mim, acho que ele se apaixonou por mim - não sei se posso falar do sentimento dele- e eu dizia: “-Eu sou lésbica, não adianta!”

E ele vinha com aquele papo: “-É porque você não conheceu o homem certo”.

Eu disse: vou mostrar a ele que não é por aí. Nós começamos a namorar, namoramos um mês e meio e um bom tempo desse passei [na capital do Estado], na casa das minhas amigas.

Nós nunca consumamos a relação sexual. Não era...não tinha jeito...Nesse caso, ele foi super gentil, ele nunca forçou tal, mas chegou um ponto que ele disse: “- eu desisto: você devia voltar para sua namorada!”

E eu: - “Ah, tá! E aquela história que eu não conheci o homem certo?”

Assim, foi maldade minha, eu fui cruel. Um amigo em comum disse que ele sofreu bastante e ele espalhou para a universidade toda (que eu era lésbica).

Diretamente, eu não sofri rechaço, mas o amigo dele ficou sabe aquela coisa da solidariedade entre os homens: “-ah, fez o meu amigo sofrer, o bichinho, tal!

Esse amigo que era em comum se afastou de mim, e uma amiga que também era em comum ficou com ódio de mim, porque tipo assim: “-Se você sabia que era lésbica, porque foi mexer com o menino? Inclusive essa amiga e ele são casados.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)

Insatisfeito por “não ter sido o homem certo” e, detentor, por ser amigo e depois namorado, da informação social da homossexualidade da entrevistada, o rapaz “espalhou para toda a universidade” que ela era lésbica. Segundo Goffman (1988, p.65), “as pessoas íntimas podem vir a desempenhar um papel especial na manipulação de situações por parte do desacreditável”, ora as encobertando, ora as revelando.”

Joanna relata uma situação em que ela e a namorada eram “visíveis”, uma vez que o grupo sabia da relação afetiva entre elas. E, por causa de uma situação de “intrusibilidade”, decorreu-se um episódio de discriminação silenciosa:

Na nossa chegada num hotel voltando de [cidade do interior] pra [capital de país estrangeiro], tínhamos um problema: num grupo de 9 pessoas, havia

três casais, mas só conseguiram dois quartos de casal.
E, eu e [minha companheira] chegamos primeiro no hotel e um outro casal. Todos dois casais que chegaram primeiro optaram pelo quarto de casal e o [terceiro] casal que chegou por último não ficou com o quarto de casal, só por uma questão de chegar por último mesmo. [...]

O rapaz, o marido [do casal hétero que chegou atrasado], ficou completamente revoltado com esta situação. A mensagem que me passou foi que eu e [minha companheira] merecíamos menos o quarto de casal do que ele e a esposa dele, por nós sermos duas mulheres e eles serem um casal tradicional, não que ele tenha verbalizado isso, mas as atitudes dele, entendeu? Me fez chegar esta conclusão.

(Entrevista com Joanna , realizada em 20/05/2018)

Na “concepção objetiva” do marido, o casal de lésbicas, por estar num patamar menor (atributo depreciativo), deveria ter cedido o quarto com cama de casal para o par tradicional. Isso porque “a familiariedade não reduz necessariamente o menosprezo” (GOFFMAN, 1988, p.63)

Quando o “defeito” da pessoa estigmatizada pode ser percebido ao lhe dirigir a atenção (seja pela visibilidade, pela intrusibilidade ou pelo foco de percepção) é provável que estar presente entre os normais, a exponha a situações de “invasões de privacidade”, que esses não sofreriam, mormente quando “as crianças a observam fixamente” (GOFFMAN, 1988, p.25):

P. Você e sua esposa atual já sofreram algum tipo de discriminação por causa dessa visibilidade [informante declarou que costuma beijar e andar de mãos dadas em público]?

R. Só de olhares, assim. Um exemplo, semana passada, por exemplo, nós fomos caminhar, descemos da moto, deixamos o capacete e quando a gente saiu deu um beijinho “assim”.

E quando a gente olhou tinha uma “molecota”, tinha uma menina de mais ou menos 8 ou 10 anos, a menina ficou assim: “paralisada”, ela “tava” comendo e ficou com um biscoitinho na mão, de boca aberta, olhando para a gente.

Outra vez, [numa cidade da Região Metropolitana de uma grande capital], a gente estava se beijando e uma menina disse: - “olha, mãe, aquelas duas mulheres!”

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

Esse “desagrado” (invasões de privacidade), em situações “públicas” - quando o “defeito” da pessoa estigmatizada pode ser percebido ao lhe dirigir a atenção (seja pela visibilidade, pela intrusibilidade ou pelo foco de percepção) - pode

ser aumentado por “estranhos” (pessoas sem qualquer intimidade) que se sentem livres para entabular uma conversa por mera curiosidade ou pela intenção de “revelar” à pessoa a um familiar. (GOFFMAN, 1988, p.25) Nesse sentido, foi o evento narrado por Cassandra e por Cleo:

[Houve um episódio também] Quando estávamos [eu e minha esposa] numa grande festa de interior, ano passado, assistindo um show e namorando muito.

A minha cunhada disse que a menina que faz a unha dela, como se não soubesse disse: “- Aquele menina que ‘tá’ no facebook de cabelo diferente, é alguma coisa tua?”

Minha cunhada respondeu: “-É minha cunhada!”

Manicure: “- É porque elas ‘tavam’ lá [na festa] namorando, menina! Era tanto beijo, era tanto não sei o que, precisava ver o amor delas, o carinho. A dos cabelos diferentes, Ave Maria!, era tanto cheiro na morena, a gente foi tirar uma selfie e “sem querer” eu filmei. Quando olhei ‘tava’ filmando.”

Só que a gente acha que ela não filmou sem querer, ela filmou porque quis, porque chamou a atenção dela. Mas a gente nunca passou assim nenhuma situação de ser abordada de gente dizendo: “- Ai que imoralidade vocês estão erradas”.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

Nunca tive nenhuma abordagem, nenhum tipo de episódio que eu acintosamente tenha sido discriminada. Um único que eu soube: uma prima do meu pai encontrou com uma irmã da minha mãe, e essa prima disse: “- Cleo é muito sapatão!”

Aí disseram: “-o que você tem a ver com a vida dela?”

A resposta foi ótima.

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)

Segundo Villalba, “la desvaloración social de la homosexualidad acabará materializándose em acciones discriminatorias sobre el sujeto. Otro Elemento que refuerza la validez del discurso social es su capacidad numérica, dado que la opinión de la mayoría ejerce el controle social (In: PLATERO (COORD.), 2008, p.151).

Essa proximidade do “normal” em situações de visibilidade pode ocorrer entre pessoas conhecidas – familiares – que, expressando uma intimidade inexistente – desejam entabular uma “conversa”, para “naturalizar” a situação.

P – Você já teve algum episódio de discriminação na família?

R – Não teve de discriminação, mas houve uma situação engraçada que eu não achei discriminatória. Talvez fosse, não sei.

Eu estava com uma namorada na casa da minha mãe. Lá estavam meu irmão e um ex-cunhado meu. Aí eles olharam bem pra ela [minha namorada] e olharam para mim e falaram: “-Nossa, essa é muito bonita!”.

Foi o único comentário que eu não vejo como discriminatório, mas um pouquinho abusivo, mas uma tentativa de se aproximar de mim, como se eu fosse o terceiro homem da história.

Eu falei: “-Tá, pode parar!, cortou aí”. Depois, nunca mais. Mas, de discriminação, não. Na minha casa, a gente não teve essa criação.

(Entrevista com Yvone, realizada em 12/03/2018)

O problema (da visibilidade lésbica) é especialmente significativo porque confluem em duas situações: 1. das próprias implicadas, para as quais resulta difícil reivindicar sua condição por medo do rechaço social, dos problemas profissionais e dos conflitos familiares que podem ocasionar, e por outro lado, 2. da sociedade, que opta por olhar para o outro lado, não tomando conhecimento da questão.

Nossa sociedade é penalizadora e controladora. Há duas formas de controle social: o controle formal (sanção jurídica e patologização) e o controle informal (rechaço social pelos discursos da Igreja, Escola e Família) em mútua interrelação.

O controle informal em vigor, ainda, é muito eficaz. Conforme visto, as mulheres que, de alguma forma visibilizaram sua condição sexual, foram rechaçadas pela família, por um recepcionista de um hotel, por uma manicure, por um casal de amigos/conhecidos, pelo ex-namorado e colega da faculdade, pelo rapaz do bar (incomodado por uma das meninas “ser” masculina) e pelo casal tradicional que achava “absurdo” duas mulheres se beijarem, diante de um show à beira mar.

Segundo Goffman (2010, p.13), “as regras de conduta em ruas, parques, restaurantes, [...] e outros lugares de ajuntamento de qualquer comunidade nos dizem muito sobre suas formas mais difusas de organização social”. Enfrentado o rechaço (e a conseqüente análise da necessidade e possibilidade de (in)visibilização) perante estranhos ou conhecidos fora do círculo da família, trabalho e faculdade, sigamos para o recorte acerca da frequência e permanência em espaços de conforto: casa, “guetos” e bares LGBT.

6.3 Dos Espaços de Conforto: Casa, “Guetos” e Espaços LGBT

Nos itens anteriores, acompanhamos o exercício do controle informal em desfavor das lésbicas. Tais eventos se deram através do recepcionista de hotel até por um casal conhecidos de amigos. Aconteceram nas ruas, nos bares, na areia da praia e, também, no interior da residência familiar.

Daí nossa indagação para as mulheres no sentido de esclarecerem em que ambiente(s) a visibilidade “confortável” da sexualidade pode se dar? O que dizer da existência e (des)importância de espaços (bares) voltados ao público LGBT?

Segundo Goffman (1988, p.144), considerando a tensão que existe entre normais e estigmatizados, buscando um ajustamento, pode ser que um evite ter o contato com o outro. Daí a possível solução no sentido de “cada um pode ficar com seus iguais”.

A maioria das entrevistadas apontou conforto numa convivência social com outros LGBT’s ou com “informados” (ainda que familiares):

O que eu vejo dentro das relações femininas sociais, dentro da convivência, [...] hoje, ainda é mais forte. Naquela época minha que iniciei minha vida de entendida, já existia e hoje é mais forte devido à violência que estamos vivendo. Muito mais forte a questão de encontro de casais ou simpatizantes também, dos amigos. Inclusive, tem uma casa de amiga minha [...] é estilo bar, não é aberto ao público, é aberto para nós, entendeu? [...]

É o canto onde a gente se diverte, encontra pessoas queridas, dança, namora a vontade, se quiser dar um beijo dá, se quiser abraçar, abraça, dançar com sua companheira ou com as amigas.

(Entrevista com Lygia, realizada em 11/04/2018)

P – O círculo social de vocês [você e sua namorada], como é?
Alguns amigos. Não muitos. Temos muita proximidade com os familiares: eu, com o sobrinho; ela, com meu irmão. Ela é assim com meu pai: tipo, meu pai não conta nada para ninguém, e conta para ela, enfim.
Nós temos nossos amigos, nossos colegas. Não temos centenas de amizade, mas temos bons amigos. Aqueles amigos que podemos contar. Podemos conversar. [Aqueles] que fazemos programações juntas e tudo mais. Temos, podemos considerar que temos amigos de qualidade.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Uma estratégia amplamente empregada “pelo sujeito desacreditável é

manusear os riscos, dividindo o mundo em um grande grupo ao qual ele não diz nada e um pequeno grupo, ao qual ele diz tudo e sobre o qual, então, ele se apoia.” (Goffman, 1988, p.106).

A casa, considerando que todas as entrevistadas moram sozinhas ou com companheiras, também foi descrita como um ambiente acolhedor:

P – Quais são seus círculos sociais e as suas programações aqui na cidade, no momento?

R- Eu sou caseira. Trabalho, volto...eu não sou muito de sair, né? Quando a gente sai ou quando eu saio é sempre na casa dos outros ou aqui em casa. Eu não sou muito “baladeira” mais não. Sou Tranquila, prefiro ficar em casa.

P – É uma programação diurna ou mais noturna?

R- É indiferente. Eu gosto de fazer tudo, mas eu gosto muito de ficar em casa. E tenho um círculo de amigos que também gosta muito de ficar em casa, receber em casa. Então, eu fico mais em casa. Eu gosto de sair quando rola alguma coisa, alguma festa.

(Entrevista com Yvone, realizada em 12/03/2018)

P - Em geral, suas atividades do ponto de vista da recreação?

R -A convivência lá em casa, os amigos lá em casa. A gente vê um filme, vê uma série, “joga” muito, joga “war”, “imagem e ação”, esses [jogos] que mexem mais, tipo “perfil”, “perguntas e respostas”, coisas assim.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)

Segundo ARC (2009, p.109), as lésbicas, por vezes, “afirmam não se sentir bem em um meio artificial, centrado no *clubbing*, na azaração e no *look*”. Elas são bastante ligadas à comunidade homossexual, onde “consiste sobretudo um sentimento de solidariedade e identificação (idem, p.108):

Meus dois melhores amigos são [da época] do grupo da igreja. Um é bem gay, o outro, é bem “hétero” e eu sou bem lésbica.

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)

A gente sai muito com amigos, vai para casa de amigos, come uma pizza, [saímos com] amigas em comum.

Vai pra uma pizzaria, um bar, não LGBT. Tipo, vamos comer um sushi, uma coisa mais recatada, sem ser balada, outra prioridades, a gente vai tendo outras prioridades. E [antes] gostava de boate, a gente não perdia um sábado.

Nossas amigas/amigos são gays. Tem um casal “hétero” que não saem muito, mas a gente vai na casa deles.

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)

Entre iguais ou informados, ninguém precisa se encobrir. Não há necessidade de manipular a informação social. Por isso, ARC (2009, p.109) afirma que “o separatismo pode causar desconforto, pois aparentemente confirma a ideia de que os/as homossexuais só conseguem ser felizes quando estão entre si, protegidos/as da hostilidade social.”

Para Goffman (1988, p.92), pensando a partir da rotina diária de um estigmatizado, é possível classificar os lugares de sua frequência em três tipos:

1. Lugares proibidos ou inacessíveis, onde pessoas do seu tipo estão proibidas de ir;
2. Lugares proibidos mas que são acessados pelo “intruso” com um disfarce e aquiescência dos “normais”;
3. Lugares proibidos nos quais pessoas desse tipo são tratadas cuidadosamente e, às vezes, penosamente, como se não estivessem desqualificadas para aceitação rotineira, quando, na verdade, de uma certa maneira, o estão; e
4. Lugares retirados onde pessoas desse tipo podem se expor e perceber que não precisam esconder seu estigma e nem se preocupar com tentativas feitas cooperativamente para não prestar atenção a ele.

Trataremos, assim, os espaços de bares, para o público LGBT como lugares retirados. Sobre eles, algumas entrevistadas afirmaram que, durante a adolescência e/ou período da vida adulta, quando se “descobriam”, foi comum a frequência:

Eu frequentei uma boate aqui, eu frequentei um mês só. Essa coisa de ir só para....descobrir....entender...depois, também não queria mais ir. Fui quatro dias, aos sábados, é uma boate de homens, acabei ficando com algumas meninas, mas só lá.

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)

Eu a conheci num bar lésbico [referindo-se a namorada]. Eu a conheci num bar lésbico de [nome da cidade]. Eu ia quase todo dia lá [nesse bar] escrever. Escrever minhas poesias. Além de ser próximo de casa, aqui em [nome da cidade], o bar de [nome de famoso bar lésbico na cidade], era na casa da [dona do bar], você já deve ter ouvido falar e eu ia para lá e acabei conhecendo, me envolvendo, enfim.

(Entrevista com Cleo, realizada em 12/03/2018)

Quando eu estava com dezessete anos, comecei a sair com outras pessoas e conhecer bares que era pouco aqui em [nome da cidade], mas aí conheci pessoas que eram assim, gay e tal, um amigo meu que era gay. Aí, o primeiro bar LGBT que eu fui era chamado [nome do bar], era no centro do [nome da cidade], perto da universidade. E ali, quando eu entrei no bar aquele dia, eu tinha 17 anos, eu parecia que estava entrando num mundo novo. Pensei: “-Eu não estou só, tem vários aqui iguais a mim”.

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)

Nos Bares LGBT's, as entrevistadas tinham certeza que não iam “dar de cara” com ninguém que as conhecesse pessoalmente e lá “poderiam permanecer no anonimato sem despertar a atenção de alguém” (Goffman, 1988, p.94). Ao descrever sua relação com esses ambientes, as informantes relataram algumas dificuldades:

P – Você frequenta ou frequentou bares LGBT's?

R- Poucas vezes, mas já fui. Na realidade, eu nem saio, nem para...

No começo eu cheguei a ir na, já foi nesse relacionamento agora, que eu fui as primeiras vezes na boate, aqui na [nome da boate] uma três vezes só.

Na realidade, não é nem o fato de eu ser gay, eu não gosto de ambiente boate, eu não gosto de música, de luz, aliás, da ausência de luz, já fui algumas vezes em [famoso bar lésbico da cidade], uma três [vezes] também. No primeiro relacionamento, praticamente, não saia, quando acabou eu passei a frequentar com as amigas, algumas vezes a [nome da boate], algumas vezes no [famoso bar lésbico da cidade]

Acho que só. A gente também não tem muita opção.

Uma vez nós fomos a Curitiba com amigos gay e nós fomos a um [espaço] lá. Em Belo Horizonte, nós ficamos numa área que é de bares gays, mas, assim todas as mesas são numa praça, não é um ambiente fechado [...]. Na praia [de uma capital], tem uns que são gays friendly, que não são declarados, não são específicos, mas é um polo.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)

Fui em [famoso bar lésbico da cidade] lá atrás, não nos últimos anos. [...]. Eu não cheguei a ir [depois que o bar mudou de endereço] e nem fui mais. Mas, uma resistência minha a esses lugares, pra te dizer, é música: não gosto de pagode, não gosto de Marília Mendonça, não gosto desse estilo. A música me afugenta: não só de um bar gay, de um bar não gay [também].

(Entrevista com Lygia, realizada em 11/04/2018)

[Nome da cidade] tinha na efervescência do final dos anos 80 e início dos anos 90, tinha alguns bares, mas sempre a polícia baixava, então a gente

não ia.

Era não consigo me lembrar, mas era na [nome da rua], vizinho ao [nome de restaurante], um prediozinho pequeno, ali era um bar gay.

Depois teve um ao lado do teatro municipal. Era um bar gay mais da intelectualidade, mais o pessoal da universidade, eu fui algumas vezes, mas eu estava solteira, “livre, leve e solta”.

O pessoal do teatro saía e ia para esse bar. Esse bar é muito legal. Como eu disse, depois da minha relação duradoura com [nome da companheira], a gente frequentava todos os espaços, de teatro, de cinema, sem nada específico do segmento lgbt.

(Entrevista com Hilda, realizada em 20/05/2018)

Segundo Hilda, nos anos 80, alguns bares LGBT existiam, mas não eram frequentados por ela porque “a polícia sempre baixava”. Para Goffman (2010, p.20), menos conhecidas são “regras que restringem o direito de estar presente em lugares públicos abertos [...]”. Como exemplo, por analogia, ao nosso estudo, o autor exemplifica as “regras policiais informais requerendo a segregação racial noturna em ruas públicas em áreas específicas da cidade” (idem, p.21)

Perguntadas acerca da importância dos Bares LGBT, as entrevistadas expressaram diferentes sensações:

Eu acho que os ambientes para esse público (LGBT) tem uma importância muito grande para criar identidade para aquele eixo. Acho que ele tem importância, da existência dele ter uma importância cultural e social nesse nosso universo LGBT.

(Entrevista com Rachel, realizada em 23/03/2018)

P. Quando você estava com os relacionamentos mais curtos, você chegou a frequentar bares gays?

R. Sim, sempre frequentei. Gosto muito de frequentar. Continuo frequentando. Adoro frequentar bares gays.

P. Você acha que esses lugares são importantes? Qual a importância?

R. Acho que esses lugares...vamos pensar da minha forma prática. Vamos sair hoje. Se a gente for para um bar “hétero”, tem bares “héteros” que são mais tranquilos, onde geralmente tem uma galera mais alternativa, onde dá para dar uma namoradinha tranquilamente.

[Nome de um bar local], você vai para lá dá uns beijinhos. Mas, também não é tão “vraaa”. Num bar gay eu tenho uma exposição maior, eu posso me abraçar, não na preocupação de quem vai estar me olhando, isso não me incomoda [...]

Espaços gays são espaços que você pode ficar mais a vontade todo mundo namora, todo mundo brinca. Também é mais divertido porque a gente tem...até as gírias próximas...a gente ri...aí vem uma amiga e conta como está o relacionamento, “isso e aquilo”, mas também quando vou para lugares “héteros”, “bem hétero hétero” como [nome de bar local], eu como sou atrevida dou até uns beijinhos.

(Entrevista com Cassandra, realizada em 20/05/2018)

Cassandra contou que no bar LGBT, ela não tem preocupação com quem vai estar olhando, podendo se abraçar. No bar “hétero”, a partir de uma atitude “atrevida”, ela chega a trocar beijos com a companheira. Goffman (2010, p.21), ao analisar “comportamento em lugares públicos”, afirma, no sentido da assertiva da entrevistada que:

Onde existem estas regras de exclusão fica claro que a mera presença do indivíduo, independentemente de sua conduta enquanto presente, comunica ou que ele possui as qualificações necessárias para a entrada ou que ele está se comportando inapropriadamente. Aqui encontramos um motivo para ou se querer entrar num lugar em particular ou para não querer ser visto nele.

Algumas entrevistadas, em sentido contrário, apresentaram restrições à frequência e existência desses espaços LGBT:

Acho uma fuga, Vejo eles como uma fuga e gostaria muito que eles tivessem uma maior compreensão da sociedade porque existem casas de show por aí que tem seus showzinhos que a pessoa vai de forma mais tranquila, eu vejo o medo dessas pessoas que vão nesses lugares, o aspecto de caverna que esses locais tem,
São meio escuros, não são em ruas muito acessíveis, a [nome de famosa boate LGBT da cidade] até é, que é uma rua antiga e tudo, mas o discurso de ódio que é pregado ao redor daquele local.
Eu mesmo, no dia que fui, fiquei abismada porque me fizeram até medo de entrar na primeira vez que fui. Acho que fui umas três vezes na vida, mas, o discurso de ódio até de taxistas próximos, eu fiquei abismada: “-Meu Deus!”
Como é que a pessoa pega um táxi desse depois disso? Tipo: “- Esses “viados” entrando aí, “vão dar o cú” e depois vão sair e entrar no meu táxi!”
E outras coisinhas, tipo: “- Lá vai aquele de bota, vai fazer “isso” lá dentro, vai lá dentro “chupar” não sei quem, tipo assim uma coisas absurdas e eu só de olho.
Então, acredito que esses lugares possuem esse perfil de caverna mesmo, mas a sociedade coloca eles mais como cavernas do que verdadeiramente são porque a quantidade de bares, de boates que existem por aí, [...] mas quando se trata de coisas lgbt já tem uma conotação mais deturpada ainda, é a noite é? É num lugar meio escondido, é ? é um local fechado

com música alta, é? Mas tem lgbs lá dentro e o que é que tem? Existe uma série de conotações que são dadas para dizer que aquele lugar ali é impuro. Essa impureza reverbera em desrespeito da sociedade e em até violência

Eu acho necessário que esses bares continuem existindo enquanto não tiver espaço para todos até porque tem muito “hétero” que vai no bar LGBT, mas eu acho importante pros LGBT s se sentirem mais seguros [...] mas, quero muito chegar a ver esses espaços que tenham respeito com todos. Claro que isso é uma coisa quase cor-de-rosa.

(Entrevista com Cecília, realizada em 02/04/2018)

Tem uma importância esses lugares, não para mim especificamente. Eu não vou sair muito à noite, sou uma pessoa do dia. Nunca me atraiu muito, é necessário para quem gosta.

(Entrevista com Carolina, realizada em 11/04/2018)

Tem bares interessantes até com a temática LGBT.[...] Essa coisa de gueto está ultrapassada para mim. Eu não gosto. Eu quero que a gente esteja no Shopping de mãos dadas.

Os bares [LGBT] já cumpriram sua função social. Tem os chamados bares alternativos como [nome de bar local], você tem lésbicas e gays quanto heterossexuais.

Não acho legal ir, nem acho legal ter, mas pensando para além de mim, deve ter, tem mulheres que só vão ficar...pensando até de forma acadêmica....para que a gente amplie a visibilidade lésbica, a minha perspectiva é a da dispersão.

(Entrevista com Clarice, realizada em 12/03/2018)

A ideia dos lugares “retirados” se relaciona com a divisão entre identidade social e identidade pessoal. Para Goffman (1988, p.94), “é o preço que se paga pela revelação ou pelo ocultamento e o significado que tem o fato de o estigma ser conhecido ou não, quaisquer que sejam as estratégias escolhidas”.

P – Qual a importância desses lugares [bares LGBT] que você frequentou?

R – Para a minha geração, eu acho que foi importante porque era um espaço, né? Hoje em dia, eu acho que é mais comum. Na verdade, não existe mais esse “espaço”, pois a sexualidade pode ser expressada em qualquer lugar.

Obviamente que é melhor nesses espaços reservados que a gente fique mais à vontade de não constranger as pessoas. Mas, eu acho normal, acho tranquilo, acho legal. Ruim você ir em um lugar e ficar sendo olhada, né?

Hoje, quando eu ando no shopping aqui, que eu vejo as meninas de mãos dadas, os meninos de mãos dadas, eu falo: “-Olha, [nome da cidade] “tá”

moderna!”.

[Meninos e Meninas] se agarrando no cinema, a gente não tinha isso. Quando eu tinha 20, 30 anos, não tinha isso, né? A gente tinha que ir para lugares, né? Tinham lugares específicos, hoje é mais aberto.

(Entrevista com Yvone, realizada em 20/05/2018)

Eu acho que são importantes. Tem que ter um espaço onde você possa sair, se divertir, abraçar, possa brincar, paquerar, se você tiver a fim e no espaço que você possa ser reconhecida como um sujeito que tem um sexo que tem uma vida sexual, uma vivencia homossexual.

Eu acho que hoje até com a abertura, eu acho que esses espaços eles tem sua importância, acho até já tiveram mais, hoje se transita mais nos outros espaços. Tem que ter um lugar onde você possa ser você, independentemente de quem você tiver.

(Entrevista com Hilda, realizada em 20/05/2018)

Da fala das entrevistadas, observa-se que há uma “relativização” dos lugares “retirados”. A indicação é que nos espaços públicos, nos outros espaços, os LGBT’s e, em especial, as lésbicas estão decidindo se visibilizar, tornando o “gueto”, apenas, uma das alternativas de ambientes a serem ocupados. Durante as entrevistas, algumas lésbicas afirmaram andar de mãos dadas e se beijar nas ruas, enquanto outras admitiram a abertura, mas recomendaram a discrição.

Em tese de doutorado, Pereira (2009, p.39), citando Trigo (2008), ainda que se referindo aos homossexuais masculinos, relembra a importância do surgimento de bares e boates voltadas ao segmento LGBT:

Até então, esse segmento vivia marginalizado na escuridão de praças e banheiros públicos, cinemas e hotéis ordinários.

Cercados pelo pecado, a culpa e o arbítrio da lei, os homossexuais viviam nos interstícios da sociedade. No Rio de Janeiro, havia a boate Stop na Galeria Alaska (Posto 6 de Copacabana), uma pioneira na década de 1960, sempre vigiada por policiais corruptos e frequentada por uma minoria corajosa. Em São Paulo, as boates Medieval (Rua Augusta) e o Nostro Mundo (Av. Consolação com Av. Paulista) surgiram como luzes na escuridão da repressão autoritária. (apud PEREIRA, 2009, p.39)

Nos Bares LGBT’s, as entrevistadas tinham certeza de que não iam “dar de cara” com ninguém que as conhecesse pessoalmente e lá “poderiam permanecer no anonimato sem despertar a atenção de alguém” (Goffman, 1988, p.94). Por isso, que, apesar de “restringir” a importância deles na atualidade, e explicitarem um sentido de ambivalência ao falar deles, todas as informantes disseram frequentar ou

já ter frequentado esse ambientes.

Esgotada a análise categórico-temática, restou possível esquadrihar circunscrita parte do universo lésbico. A partir da grelha proposta perpassamos pela formação da identidade sáfica – quem somos – explorando a terminologia, a subcategoria da lésbica masculinizada e distância ou aproximação de vestimentas e brincadeiras do universo feminino.

A “descoberta” da homossexualidade foi examinada à luz das categorias de revelação e encobrimento de Goffman (1988), explorando-se o resultado junto aos familiares, amigos, colegas de escola e de trabalho. Por fim, como consequência da visibilidade, dissecamos episódios de violência e discriminação sofridos por essas mulheres e como consideram, do ponto de vista da importância, os ambientes como guetos e bares LGBT.

Devemos destacar, ainda, a generosidade e confiança das informantes que nos outorgaram, sem qualquer obstáculo ou limite, detalhes preciosos, ora prazerosos, ora dolorosos, do exercício de sua sexualidade, no decorrer do ciclo da vida.

Tais depoimentos foram alicerces essenciais para despojar o aparente silêncio e invisibilidade (proposital e fabricada) que recobre o universo lésbico. Por essa razão, a condição feminina entrelaçada à “problemática” homossexual deve ser refletida à luz da sociedade machista e heteronormativa em que estamos imersos.

Com isso, dada a diminuta existência de trabalhos acerca do tema, em especial quanto ao encobrimento e revelação do estigma da lesbiandade, esperamos, com a metodologia escolhida, ter contribuído para melhor compreensão da questão, mormente diante de um governo ausente de propostas para a inserção cidadã da população LGBT.

No item a seguir, o resultado da análise qualitativa alinhada à inspiração teórica, cujo feixe teórico central foram os conceitos de Goffman (1988) e Foucault (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em recente entrevista⁴⁶ a um ativista evangélico, reproduzida por vários órgãos de comunicação, a atual Ministra do Ministério dos Direitos Humanos, Família e Mulheres, a Advogada e Pastora, Damares Alves, ao ser questionada acerca do papel da mulher na família e na sociedade afirmou que a mulher nasceu para ser mãe, devendo assumir as atividades domésticas, em respeito aos “padrões cristãos”:

Hoje, a mulher tem estado muito fora de casa. Essa é uma preocupação que eu tenho. Costumo brincar o seguinte: como eu gostaria de estar em casa, toda a tarde, em uma rede, me balançando, e meu marido ralando muito, muito, muito para me sustentar e me encher de joias e presentes. Esse seria o padrão ideal da sociedade. Mas não é possível. Temos que ir para o mercado de trabalho

É possível neste mundo moderno a gente conciliar a vida profissional com a vida doméstica, com a vida familiar, especialmente com o papel de ser mãe. A coisa que eu mais gosto de ser é ser mãe. A mulher nasceu para ser mãe, também. Mas ser mãe é o papel mais especial da mulher. A minha consideração é: dá para ter carreira, dá para a gente competir, dá para entrar no mercado de trabalho, dá para a gente consertar as bobagens que os homens fazem, tá? Por favor, sem nenhuma guerra. Dá para a gente ser mãe, dá para a gente ser mulher, dá para a gente ainda seguir o padrão cristão que foi instituído nas nossas vidas.

(grifos acrescentados)

Indagada acerca de como pretende combater a violência contra a mulher, falando no que se convencionou chamar de “identidade de gênero” (possibilidade de inserção de estudos de gênero e identidade sexual no currículo da escola) afirmou que⁴⁷:

Todos os meninos vão ter que entregar flores para as meninas nas escolas, para entender que nós não somos iguais. Quando a teoria de gênero vai para a sala de aula e diz que todos são iguais e que não tem

⁴⁶ Diário Catarinense. Pastora confirmada como futura Ministra dos Direitos Humanos disse que “mulher nasce para ser mãe”. Seção Governo Bolsonaro. 10/12/2018 Versão Eletrônica disponível em <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2018/12/pastora-confirmada-como-futura-ministra-de-direitos-humanos-disse-que-mulher-nasce-para-ser-mae-10660553.html>. Acesso em 11/12/2018

⁴⁷ Portal Terra. Pastora Evangélica será Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. Seção Brasil. 06/12/2018. Versão Eletrônica disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/pastora-evangelica-sera-ministra-da-mulher-familia-e-direitos-humanos,5863d00316799a4c627e07d9c27cd4c9g622zaxz.html>. Acesso em 11/12/2018

diferença entre menino e menina, as meninas podem levar porrada, porque são iguais aos meninos. Somos frágeis, mas somos muito especiais.

(grifos acrescentados)

Por fim, a reportagem⁴⁸ informou que a Ministra “já se posicionou contra políticas voltadas a diminuir a discriminação de homossexuais”. Isso porque, em 2014, ela criticou o Programa Nacional de Direitos Humanos que previa “a desconstrução da heteronormatividade para a inclusão nos sistemas de informação do serviço público todos os tipos de configurações familiares” por apontar nele **"riscos à família brasileira"**.

Em nome do Estado, na qualidade de vindoura Ministra e também em nome da Igreja, na qualidade de Pastora Evangélica, Damare Alves repete e consolida o dispositivo da sexualidade e da aliança, expostos por Foucault, bem descrito no capítulo terceiro deste trabalho: a família burguesa heterossexual e reprodutora como epicentro social.

Dentro desse modelo pensado e exaustivamente repetido pelos médicos, psiquiatras, professores, diretores de cinema, escritores clássicos da literatura e apresentadores de TV, cabe à mulher o “dom” de ser mãe e esposa de um homem bom e trabalhador. Competem a ela as atividades domésticas e a personalidade dócil, frágil, sensível, passiva e subordinada.

Tais fatores, conforme explicitados no capítulo segundo, estariam justificados pela “determinação biológica”, uma vez que a mulher está submetida à incursão da natureza: menstruação, gravidez e menopausa. Entregue à vida hormonal, sua instabilidade emocional (modificação de humores) estaria justificada e bem controlada pelos estudos da psiquiatria acerca da “histeria das mulheres”. O homem, com estrutura física “superior”, maior e mais forte, deteria órgãos sexuais próprios para dominar e realizar os movimentos ativos do coito com a mulher (passiva), que a ele deve se submeter. Sua força física transcendente fundamenta sua apropriação e domínio do mundo (gerência da atividade pública).

Segundo Caprio (1978, p.131), “a reprodução é uma das funções da mulher. Ela deve tomar parte ativa da reprodução da espécie, através da gravidez e parto. Enquanto essas leis da natureza prevalecerem, serão fúteis todas as tentativas de emancipação”.

⁴⁸ idem

Contudo, conforme anota Beauvoir (2009) a questão biológica não serve para justificar a subordinação milenar da mulher ao homem. Trata-se mesmo de uma construção histórica, arquitetada por instituições como a Igreja, a Escola, a Família e as Ciências (Medicina, Psiquiatria, Psicologia).

Muraro (In: KREAMER, 2017), no capítulo segundo, nos explicou como a divindade feminina, criadora do universo, foi substituída por um Deus-Homem forte e vingador contra aqueles que se desviam de suas “leis”. O elemento feminino, símbolo da criação, foi substituído pela figura de “Adão” que “empresta” sua costela, fazendo nascer o “segundo” sexo da criação: a mulher.

A essa construção histórica do feminino-masculino foi dado o nome de gênero, resultado do desenvolvimento das ideias de Beauvoir. Tal fato tornou mais neutro o debate que vinha sendo feito pelo feminismo, classificado como “político” (Scott,1995). A ampliação teórica desse debate binário – homem e mulher – provocada por Butler (2015) e outros teóricos sugerem a desconstrução dos conceitos de mulher e de gênero, desenvolvendo o conceito de “performatividade” e do “ser abjeto”.

O fato é que a partir da imposição do padrão da família reprodutora e heteronormativa, todos os outros “personagens sociais” foram considerados aberrações ou desviados, devendo ser punidos/monitorados, através de controles formais (sanção legal) e informais (Igreja, Família, Escola).

Nesse quadro, a lésbica se contrapõe não só a heterossexualidade, mas também ao patriarcado. Por essa razão, Platero (2008, p.21) explica que tais mulheres:

São marcadas pela sociedade como perigosas porque não necessitam dos homens como parceiros para ter relações plenas, colocando em xeque, com sua mera existência a ordem social estabelecida, que situa as mulheres em plena disponibilidade para os homens.

Opondo-se ao falocentrismo e à heterossexualidade compulsória, as lésbicas sofrem um duplo processo de invisibilidade. Primeiro, por serem mulheres. Segundo, por serem homossexuais. Esse processo de invisibilidade guarda a sutileza dos métodos que pretendem apagar a própria existência do sujeito.

A criação literária dessas mulheres foi simbolicamente queimada (obras de Safo de Lesbos e o romance lésbico “o poço da solidão”), conforme detalhamos no capítulo primeiro. Os estudos direcionados à homossexualidade, em sua maioria,

tem os homens como objeto de pesquisa, negando-se às mulheres gays as peculiaridades de sua essência. Segundo Mott (1987, p.12), “as mulheres homossexuais têm sido tratadas pelos pesquisadores como as mulheres geralmente são tratadas: como o segundo sexo”.

Na efetivação do controle social da família reprodutora-heterossexual, as práticas homossexuais eram penalizadas pelos códigos penais. Leia-se, a prática homossexual masculina. Isso porque sequer a prática homossexual feminina era prescrita como crime, e quando o era, nenhuma ou apenas algumas mulheres eram condenadas, sem qualquer repercussão.

A prática homossexual masculina era (ainda é pelo código penal militar em vigor) considerada crime de “sodomia” (coito anal entre indivíduos do sexo masculino). Para a homossexualidade feminina, sequer existia nomenclatura. Por “analogia”, eram consideradas, inapropriadamente, definidas sodomitas.

A exemplo do que ocorre na tentativa de definição de “mulher”, conceituar “lésbica” é uma tarefa complexa. Segundo Platero (2008, p.20), a lésbica é um “sujeito multiforme e poliédrico” com um grau de indefinição tal que é difícil delimitá-lo do ponto de vista conceitual. Beauvoir (2009, p.524), à época em que escreveu o segundo sexo, refere-se às lésbicas como caracterizadas “pela recusa do macho e seu gosto pela carne feminina”. O “Coletivo de Lesbianas de Barcelona”, conforme citação de Mott (1987, p.13) imprime um conceito mais amplo e político:

A lésbica é a mulher que se identifica como mulher, que se erige como sujeito e objeto de sua própria sexualidade, que se reivindica mulher em função de si mesma, que subverte todos os esquemas e papéis que deram lugar a normas sexuais estabelecidas. Em definitivo, a lésbica é a mulher que de qualquer forma e sob qualquer circunstância se rebela contra as limitações e opressões impostas pelo papel considerado mais inferior da sociedade: o papel feminino.

É inegável, então, o poder questionador das lésbicas. Silenciá-las, invisibilizá-las é não permitir que sejam “julgadas em público”, porque, para isso teriam “possibilidade de defesa”, de serem ouvidas: “El evitar la polémica pública dificulta la legitimación de la opción transgresora, acalla las argumentaciones a favor y dificulta las posibilidades de que se realice proselitismo o de que algunas personas obtengan um estatus de símbolo o de mártires del sistema” (Osborne, In: Platero, 2008, p.14). Não se fala, logo, não existe.

Assim, para as normas sociais, as lésbicas são desviadas e transgressoras. Para a medicina e psiquiatria, enfermas e delinquentes. A elas outros adjetivos foram associados: perigosas, perversas (Platero, 2008, p.21). Para o Psiquiatra Caprio (1978, prefácio), a homossexualidade feminina é um “mal oculto”, uma “doença” que precisa ser debelada, “sob pena de desestabilizar nossa estrutura social”.

A forma pela qual as lésbicas lidam com o duplo estigma foi o objeto desse estudo. Através dos conceitos de estigma, informação social, encobrimento e identidade pessoal/social virtual/real, desenvolvidos por Goffman (1988) foi possível analisar como tais mulheres manipulam, frente aos “normais”, o atributo considerado depreciativo pela sociedade.

Segundo Adrienne Rich (2001), “num mundo onde a linguagem e o nominar as coisas é poder, o silêncio é opressão e violência”. Pela necessidade de “nominar as coisas”, iniciamos a análise qualitativa das entrevistas num capítulo que intitulamos “da terminologia”: “como tais mulheres se identificam?”.

Conforme visto, elas querem existir para o mundo como “lésbicas”. Não desejam, em sua maioria, ser confundidas com designações masculinas como “gay” ou “homossexual” e sentem absoluta ojeriza, pelo termo usado de forma pejorativa: “sapatão” e rechaçam a nomenclatura de baixo calão: “chupa-charque”.

A denominação “sapatão” foi afastada pelas informantes pelo tradicional uso social de maneira pejorativa. Em seus discursos, as lésbicas direta ou reflexamente, afugentaram a figura da “lésbica masculinizada”, associada à virilidade, agressividade, trejeitos e vestimentas masculinas.

A partir da definição de Goffman, a lésbica masculinizada é uma “desacreditada”, perante os normais, porque seu estigma é visível, amplamente perceptível, a ponto de ser considerado um “sinal de estigma”. Modular a informação social para elas é impossível, diante do nível de “evidencialidade”.

A lésbica “masculinizada” causa uma desordem na orientação sexual, mas também nas regras “visuais” de gênero. Sua suposta vontade de “imitar o homem” através de um comportamento viril ou de vestimentas masculinas rompe com o essencial feminino: “a verdadeira mulher que é um produto artificial que a civilização fabrica” (Beauvoir, 2009, p.525).

Seguindo nosso estudo, com relação às lésbicas desacreditáveis (aquelas que não tem visível o estigma e, portanto, podem manusear a informação social), investigamos se o estigma seria congênito (existe desde o nascimento?) e se havia

alguma relação entre brincadeiras preferidas na infância e orientação sexual.

Para a neurociência, a homossexualidade é determinada biologicamente, ainda no útero e “descoberta” com o desenvolvimento do sistema endócrino (hormônios) durante a adolescência ou início da vida adulta.

Concluimos após a análise de dados que não havia qualquer relação entre brincadeira da infância (algumas mulheres afirmaram preferir brincadeiras femininas, outras masculinas e, algumas, foram indiferentes ao tipo de brincadeira) e a orientação sexual seguida. E, indagamos, por fim, se a utilização de vestimentas femininas e outros trejeitos delicados por parte das lésbicas seriam da sua essência ou uma forma de se “desidentificar-se”, de invisibilizar-se?

No capítulo seguinte, perquirimos o momento da “descoberta” da “homossexualidade” e as estratégias, caso utilizadas, para se (in)visibilizar diante da família e dos colegas de escola-faculdade-trabalho. Deduzimos, respondendo às perguntas propostas nos objetivos, que existe uma equação nos estratagemas para se (in)visibilizar perante os contados mistos: **quanto mais medo (da reação dos normais), menos vontade de se visibilizar. Quanto mais visibilidade, mais chance de rechaço social.**

As mulheres relataram, em sua maioria, terem se “descoberto” durante a adolescência ou início da fase adulta, através de um sentimento de desconforto, perante normas sociais médicas-psiquiátricas (afirmavam ser doença) e religiosas (afirmavam ser pecado). Elencaram, ainda, paixões que envolviam colegas de escola/faculdade e/ou professoras, além de envolvimento afetivos e passageiros com homens (diante da heterossexualidade compulsória).

A Igreja-religião, com exceção da menção às espiritualistas, foi considerada, pelas informantes, um local de constrangimento e rejeição, através da qual não se viam representadas ou acolhidas pelos dogmas professados.

Sendo o espaço de mais intimidade, as lésbicas, mesmo que desejassem, não conseguiram se invisibilizar perante a família. Ora os parentes descobriam (“por foco de percepção ou intrusibilidade”, “outros como biógrafos da informação social”), ora elas “confessavam”, ora todos sabiam, mas silenciavam (“não-dito”).

No ambiente de trabalho, as artimanhas para esconder ou revelar o estigma foram variadas. As lésbicas relataram uma gradação. Algumas decidiram esconder por completo, adotaram a “discrição”, outras utilizaram um encobrimento parcial, dividindo a informação com alguns e escondendo para outros. E, por fim, algumas,

em espaços profissionais que consideraram mais propício, revelaram a todos.

Para nossa surpresa, o meio em que as sáficas relataram sofrer mais violência, após se visibilizarem, foi a família. Desde injúrias, insultos, difamações até agressões físicas. Expressão do controle informal, as famílias reagem ao fato das filhas não atenderem ao padrão social do casamento-maternidade-criação de filhos-atividades domésticas.

Por outras razões, a exemplo da assimetria de poder, dependência econômica e demonstração de virilidade e posse, elas descreveram terem sido agredidas pelas namoradas ou companheiras. E por já portarem um estigma – homossexualidade – não desejando levar ao conhecimento das autoridades outro: a de mulher agredida. Desse modo, denominar-se tal situação como de “duplo armário”.

No que se refere ao rechaço por “estranhos”, condensamos alguns episódios de discriminação no último capítulo, deduzindo que a violência sofrida veio por situações de visibilidade do estigma: ora duas mulheres pediram uma cama de casal no hotel, ora duas mulheres conversavam num bar, sendo uma delas masculinizadas, ora se beijavam em espaços públicos (na rua, num bar “hétero”, num show musical).

Contudo e de outra forma, restou claro que **a estratégia de autoaceitação e revelação do estigma produziu, com o tempo**, e conforme depoimentos explicitados no capítulo 5, **ambientes familiares mais saudáveis para a compreensão da diferença e espaços de trabalho mais inclinados à tolerância**. Nesse sentido, a sugestão de Goffman (1988, p.113):

Já foi sugerido que a aprendizagem do encobrimento constitui uma fase de socialização da pessoa estigmatizada e um ponto crítico de sua carreira moral. Sugiro agora que o indivíduo estigmatizado pode vir a sentir que deveria estar acima do encobrimento, que se se aceita e se respeita não haverá necessidade de esconder o seu defeito.

Por último, analisamos a relação das entrevistadas com ambientes LGBT, “guetos” ou outros ambientes em que fosse desnecessário qualquer tipo de encobrimento. A casa, coincidindo com a característica de “reserva” das mulheres, foi apontada como um lugar de muito conforto para estar e receber amigos LGBT’s ou informados.

O sentimento com relação aos bares voltados ao público LGBT, definidos por

Goffman (1988, p.92) como “lugares retirados”, foi ambivalente: ora as informantes os rejeitaram (por serem guetos, por terem “aspecto de caverna”, por terem um tipo de música e quantidade de luz em níveis desagradáveis, etc), ora ressaltaram sua importância “cultural e social”, como “ponto de encontro” e como consolidadores da identidade gay.

Ao final, o que se pode concluir, após a aventura que é a pesquisa acadêmica para quem é tocada pelo próprio objeto da sua análise, primeiro que: considerando as visibilidades da vida heteronormativa ou da condição da orientação homossexual masculina, a condição lésbica ainda é marcada pela invisibilidade. As entrevistas mostram histórias de vida que transitam entre luzes e sombras conforme o receio da repulsa social.

No entanto, eis o que se finda, por ora, posto que o devir lésbico aponta para mais visibilidade, mais possibilidade de nomeações e determinações da condição da mulher homossexual, inclusive com possibilidade de “superestigmatizar” outras identidades como as “lésbicas masculinizadas”. Essas tessituras foram aqui analisadas e discutidas academicamente porque são a sociabilidade que se desenvolve e pulula a cada dia como margem da vida ordinária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimanda Ngozi. **Todos Devemos Ser Feministas**. Portugal: Dom Quixote, 2015

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ªed. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2005.

ARC, Stéphanie. **As lésbicas: Mitos e Verdades**. São Paulo: GLS, 2009.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2005.

AUSTIN, J.L., **How to do things with words**. the William James Lectures delivered at Harvard University in 1955 (segunda edição revista 1975) (London 1962, segunda edição revista 1967). Quando dizer é fazer: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BANDEIRA, Katherine Lages Contasti. **O “Positivismo” Social e a Cultura da Agressividade: A Punição Como Fundamento da Prisão**. In: Revista da ESMAPÉ. V.12.n25.p.217-244 jan/jun2007 p.234

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5.ed. Trad de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa, com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. 6ªed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 2ªed. Trad de Sérgio Millet. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1967, vol.2

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4ªed. Trad de Sérgio Millet. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1970, vol.1

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 2ªed. Trad de Sérgio Millet. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2009.2v

BENTO, Berenice. **Queer o quê? Ativismo e estudos transviados**. In: RevistaCult. Dossiê Teoria Queer: O gênero sexual em discussão. Nº193.p.44

BREMER, Jan (org) **De Safo a Sade: Momentos da História da Sexualidade**. Papyrus Editora: Campinas, São Paulo, 1995.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude *et al.* **A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999

BORDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Bertrand. 2011

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**.

- 08ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2015.
- CAPRIO, Frank S. **Homossexualidade Feminina**. 4ªed.Ibrasa: São Paulo, 1978.
- CAMPBELL, Joseph. **As máscaras de Deus: Mitologia ocidental**, Palas Athena, 2004.
- CASTER, Wendy. **Manual da Sexualidade Lésbica**. Portugal: Zayas Editora, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual: Essa Nossa (Des)conhecida**. 10ªed.Editora Brasiliense: São Paulo. (sem referência ao ano).
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de Gênero**. Editora Rosa dos Tempos: São Paulo, 1992.
- DA SILVA, Antonio de Padua Dias (org.). **Aspectos da Literatura Gay**. Editora Universiária: João Pessoa, 2008.
- DA SILVA, Antonio de Padua Dias (org.). **Sexualidade, Identidade e Gênero em Debate**. Editora Livro Rápido: Olinda-PE, 2009.
- DERRIDA, Jacques, '**Signature Event Context**' in: Limited inc (1988), 1-23. (primeira edição in Glyph vol. I, 1977)
- DIAS, Alfrancio Ferreira Dias. **Redistribuição e Reconhecimento de Gênero na Perspectiva de Axer Honneth e Nancy Fraser**. Saberes em Perspectiva. Jequié,v.2, n.2,p.93-107, jan/abr.2012
- FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 14ª ed. Graal: São Paulo, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 6ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 1992
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade do Saber**. 3ªed. Paz e Terra: Rio de Janeiro/São Paulo, 2015.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é Homossexualidade?** Editora Brasiliense: São Paulo, Coleção Primeiro Passos, 1983.
- GIFFIN, Karen Mary. **Nosso Corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social**. Cadernos de Saúde Pública. vol.7.n.2.Rio de Janeiro. Abril/Junho 1991
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOFFMAN, Erving. **Comportamentos em Lugares Públicos: Notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GONDIM, Linda M. P.; LIMA, Jacob Carlos. **A pesquisa como Artesanato Intelectual**. Editora Manufatura: João Pessoa, 2002.

GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes et al (orgs). **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

INDURRIA, Villalba Pilar. **Techo de Cristal O Armarios de Doble Fondo? Análisis de discurso sobre el lesbianismo y la homossexualidade desde una perspectiva de género**. In: PLATERO, Raquel (coord) **Lesbianas: Discursos e Representaciones**. Espanha: Melusina, 2008, p.139/172

JAKOBS, Gunther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do Inimigo: noções e críticas**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

KRAEMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras (Malleus Maleficarum)**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma sequência de atos**. In: Revista Cult. Edição Especial. Queer: Cultura e Subversão das identidades. nº6. Ano 19.janeiro/2016.p.14

MISKOLCI, Richard. **Crítica à Hegemonia Sexual**. In: Revista Cult. Dossiê Teoria Queer: O gênero sexual em discussão. Nº193.p.34 e 35

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTT, Luiz, **O Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é Lesbianismo?** São Paulo: Brasiliense, 2004 (coleção primeiros passos).

NERI, Regina. **A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. Livraria Pioneira Editora: São Paulo, 1976.

OSBORNE, Raquel. JULIANO, Dolores. **Las Estrategias de la negación. Desentenderse de las entendidas**. In:PLATERO, Raquel (coord) **Lesbianas: Discursos e Representaciones**. Espanha: Melusina, 2008.p. 7-16

PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. **Reservados e Invisíveis: O ethos íntimo das parcerias homoeróticas**. Pontes Editores: Campinas, 2007.

PICHARDO, José Ignacio. **Lesbianas o no**. In: PLATERO, Raquel (coord) **Lesbianas: Discursos e Representaciones**. Espanha: Melusina, 2008. P. 119/138

PINEGA, Empar. **Mi Pequeña Historia Sobre El Lesbianismo Organizado em el Movimiento Feminista de Nuestro País**. In:PLATERO, Raquel (coord) **Lesbianas:**

Discursos e Representaciones. Espanha: Melusina, 2008.p. 17-30

PINTO, Joana Plaza. **Percurso da Performatividade** In: Revista Cult. Dossiê: Judith Butler, Feminismo como provocação. nº185. p.36

PLATERO, Raquel. **La construcción del sujeto lésbico**. In:PLATERO, Raquel (coord) Lesbianas: Discursos e Representaciones. Espanha: Melusina, 2008.p. 17-30.

PLATERO, Raquel. **Queremos las lesbianas ser mujeres? Las Lesbianas a los ojos del feminismo de Estado: Representaciones y Retos de Las Sexualidades No Normativas**. In:PLATERO, Raquel (coord) Lesbianas: Discursos e Representaciones. Espanha: Melusina, 2008.p. 173-190

PLATERO, Raquel (coord) **Lesbianas: Discursos e Representaciones**. Espanha: Melusina, 2008.

PORTINARI, Denise. **O discurso da homossexualidade feminina**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

PHILIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de presença?** Revista Estudos Feministas. Vol.9.nº1, segundo semestre,2001,pp.268-290.

PORFÍRIO, Rafaela dos Santos. Dissertação Mestrado Universidade Federal de Campina Grande. 2018. **Caleidoscópicas subversões e resistências lesbianas em Campina Grande-PB**.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. **Como os Corpos de tornam matéria: entrevista com Judith Butler**. Rev. Estud. Fem. vol.10 no.1 Florianópolis Jan. 2002

RAGO, Margareth. **A Aventura de Contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Revista Boagoas. N.05. 2010, pp.17-44

RICH, Adrienne. **Sangre, pan y poesía**. Prosa escogida 1979-1983. Barcelona: Icaria, 2001.

RODRIGUES, Carla. **O Potencial Político da Teoria Queer**. In: Revista Cult. Dossiê Teoria Queer: O gênero sexual em discussão. Nº193.p.36

SABAY, Letícia. **Incertezas Políticas e a relacionalidade**. In: Revista Cult. Dossiê: Judith Butler, Feminismo como provocação. nº185. p.39

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99

SIMMEL, Georg. Cultura feminina. In: **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SULLIVAN, Andrew. **Praticamente normal: Uma discussão sobre o homossexualismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade.** 4.ed. Objetiva: Rio de Janeiro, 2018.

TIBURI, Márcia. Judith Butler: **Feminismo como provocação.** Revista cult. Nº185, p.22

VELHO, Gilberto (org.). **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social.** 5ªed. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2005.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O Inimigo no Direito Penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

REVISTAS

REVISTA CULT. **Dossiê Feminismo no pensamento do século 20.** São Paulo: março de 2009. Ano 12. Revista nº133.

REVISTA CULT. **Feminismo como provocação.** São Paulo: janeiro de 2014. Ano 17. Revista nº 185.

REVISTA CULT. **Dossiê Teoria Queer: O Gênero Sexual em Discussão.** São Paulo: agosto de 2014. Ano 17. Revista nº 193.

REVISTA CULT. **Márcia Tiburi. A filósofa vai à guerra criar um partido político e declara: o feminismo se resolve na revolução.** São Paulo: março de 2015. Ano 18. Revista nº 199

REVISTA CULT. Judith Butler: **Temos que pensar o lugar dos corpos.** São Paulo. Setembro de 2015. Ano 18. Revista nº 205

REVISTA CULT. Especial: **O Pensamento filosófico-feminista de Simone de Beauvoir.** São Paulo: janeiro de 2016. Ano 19. Revista nº 207

REVISTA CULT. Edição Especial. **Queer: cultura e subversões das identidades.** São Paulo: janeiro de 2016. Ano 19. Revista nº 06

REVISTA CULT. **Frida Kahlo: Arte e Feminismo às próprias custas.** São Paulo: março de 2016. Ano 19. Revista nº 210

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. **Feminismos: Modos de pensar, modos de fazer.** Ano 10. Fevereiro de 2015. Nº113

REVISTA DA ESMAPE. Escola da Magistratura de Pernambuco. Volume 12. Número 25. jan/jun2007

REVISTA EXAME **Cotas para Mulheres?.** São Paulo: Junho de 2015. Revista

nº1091.

REVISTA EXAME. **Chefe, sou gay**. São Paulo: abril de 2015. Revista nº1088

REVISTA DE PSICOLOGIA, NEUROCIENCIA E CONHECIMENTO VIVER, MENTE E CÉREBRO. **Existe escolha: As múltiplas raízes da homossexualidade**. São Paulo: outubro de 2006. Ano XIV. Nº165

REVISTA MENTE CÉREBRO: **psicologia, psicanálise e neurociência. Psicologia do Feminino: Emoções, lógica, desafios, desejos: o que torna tão específico o psiquismo da mulher?**. São Paulo: 2013, Especial nº42.

REVISÃO DE LITERATURA

ALMEIDA, São José, (2010b), "**Ainda, Apenas Fantasmas**", LES Online, Vol.2, nº2. Versão eletrônica disponível em <http://www.lespt.org/lesonline/index.php?journal=lo&page=article&op=view&path%5B%5D=37&path%5B%5D=36>. Acesso em 26/06/2012

BRAGA, Helena Lopes. **Para a História da Invisibilidade Lésbica na Musicologia – Francine Benoit**. [Artigo Científico] publicado em LES Online, Vol. 4, No 1 (2012). Versão eletrônica disponível em <http://www.lespt.org/lesonline/index.php?journal=lo&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=58&path%5B%5D=54> acesso em 27/09/2012

BRANDÃO, Ana Maria. **"E se tu fosses um rapaz?" : homo-erotismo feminino e construção social da identidade**. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade do Minho. Portugal. Abril de 2008

CALDERARO, Fernanda. **Políticas de saúde voltadas às lésbicas**: um estudo sobre as possibilidades de reverter um quadro histórico de invisibilidade. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social]: PUC-SP, 2011. Versão eletrônica disponível em http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_Disserta_o_Fernanda_Calderaro_PUC_vers_o_sem_linha.pdf. Acesso em 26/09/2012

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulhes, (homo)sexualidade e diferenças na cidade de São Paulo**. [Tese de doutorado]em ciência humanas pela Universidade Estadual de Campina, 2008. Versão eletrônica disponível em http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_Facchini_Regina.pdf. Acesso em 27/09/2012

RABELO, José Orlando Carneiro Campello. **Teias e Tramas: Performance, Melancolia e Violência em Relacionamentos Conjugais entre Lésbicas**. Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade Católica de Pernambuco, 2015. Versão Eletrônica disponível em http://www.unicap.br/tede//tde_arquivos/12/TDE-2016-04-18T194848Z-844/Publico/jose_orlando_carneiro_campello_rabelo.pdf. acesso em 05/12/2018.

SANTOS, Ana Cristina. **Entre duas mulheres isso não acontece: Um estudo**

exploratório sobre violência conjugal lésbica. 2012. Revista Critica de Ciências Sociais. Coimbra: Centro de Estudos sociais, Setembro. n 98, 3- 24. Versão Eletrônica disponível em <http://rccs.revues.org/4988>. Acesso em 05/12/2018.

SANTOS, CR. **A invisibilidade das mulheres que fazem sexo com mulheres (MSM), lésbicas e bissexuais dentro dos serviços de saúde.** [Monografia] São Paulo: Faculdade de Medicina – Departamento de Medicina Preventiva/Núcleo de Estudos e Prevenção da Aids (NEPAIDS), Universidade de São Paulo; 2011. Versão eletrônica disponível em http://www3.crt.saude.sp.gov.br/iec/curso_nepaids/Santos_CR.pdf

TOPA, Helena. **No arco-íris também há roxo: violência conjugal nas relações lésbicas.** LES Online, v. 2, n.1, 2010. Versão eletrônica disponível em <https://lesonlinesite.files.wordpress.com/2017/03/violenciaconjugal.pdf>. acesso em 05/12/2018.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Legislação e atos administrativos

Brasil. **Código Penal Brasileiro.** Dec-lei 2848/40. Versão eletrônica disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. acesso em 22/09/2015

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Versão eletrônica

Brasil. **Decreto de 28/11/2007,** Convoca a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 29/11/2007. Versão eletrônica está disponível no sítio da Presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11426.htm. Acesso em 26/09/2012

Brasil. **Lei nº 10.406/2002. Código Civil.** Versão eletrônica disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em 04/02/2018

Brasil. **Lei nº13.104/2015** que alterou o Código Penal Brasileiro. Versão eletrônica disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1. Acesso em 22/09/2015

Conselho Federal de Psicologia. **Resolução nº 001/99: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.** Versão Eletrônica disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em 30/11/2018

Notícias de Jornal e Revista

Diário Catarinense. Seção Governo Bolsonaro. 10/12/2018. **Pastora confirmada como futura Ministra dos Direitos Humanos disse que “mulher nasce para ser mãe”.** Versão Eletrônica disponível em <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2018/12/pastora-confirmada-como-futura-ministra-de-direitos-humanos-disse-que-mulher-nasce-para-ser-mae-10660553.html>. Acesso em 11/12/2018

EL PAIS. Drauzio Varella: **“O único lugar em que a mulher tem liberdade sexual é na cadeia”:** Em novo livro sobre uma penitenciária feminina, oncologista discute as marcas do machismo na trajetória das presas. 09/07/2018. Versão eletrônica disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/05/politica/1499276543_932033.html

Folha de São Paulo. Anna Virginia Balloussier *et al.* **Saiba a história de marchinhas antes de Cabeleira do Zezé virar polêmica.** Folha de São Paulo. Cotidiano. São Paulo, 26/02/2017. Versão eletrônica disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1862065-saiba-a-historia-de-marchinhas-antes-de-cabeleira-do-zeze- virar-polemica.shtml>

Portal de Comunicação do Governo da Bahia. **Secretária de Mulheres destaca dia da visibilidade lésbica. Governo da Bahia. Secretaria de Ação Social.** Notícia on line disponível em <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/08/29/secretaria-de-mulheres-destaca-dia-da- visibilidade-lesbica>. Acesso em 27/09/2012

Portal de Notícias Folha de São Paulo. **Movimento muda sigla de referência de “GLBT” para “LGBT”.** Versão eletrônica disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u410294.shtml>. Acesso em 27/09/2012

Portal de Notícias Globo G1. **Movimento GLBT decide mudar para LGBT.** Disponível em <http://g1.globocom/Noticias/Brasil/0,,MUL593295-5598,00.html>. Acesso em 26/09/2012

Portal de Notícias Globo G1. **Mudança de sigla de GLBT para LGBT divide comunidade.** Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,MUL597188-5606,00-MUDANCA+DE+SIGLA+DE+GLBT+PARA+LGBT+DIVIDE+COMUNIDADE+GAY.html> acesso em 26/09/2012

Portal Terra. **Pastora Evangélica será Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos.** Seção Brasil. 06/12/2018. Versão Eletrônica disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/pastora-evangelica-sera-ministra-da-mulher-familia-e-direitos-humanos,5863d00316799a4c627e07d9c27cd4c9g622zaxz.html>. Acesso em 11/12/2018

Revista Exame. **Ser homossexual é crime em 72 países mostra relatório.** Seção Mundo. Em 20 de junho de 2017. Versão eletrônica disponível em <https://exame.abril.com.br/mundo/ser-homossexual-e-crime-em-72-paises-mostra-relatorio/>. Acesso em 29/11/2018

Artigos e/ou livros em versão eletrônica

DIRCEU, Francisco Barros. **Estudo Completo do Femicídio**. Versão Eletrônica disponível em <http://www.impetus.com.br/artigo/876/estudo-completo-do-femicidio>. Acesso em 22/09/2016 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 04/02/2018

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade**. Vol.I, 13ªed. Graal: Rio de Janeiro, 1988. Versão eletrônica disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadasesexualidade.pdf. Acesso em 17/09/2016

FRASER, NANCY. **Reconhecimento sem ética?**. Lua Nova , São Paulo, 70: 101-138, 2007 Versão eletrônica disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acesso em 17/09/2016

HOT, Amanda Dutra. **Marianne Weber, Georg Simmel e a “Questão feminina”**. Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varella (orgs.). Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia : aprender com a história? Ouro Preto: Edufop,2009. ISBN: 978-85-288-0061-6. Versão eletrônica disponível em http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/amanda_dutra_hot.pdf. Acesso em 17/09/2016.

ICIZUKA, Atilio de Castro; ABDALLAH, Rhamice Ibrahim Ali Ahmad. **A trajetória da descriminalização do adultério no direito brasileiro: uma análise à luz das transformações sociais e da política jurídica**. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, v.2,n.3, 3º quadrimestre de 2007. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

ILGA, Lesbian, Gay, Bissexual, Trans and intersex international association. **Sexual Orientation Laws in the World – Criminalisation**. Versão eletrônica disponível em https://www.ilga.org/downloads/2017/ILGA_WorldMap_ENGLISH_Criminalisation_2017.pdf

LAURENTI, Ruy. **Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças**. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 18, n. 5, p. 344-347, Oct. 1984 . Versão Eletrônica disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101984000500002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30/11/2018.

LOPES, Artur Louback. **Por que as lésbicas são chamadas de sapatões e os gays, de veados?** Huffpost. Comportamento. Brasil, 29/06/2015. Versão eletrônica disponível em https://www.huffpostbrasil.com/2015/06/29/por-que-as-lesbicas-sao-chamadas-de-sapatoes-e-os-gays-de-veado_a_21685112/ acesso em 16/10/2018

LOURO, Guacira Lopes *et al.* **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica: Belo Horizonte, 2000. Versão eletrônica disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1> Acesso em 03/03/2018

MENEZES, Aline Beckmann de Castro; BRITO, Regina Célia Souza. **Reflexão sobre a Homossexualidade como Subproduto da Evolução do Prazer**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 12, n. 1, p. 133-139, jan./abr. 2007. Versão Eletrônica disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n1/v12n1a15.pdf>. acesso em 04/02/2019

NUNES, Zilma Gesser. **As Mulheres de Lesbos nas Mãos de Catulo**. Revista da UFSC, 2012. Versão eletrônica disponível em <http://latim.paginas.ufsc.br/files/2012/06/As-mulheres-de-Lesbos-nas-ma%CC%83os-de-Catulo.pdf>. Acesso em 29/11/2018.

PRIETO, MARIA HELENA URENA. **Breves Interrogações Sobre a Condição Feminina em Platão**. HVMANITAS – vol. XLVIII. Universidade de Lisboa, 1995. Versão eletrônica disponível, em http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas47/24_Prieto.pdf. acesso em 09/12/2018

RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. Versão Eletrônica disponível em <http://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/01/20/881>. Acesso em 22/07/2016

SOARES, Luiz Eduardo. **A Palavra é Legalidade**. Versão Eletrônica Disponível em www.luizeduardosoares.com.br:80/ Acesso em 04.jul.2008

Sociedade Hegel Brasileira. **Dois fragmentos de Hegel do período de Iena: “Die Idee Des Absoluten Wesens” (1801) e “Das wesen Des Geistes” (1803)**, versão eletrônica disponível em http://www.hegelbrasil.org/reh_2011_1_art5.pdf, acesso em 01/09/16.

WITTIG, Monique. **Ninguém nasce mulher**. 1970. Versão Eletrônica disponível em <https://we.riseup.net/sapafem/ningu%C3%A9m-nasce-mulher-monique-wittig> Acesso em 22/09/2016